

Proletários de todos os países. UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Abril de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1062 • Director: Carlos Brito

ABRIL NAS RUAS

Por todo o País, e especialmente nas manifestações de Lisboa e do Porto, prepara-se uma grandiosa participação nas comemorações oficiais, autárquicas e populares da Revolução de Abril

**Carlos Carvalhas
no Encontro do PCP**
**Desemprego
exige
medidas
de
emergência**

Pág. 7



**Álvaro Cunhal
sobre o 25 de Abril**
**Escrupuloso
respeito
pela verdade**

Págs. 4, 5 e 6

Memória viva da Reforma Agrária



Reportagem

- por Henrique Custódio **Centrais**

CDU apresentou listas ao Parlamento Europeu



A CDU apresentou, na passada sexta-feira, no Tribunal Constitucional, as listas completas dos candidatos da Coligação Democrática Unitária

O combate à droga

Pág. 21



20 anos **Avante!** Suplemento

VIVA ABRIL

Editorial Viva Abril!



Álvaro Cunhal, no colóquio «25 de Abril ontem, hoje e amanhã», promovido pelo PCP em Lisboa na passada terça-feira

RESUMO

13
Quarta-feira

A Direcção da Associação Académica de Coimbra pronuncia-se contra o recente despacho normativo sobre habilitações para a docência, argumentando que este diploma compromete gravemente as saídas profissionais ■ São retomadas em Lusaca as conversações entre o Governo angolano e a UNITA, enquanto fontes «bem colocadas» admitem a possibilidade de um próximo cessar-fogo entre as duas partes ■ Demitem-se em bloco os responsáveis pela informação dos canais de televisão controlados por Silvio Berlusconi, em virtude das declarações deste sobre a intenção de não alienar o seu património na comunicação social, caso venha a ser nomeado primeiro-ministro do governo italiano ■ A Nasa lança um novo satélite meteorológico, avaliado em cerca de 220 milhões de dólares.

14
Quinta-feira

A União dos Sindicatos do Porto critica fortemente os debates televisivos sobre o 20º aniversário do 25 de Abril ■ Entretanto, é lançada pela Lusa uma revista dedicada a esta comemoração, especialmente destinada à sua distribuição pelas escolas portuguesas ■ A concelha de Santarém do PSD recusa a admissão de Hermínio Martinho como militante social-democrata ■ Com a participação de Nelson Mandela e Frederic De Klerk realiza-se, na televisão sul-africana, o primeiro grande debate da campanha eleitoral para as próximas eleições naquele país ■ Dois helicópteros dos EUA são abatidos no Norte do Iraque por disparos acidentais de caças norte-americanos, que provocam 26 mortos.

15
Sexta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, falando durante um jantar-debate sobre o tema «Portugal - que modelo de desenvolvimento para o século XXI», realizado na Maia, defende a necessidade de potenciar o poder negocial do nosso país na União Europeia ■ A lista liderada por José Carreira vence as eleições para a Direcção da ASPP alcançando 78,5 por cento dos votos, contra 20,5 por cento da lista opositora ■ O comissário europeu para o Emprego afirma em Bruxelas que o desemprego continuará a aumentar se a economia europeia não crescer três por cento ■ Dezenas de generais israelitas na reserva e antigos responsáveis dos serviços de segurança manifestam-se em Telavive a favor da continuação do processo de paz ■ Silvio Berlusconi alerta para a possibilidade de realização de novas eleições em Itália no caso de se revelar impossível governar em consequência de eventual falta de maioria no Senado.

16
Sábado

Segundo é afirmado durante um debate promovido no Porto sobre o

novo Código dos Processos de Falência, o número de empresas que pediram processo de falência aumentou em 30 por cento no ano de 1993 ■ A ONU dá permissão à NATO para atacar as posições sérvias em Gorazde, após o abate de um avião britânico ■ O presidente italiano Oscar Scalfaro critica duramente as ameaças de dissolução do parlamento feitas por Silvio Berlusconi, qualificando-as de pressão sobre o voto dos parlamentares para a eleição dos presidentes das duas câmaras italianas ■ É empossado pelo presidente Liamie Zerual o novo governo argelino.

17
Domingo

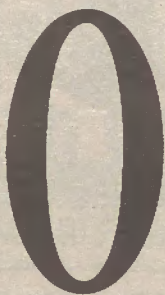
Com fortes críticas à política educativa do Governo e, em particular, à Secretaria de Estado da Juventude, termina em Tróia o Encontro Nacional da Juventude ■ É concluído em Pale um acordo de cessar-fogo imediato para a zona de Gorazde entre os representantes dos sérvios e da ONU ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês afirma numa entrevista à BBC que a República da Irlanda está disposta a fazer «sacrifícios constitucionais» para que seja alcançada a paz no Ulster.

18
Segunda-feira

Segundo notícia o «Público», o Ministério Público processou criminalmente cinco deputados madeirenses, todos do PSD, por infracções financeiras cometidas nas sessões legislativas de 1989 e 1990 ■ Numa sondagem realizada pela TSF e pela Norma, 57,5% dos indivíduos consultados pronunciam-se pelo julgamento dos responsáveis da PIDE-DGS ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, debruçando-se sobre a evolução dos últimos acontecimentos na Bósnia-Herzegovina, decidem privilegiar a via diplomática em vez do recurso à força.

19
Terça-feira

Um violento incêndio destrói as instalações do Teatro Experimental do Porto ■ O PS assinala os 21 anos da sua fundação ■ A Lusoponte vence o concurso para a construção da nova ponte sobre o Tejo ■ Os ministros dos Assuntos Sociais dos doze adiam a aprovação de uma directiva sobre proibição e limitação de trabalho infantil e de adolescentes ■ Afonso Dhlakama declara-se decepcionado com a contribuição oficial do Estado português para a Renamo, de 50 mil contos ■ O Inkhata anuncia que participará nas eleições de dia 27 ■ É condenado a prisão perpétua Paul Touvier, acusado de crimes contra a Humanidade, não só por ter colaborado com os nazis, mas pelas iniciativas que ele próprio tomou durante o regime de Vichy.



Os acontecimentos encarregaram-se de pôr em grande evidência o acerto e a oportunidade da palavra de ordem que o PCP escolheu para as comemorações do 25 de Abril.

«Viva Abril!» é realmente o grito que apetece lançar em face da campanha de branqueamento e reabilitação da ditadura fascista e dos seus valores promovida pelos saudosistas do 24 de Abril com a cumplicidade de alguns meios de comunicação social e o estímulo do próprio Governo do PSD.

«Viva Abril!» é o grito com que apetece saudar o vigoroso levantamento da consciência democrática do país e a sua firme repulsa na condenação daquela campanha e de todos os que a proporcionaram e estimularam.

«Viva Abril!» é o grito que importa trazer às ruas em todo o país, na próxima segunda-feira. O grito que deve ecoar em todas as manifestações, iniciativas e actos solenes, para que não fiquem dúvidas de que o povo português, hoje como há vinte anos, condena sem qualquer hesitação o fascismo e o colonialismo e saúda o caminho libertador aberto pelo acto heróico dos capitães, logo secundado pelo levantamento popular.

Enganaram-se os que julgaram poder ofender impunemente a memória colectiva de 48 anos de opressão, especialmente, a das vítimas directas da repressão fascista e da guerra colonial, proporcionando tempos de antena, em condições privilegiadas, a antigos ministros e outros altos responsáveis civis e militares da ditadura, incluindo conhecidos torcionários da PIDE.

A SIC não esteve evidentemente sozinha nesta operação (as outras estações de televisão procederam também com insensibilidade democrática), mas tornou-se com justiça o alvo especial do indignado protesto da consciência democrática nacional.

É que não passou essa da televisão de Pinto Balsemão querer transformar um ex-inspector da polícia terrorista do fascismo - a PIDE - em vedeta televisiva, a quem tudo foi permitido em matéria de objectiva mentira e provocação e ainda por

Viva Abril!

cima cumulado de atenções e expressões respeitadas por parte do director da estação, Emídio Rangel.

A SIC bem que se podia inspirar no «slogan» de um dos seus programas - «Tenha orgulho: peça perdão» - para humildemente pedir perdão ao Portugal democrático nascido no 25 de Abril.

A resposta muito firme e positiva que a opinião democrática do país está a dar à ofensiva revanchista da extrema direita e da direita deve ser justamente realçada, mas não deve levar a que se subestime os perigos e a profundidade da ofensiva e nem a

O grito que deve ecoar em todas as manifestações, iniciativas e actos solenes, para que não fiquem dúvidas de que o povo português, hoje como há vinte anos, condena sem qualquer hesitação o fascismo e o colonialismo e saúda o caminho libertador aberto pelo acto heróico dos capitães, logo secundado pelo levantamento popular.

ausência de algumas vozes que se esperaria aparecessem na primeira linha.

No domínio das ausências, a mais notória é a da Direcção do PS que até ao momento em que escrevemos não foi capaz de produzir qualquer posição oficial, de qualquer dos seus órgãos dirigentes, sobre matérias que estão a agitar tão apaixonadamente os meios democráticos do país.

É caso para perguntar:

— O que se passa com a Direcção do PS que tarda em reagir à campanha de reabilitação da ditadura e do denegrimto do 25 de Abril e do regime democrático?

— É a falta de convicções nas questões em debate ou são falsos cálculos eleitoralistas?

Reveste uma grande importância a chamada de atenção feita pela Comissão Política do PCP, na sua conferência de imprensa, da semana

passada, ao assinalar que: «o apagamento do significado profundo da Revolução de Abril, dos seus ideais, valores e esperanças é de interesse directo de uma política apontada, para hoje e para amanhã, no agravamento das condições de vida da população, no reforço da exploração dos trabalhadores e na liquidação dos seus direitos e regalias, na acentuação das injustiças e desigualdades sociais, na reconstituição do poder e privilégios do grande capital, na degradação da democracia política, no sacrifício da soberania e da independência nacional.»

A experiência destes últimos vinte anos da vida nacional evidencia como as campanhas para a reabilitação da ditadura se intensificaram à medida que o grande capital recuperou o poder económico e passou a influenciar crescentemente o poder político.

A simpatia e o estímulo governamentais em relação ao ódio revanchista ao 25 de Abril decorrem tanto da natureza de classe do Governo do PSD, como dos objectivos que prossegue a sua política.

Por isso mesmo, é que movendo combate às campanhas de branqueamento da ditadura fascista se está a combater implicitamente a política de Cavaco Silva e, correlativamente, combatendo esta está-se a combater o avanço do revanchismo e o levantar de cabeça da extrema-direita.

É, no entanto, essencial que a denúncia e desmascaramento da actuação do Governo de Cavaco Silva atentatória dos interesses do nosso povo e do nosso país e a luta por objectivos e reivindicações concretas não sofram uma pausa nas próximas jornadas comemorativas que se aproximam, antes constituam parte integrante dessas jornadas.

Estes objectivos e reivindicações concretas devem estar presentes no 25 de Abril e este deve contribuir para a preparação do 1º de Maio, que pelas características mobilizadoras únicas é uma suprema ocasião para a dinamização da luta dos trabalhadores.

O 25 de Abril e o 1º de Maio, marcas inapagáveis na história contemporânea do nosso povo, podem ser, devem ser de novo grandes jornadas de arranque da luta dos trabalhadores e do povo para uma viragem democrática na vida nacional.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Souto Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Souto Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Edifício «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CPC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Reda — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Hedra Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

"Milagres"-laranja

Desmentidos pela rudeza da crise os "slogans" demagógicos da "democracia de sucesso", do "oásis" e outros que tais, a propaganda do PSD entra pelo caminho da irracionalidade.

De há tempo que Cavaco Silva é apresentado como o "homem providencial" (Salazar também o era) que tem uma mística relação com o país.

O próprio Cavaco assumiu esta propaganda, entre outros, no discurso de Faro do verão passado, na parábola do "homem do leme" que veio para conduzir com "mão segura" a barca de Portugal no mar encapelado dos "novos desafios".

Foi, no entanto, no passado fim-de-semana que surgiu a palavra "milagre".

Era a inauguração pelo Cardeal Patriarca de Lisboa do hospital da Nazaré, recentemente, privatizado, reconstruído e entregue à Confraria de Nossa Senhora da Nazaré.

No ambiente religioso que foi criado e que a televisão exibiu perante o país, surgiu uma oradora para revelar a existência de dois milagres: o

primeiro, era o próprio hospital (vá lá...); mas o segundo, era nada mais nada menos, do que "o milagre do nascimento na Nazaré do senhor ministro da Justiça".

Como se vê, um quadro comovedor muito ao estilo dos tempos da ditadura fascista e da reabilitação dos seus valores.

Especialmente grave é, além disso, o carácter faccioso e hipócrita da operação. Faccioso porque pretende dizer que quem vota no PSD tem hospitais. Hipócrita porque pretende esconder as responsabilidades do PSD na degradação dos serviços de saúde na Nazaré.

O "milagre" da Nazaré é a festa das privatizações na saúde

Quem degradou os serviços de saúde da Nazaré, reduziu as valências e despromoveu o seu hospital, forçando a população a procurar em Leiria os cuidados de saúde que deixou de ter na sua terra, foi o Governo de Cavaco Silva e do "milagreiro" Laborinho, que agora se arvora em salvador.

É o mesmo Governo que declina as suas responsabilidades no acesso à saúde dos portugueses, que tem como orientação o famigerado prin-

cípio de "quem quer saúde paga-a" e que tem em vista liquidar, pura e simplesmente, o Serviço Nacional de Saúde.

O "milagre" da Nazaré é, para o Governo, acima de tudo, a festa das privatizações na saúde. O que pretende é ungar as negociatas da saúde que estão a disparar com a presença patriarcal e o clima de "milagre".

Mas muita atenção: o dinheiro que chegou para a festa da privatização não vai seguramente continuar quando se tratar da gestão corrente do hospital.

Atenção também ao "milagreiro" Laborinho. Quem não se lembra que chegou ao Governo com a reputação de "técnico", "independente" e até "homem de esquerda"?

Já se transformou num cacique do PSD e vai a caminho de se transformar num novo barão.

Tudo isto à custa de muitos "milagres" repressivos, como o da lei do segredo de Estado, os novos poderes conferidos à Judiciária na lei anticorrupção, em geral, o reforço do aparelho policial e do controlo informático dos portugueses.

O último dos seus milagres é o assalto à serra de Monsanto com a chamada "cidade da justiça"...

■ Carlos Brito

O porta-voz não vai este ano à caça

Eurico de Figueiredo, porta-voz do PS para a Saúde, numa sessão partidária realizada em Gaia há poucos dias, de acordo com uma notícia do *Público*, justificou a sua "postura discreta" em relação à actuação do ministro Paulo Mendo com o facto de estar a "guardar os cartuchos para o momento oportuno", prometendo ser oposição mais eficaz no próximo ano, antes das eleições.

Ficou assim e num ápice esclarecido um mistério que vinha há meses intrigando muitos portugueses: a razão do apoio manifestado ao ministro da Saúde do PSD pelo principal responsável do PS pela mesma área. E desvendada a nova e certamente imbatível tática política por ele protagonizada.

De modo que quando Eurico de Figueiredo "dá o seu voto de confiança a Mendo", posição que afirma ter "o apoio de Guterres" e manifesta "expectativa na possibilidade de consensos" (o *Independente* de 4 de Fevereiro); ou quando, mais recentemente, louva ao Ministro da Saúde a "coragem de ter introduzido o debate sobre o financiamento do Serviço Nacional de Saúde" e chega ao ponto de criticar Cavaco Silva por travar os ímpetus do Ministro e "não ter querido arriscar os custos eleitorais de fazer o utente pagar a saúde" (*Público* de 10 de Abril); - não devem levar-se à letra as afirmações do porta-voz do PS. E deve perceber-se, pelo contrário, que ele está simplesmente a pôr em prática a sua inovadora tática de "oposição".

A saber: deixar o Governo cumprir os objectivos da sua política, sem

qualquer oposição ou crítica; louvá-lo e estimulá-lo para que o seu desempenho possa ser levado até às suas últimas consequências. E pé ante pé, sorrateiro, acompanhar a situação de longe e "guardar os cartuchos para o momento oportuno"...

É a esta luz, também, que é necessário entender o reparo à ausência de critérios na privatização dos serviços de saúde. Como Eurico de Figueiredo exemplifica e o *Público* noticia, "não é admissível que no Hospital de Beja tenha que se pagar 20 contos para levantar um corpo e no hospital ao lado não se pague nada". Contra a concorrência desleal, o preço único justifica-se, pois.

Assustadiças aos primeiros tiros do Outono, podem tranquilizar-se as perdidizes quando virem tal espingarda. E também os coelhos, da cor dos xistos velhos do Douro, escusam de procurar lura que escureça o perigo e aquieta o sobressalto dos pequenos corações.

Quanto ao Ministro, pode privatizar à vontade a gestão dos serviços de saúde e destruir o Serviço Nacional de Saúde. A começar pelo Hospital de Amadora-Sintra, cujo concurso se anuncia já para Junho. E a prosseguir, como prevê o último *Semanário Económico*, com os Hospitais de Matosinhos, de Leiria, de Viseu e da Feira.

O porta-voz para a Saúde do PS fica à espera que Paulo Mendo realize a política que ele próprio defende. Por isso ele não vai este ano à caça.

■ Edgar Correia

As visões da "Visão"

A propósito de uma sondagem sobre as próximas eleições para o Parlamento Europeu publicada pela revista «Visão», podíamos recapitular o extenso e indigno catálogo de truques, tráfalices, ligeirezas e absurdos que a história e a prática de sondagens eleitorais regista em Portugal.

Podíamos, para não ir mais longe, lembrar e voltar a comparar os resultados de numerosas sondagens e os resultados que depois saltaram das urnas nas últimas eleições autárquicas e o papel serventuário que, neste domínio, a revista «Visão» também desempenhou.

Abordando em concreto as características dessa sondagem da «Visão», podíamos recordar os limites - universalmente adquiridos - do método do inquérito telefónico em sondagens de carácter político e eleitoral.

Podíamos perguntar ingenuamente como é que a Markttest e a «Visão» conseguem apresentar como resultado nacional os números saídos de um inquérito feito apenas na Grande Lisboa e no Grande Porto, assim dando exemplar continuidade àquele inesquecível feito de «O Jornal» que, em 1989, publicou sondagens sobre as eleições para as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto na base de intenções de voto de eleitores residentes na Grande Lisboa e no Grande Porto, o que dava esse excelente critério de colocar cidadãos de Loures e de Gondomar a intervirem, respectivamente, na previsão do desfecho eleitoral da luta eleitoral pelas Câmaras de Lisboa e do Porto.

Podíamos interrogarmo-nos sobre se não estaremos perante mais uma daquelas sondagens que se baseiam sobretudo no que justamente poderia ser chamado de «método do bambúrio», porque, não cuidando de garantir que a

amostra inquirida é representativa das opções de voto anteriormente expressas, ficam clamorosamente inquinadas pelos desequilíbrios resultantes do «acaso» (espontâneo ou organizado).

É verdade que tudo isto e muito mais podia ser dito ou recordado. Mas, sempre e só, a pensar nos cidadãos que são vítimas deste «vale tudo» em matéria de sondagens, já que, quanto aos promotores e responsáveis, decididamente não tem nem emenda nem vergonha. Porque não estão equivocados, antes sabem muito bem o que andam a fazer. Não querem ter memória das tráfalices e falsificações anteriores, exactamente porque as querem continuar. Não ouvem nem retêm críticas, porque a falta de escrúpulos e o preconceito já lhes entraram na massa do sangue e empaparam as meninges.

Assim sendo, a mais devastadora crítica e o mais eficaz casti-

go público que se pode fazer à sondagem sobre as «europeias» publicada pela «Visão» no seu último número é, nem mais nem menos, que publicitar os seus «resultados».

Senhoras e senhores, estimado público: é chegada a hora de anunciar a quem não saiba, que, segundo aquela sondagem da «Visão», o PS (quem havia de ser?!), com 47,9% leva quase vinte-pontos-vinte de vantagem (!!!) sobre o PSD (com 28,1%), que o CDS tem 11% e que o PCP (quem havia de ser?!), se fica pelos 4,8% (!!!).

Qualquer dicionário nos oferece o comentário de remate que se impõe, ao dizer-nos que «visão», além de poder significar «acto ou efeito de ver; aspecto» também pode significar «imagem vã, que se julga ver em sonhos, ou por medo, por loucura, por superstição, etc.; fantasia».

■ Vítor Dias

SOMÁLIA

Saídas de sendeiro

Dia 9 de Dezembro de 1992: nas praias de Mogadíscio desembarcam em força os "marines" norte-americanos que vão, ao que dizem, "Restaurar a Esperança". Às 0.30 horas locais, sob a luz intensa dos holofotes da CNN e quejandas TV's, para que do outro lado do globo um público amante dos war games e dos charity shows possa assistir em directo ao grande deboche mediático sobre os bons guerreiros com alma de escuteiros. **Dia 25 de Março de 1994:** pela calada da noite, sem holofotes, fogem furtivamente os últimos destacamentos dos cerca de 30000 soldados **ianques** que chegaram a ocupar a Somália. Atascaram-se em mais uma guerra suja contra todo um povo. Nem lhes valeu o socorro de outros países. Nem uma despesa militar 10 vezes maior que a caridade que foram prestar aos esfomeados. Que continuam esfomeados. Tal como a cabeça a prémio do general Aidid, insignificante "senhor da guerra", não pôde ser capturada pela equipa da CIA, os comandos Delta, os **rangers** e mais forças de elite que o queriam capturar. Elite civilizada que entretanto foi assassinando mais de 11000 somalis, disparando sobre multidões.

Somália: país situado estrategicamente no Corno de África às portas do mar Vermelho, território semidesértico com 7 vezes o tamanho de Portugal, uns 8 milhões de almas, 60% dos quais nómadas ou seminómadas. Cada mulher tem 6 a 7 filhos, metade da população é menor de 15 anos, só 2,7% alcança os 65 anos de idade. Um PNB de 1,7 mil milhões de dólares, uma dívida externa de 2,8 mil milhões. Exportava banana e gado e o serviço da dívida comia mais de 70% das suas receitas. Mas - há sempre um **mas** - no subsolo há grandes riquezas de urânio, ferro, estanho, cobre, bauxite. E sobretudo, ainda no tempo do presidente Siad Barre, foram descobertas imensas jazidas de petróleo que o prestimoso ditador logo concessionou (quase 2/3 do país!) aos gigantes americanos Conoco, Amon, Chevron, Philips.

Aliás, foi precisamente nos escritórios da Conoco que os americanos ao desembarcar foram instalar a sua embaixada e quartel-general... Aliás, Siad Barre já recebera há anos dezenas de milhões de dólares de armas dos EU e deralhes em troca a base naval de Berbera, onde talvez ainda hoje estejam armazenados os restos dos gases de guerra que sobraram do Vietnam... Aliás, quando o sanguinário Siad Barre fugiu em Janeiro de 91, deixando o país no caos, foi um tal Ali Mahdi, homem de negócios ligado aos EU, que logo se assumiu como "Presidente interino", chamando para junto de si Omar Arteh Ghalib, último 1º Ministro de Siad Barre, e Mohamed Sheikh Osman, também ministro das Finanças de Siad... Aliás, Ali Mahid mantém-se ainda hoje "em funções" e continua a ter apoios diplomáticos e financeiros externos... Aliás, é protegido do próprio Butros Ghali que, quando MNE do Egipto, já era seu amigo, como o foi do ditador Siad Barre... Aliás... nunca mais acabávamos de descobrir os bastidores desta operação.

Claro que as culpas todas são dos bárbaros "senhores da guerra" somalis, em especial desse tal Aidid, que se atreve a desafiar Ali Mahdi, os EUA, a ONU... Como se a tragédia africana nada tivesse a ver com séculos de domínio colonial e pilhagem neocolonialista. Não! Não são expedições militares nem migalhas de caridade que resolverão os problemas de fundo: o problema da dívida, o preço das matérias-primas, o saque das riquezas, a corrupção de lacaios à custa da miséria de milhões de seres humanos.

Entradas de leão (9/12/92), saídas de sendeiro (25/3/94). Os **supermen made in USA** poderão recomeçar, ali ou noutro lugar. Mas a Somália mostra uma vez mais que podem ser derrotados. Porque a luta dos povos sempre continua e é, ao cabo, quem mais ordena na História.

C.A.I.

Colóquio com Álvaro Cunhal

Abril foi uma Revolução libertadora

Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, participou na passada terça-feira num colóquio realizado em Lisboa, denominado «25 de Abril, ontem, hoje e amanhã», onde proferiu um discurso que publicamos de seguida.

Realiza-se este colóquio, aberto naturalmente ao debate, no quadro das iniciativas promovidas pelo Partido Comunista Português em comemoração do 20º aniversário da revolução de Abril.

Comemoração significa, não apenas memória e lembrança, mas apreciação positiva do valor. A apreciação do nosso Partido fundamenta-se no conhecimento directo e na análise objectiva das situações e dos factos, na acção e na luta desenvolvida antes, durante e depois de Abril, no escrupuloso respeito pela verdade e nos objectivos e ideais que inspiraram e inspiram o nosso Partido ao longo dos 73 anos da sua existência e da sua luta.

Duas palavras muito gerais e apenas introdutórias: a revolução de Abril foi uma revolução libertadora, com tão profunda transformação na vida nacional que se pode considerar um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

É nossa tarefa, e pensamos ser também tarefa de todos os democratas, combater firmemente a gigantesca campanha de falsificação da história actualmente em curso, informar e esclarecer o que foi a revolução, o que foi e o que é a política de destruição das suas conquistas e o que representam os valores de Abril para o futuro democrático e independente de Portugal.

25 de Abril revolução libertadora

A revolução de Abril libertou Portugal de quase meio século de ditadura. Ditadura militar de 1926 a 1933. Depois com Salazar ditadura fascista. Suprimidas as liberdades mais elementares. Censura à imprensa. Reprimida violentamente qualquer oposição. Copiada quase literalmente do fascismo italiano a orgânica corporativa. Polícia política (PIDE/DGS) para perseguir, prender, torturar, assassinar com torturas ou a tiro. Tribunais especiais condenando a mando da PIDE. Democratas mantidos com condenação ou sem ela longos anos nas prisões, atingindo em alguns casos mais de 20 anos. Partido único fascista (União Nacional/Ação Nacional Popular). Milícia fascista (Legião). Organização fascista e paramilitar da juventude (Mocidade Portuguesa).

Salazar e depois Marcelo Caetano nunca ocultaram a sua ideologia fascista. Salazar gabava o génio político de Mussolini com cujo retrato na própria secretária se fazia fotografar. Mandava os seus Ministros, os seus militares, os seus polícias aprender na Itália fascista e na Alemanha fascista. Apoiou e ajudou o golpe fascista de Franco em Espanha. Apoiou e ajudou Hitler e Mussolini na guerra. Se em algumas conjunturas (derrota do fascismo na 2ª Guerra Mundial e crise geral da ditadura) foram lançadas manobras pseudodemocráticas, o objectivo não era abrir caminho à democracia, mas iludir o povo, dar uma válvula de escape ao descontentamento e revolta popular e depois voltar às mesmas formas de repressão.

O Governo de Marcelo Caetano foi formado já em pleno período da crise geral da ditadura fascista.

O processo de formação e domínio dos grandes grupos monopolistas, provocou a rápida redução da base de apoio social do fascismo.

A guerra colonial condenada à derrota provocava a oposição do povo, particularmente da juventude, e acentuava a convergência da luta do povo português contra o fascismo e dos povos das colónias portuguesas contra o colonialismo atacando a ditadura em Portugal e em África.

A luta popular em todas as frentes (movimento operário, movimento democrático, movimento dos estudantes, luta dos intelectuais, luta contra a guerra colonial incluindo nas forças armadas) atingiu um rápido ascenso e radicalização.

Todos estes factores abalaram profundamente as esferas do poder, sucedendo-se no campo fascista as divisões e dissidências (Craveiro Lopes, Botelho Moniz, Humberto Delgado, Henrique Galvão, Sá Carneiro e outros).

Sentindo a crescente ameaça sobre a ditadura e temendo a explosão revolucionária, Marcelo Caetano vacilava entre concessões de "liberalização" do regime sem alterar a sua natureza ditatorial e a continuação do recurso à repressão fascista tal como antes. Orientou-se neste segundo sentido. A verdade é que nenhuma solução do regime e da guerra colonial era já possível a partir do governo fascista. A crise geral da ditadura evoluiu para uma situação revolucionária na qual o derrubamento da ditadura pela força se pôs na ordem do dia.

Esse dia chegou em 25 de Abril.

Durante 48 anos, o PCP e outros democratas, os trabalhadores, o povo português tiveram como elemento central da sua luta a resistência antifascista e a luta pela liberdade. A luta antifascista foi o eixo central da luta política e o cimento da unidade democrática. A definição da ditadura como ditadura fascista, a luta popular e democrática como luta antifascista, as organizações, como organizações antifascistas estão gravadas na memória e na vida nacional durante quase meio século, não ape-

nas pelas palavras ditas e escritas, mas pela história de 48 anos de perseguições, de prisões, de torturas, de condenações, de assassinatos e de luta heróica do nosso povo.

Na grande operação de branqueamento da ditadura não é a utilização de especulações teóricas elaboradas em gabinetes que pode alterar a sua justa definição como ditadura fascista. Assim foi considerada pelo povo. Assim ficará na história.

O Povo-MFA e a questão do poder

Quando falamos do 25 de Abril falamos muito justamente do dia 25 de Abril de 1974. É uma data. Uma data memorável. O dia em que os capitães do MFA empreenderam o heróico levantamento militar que derubou o governo fascista. O MFA, apesar das suas contradições, tornou-se desde esse momento uma força fundamental para a configuração, instauração e institucionalização do novo regime democrático.

A revolução de Abril não foi porém apenas esse acto heróico e decisivo. A revolução de Abril não foi apenas um acto. Foi um processo. Ao levantamento militar sucedeu no imediato o levantamento popular que não se limitou a apoiar os militares, mas, com a sua intervenção própria e autónoma, passou a ser, a par da componente militar, uma força motora e um elemento determinante da revolução democrática.

A aliança Povo-MFA constituiu uma realidade objectiva resultante da conjugação dos levantamentos militar e popular, da estreita e fraterna ligação que rapidamente se estabeleceu entre o povo e os militares, na acção, na vida, na intervenção irresistível para pôr termo ao fascismo e para exercendo a liberdade, avançar no caminho da democracia.

A liberdade e a democracia não foram concedidas nem oferecidas. Foram conquistadas pela dinâmica conjugada da luta das massas e dos elementos progressistas do MFA. A democratização da vida nacional até à institucionalização jurídica do novo regime democrático assentou na legitimidade revolucionária. Foram igualmente legítimas a acção revolucionária do MFA e a intervenção revolucionária das massas populares. A questão do poder político colocou-se inevitavelmente no quadro desta preponderante dinâmica.

Trata-se de uma das questões mais originais e complexas da revolução de Abril. Porque, derrubados o governo fascista e a ditadura fascista, não houve nenhuma força que, com o seu programa próprio e a sua força própria, tenha assumido o poder. Não houve tão-pouco um movimento unitário de forças que o tenha feito. Desde a primeira hora, nos órgãos superiores militares e civis de carácter provisório logo a seguir instaurados, revelaram-se profundas divergências quanto a objectivos fundamentais da revolução antifascista incluindo objectivos imediatos. Desde a primeira hora, tanto na Junta de Salvação Nacional e no MFA como no I Governo Provisório, manifestaram-se contradições e conflitos acerca das decisões a tomar ou seja acerca da democracia a instaurar e acerca do exercício do poder e a quem cabia esse exercício.

A Junta de Salvação Nacional constituída no imediato como supremo órgão de soberania foram chamados alguns generais reaccionários. No I Governo Provisório, a par de representantes dos partidos democráticos, nomeadamente PCP, PS e MDP, entraram Sá Carneiro e outros dirigentes da ala liberalizante da ditadura que acabava de ser derrubada. No MFA, a par dos "capitães" progressistas (eles próprios sem uma identidade política comum) tinham força não desprezável elementos que iam desde uma afirmada direita a um esquerdismo anarquizante.

Desta situação resultaram inevitavelmente a criação e a multiplicação de centros de decisão, a agudização dos conflitos, o carácter determinante da correlação de forças a nível militar e popular e a irregularidade do processo de criação, instauração e institucionalização do novo regime democrático.

Neste contexto, ultrapassando as hesitações dos contraditórios órgãos do poder, as forças motoras da revolução - a componente militar e a componente popular - determinaram as conquistas democráticas e a natureza, o âmbito e as características da futura democracia portuguesa.

As conquistas democráticas e o novo regime

O curso da democratização da sociedade portuguesa tem de entender-se no contexto de uma verdadeira revolução popular e militar inteiramente justificada e legítima e não como alguns pretendiam por decisão de um qualquer governo de transição de duvidosa legitimidade, com um programa de liberalização da ditadura fascista mantendo o poder económico dos monopólios e latifundiários.

O PCP havia definido no seu Programa aprovado no VI Congresso (1965) os objectivos fundamentais da revolução antifascista: a instauração de um regime democrático, a liquidação do poder dos monopólios e a promoção do desenvolvimento económico, a reforma agrária na zona do latifúndio, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, a democratização da instrução e da cultura, a libertação de Portugal do imperialismo, o reconhecimento dos povos das colónias do direito à imediata independência e uma política de paz e amizade com todos os povos.

Se as mais notáveis conquistas da revolução democrática concretizaram muitos desses objectivos, não foi por qualquer imposição do PCP mas porque eles correspondiam a uma necessidade imperativa para pôr fim ao poder político e económico da ditadura, a medidas essenciais de democratização, de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida do povo, a aspirações profundas do povo português, embora nem sempre presentes na consciência política.

A própria dinâmica de massas foi em si mesma uma expressão de democracia participativa cujas formas e experiências vieram a ser institucionalizadas como elementos constitutivos da nova democracia política. Foi uma contribuição decisiva para o reconhecimento de um quadro de direitos e liberdades dos cidadãos, de uma democracia política avançada, de um poder local democrático descentralizado e ligado ao povo.

Numa situação em que se decidia da vitória ou da derrota da democracia, as massas populares em movimento, com destacado papel da classe operária, deram uma brilhante demonstração da sua criatividade e da sua capacidade de intervir para assegurar a normal actividade económica e dotar o país de novas estruturas depois institucionalizadas. O controlo operário ou controlo de gestão em centenas de empresas, sistemas autogestionários, cooperativas, UCPs.

Qualquer estudioso que com objectividade analise o processo da revolução de Abril terá de concluir que a profundidade das transformações, reformas e conquistas democráticas da revolução foi acelerada pela activa resistência das forças do passado fascista e pelas tentativas sucessivas de imporem um novo poder ditatorial e impedirem o curso da democratização da vida nacional.

O grande capital e as forças fascistas e reaccionárias, incapazes de conterem a dinâmica revolucionária que se revelava irresistível, procuraram logo após o 25 de Abril por um lado, preparar e lançar golpes contra-revolucionários e por outro lado estrangular economicamente a

democracia nascente. Transferiram capitais para o estrangeiro. Descapitalizaram empresas. Anularam encomendas. Lançaram fogo às searas. Levaram milhares de cabeças de gado para Espanha. Foram os trabalhadores, foi o povo que nessa situação asseguraram a gestão em centenas de empresas e as actividades económicas do país.

As grandes conquistas democráticas no que respeita às estruturas socioeconómicas (nomeadamente as nacionalizações e a reforma agrária) não só correspondiam à criação de uma nova base do

desenvolvimento como à necessidade de medidas de defesa da economia e das liberdades alcançadas.

A guerra implacável e criminosamente conduzida contra estas grandes conquistas democráticas e que levou à sua liquidação não destrói nem a sua validade nem os resultados então alcançados numa situação tão complexa como a da efectiva transformação revolucionária de elementos basilares do sistema socioeconómico.

A revolução de Abril confirmou na vida que as quatro vertentes da democracia (a política, a económica, a social e a cultural) são inseparáveis como vieram a ser inseparáveis essas quatro vertentes nas ofensivas antidemocráticas do processo contra-revolucionário.

Inseparáveis de uma democracia política avançada e das reformas das estruturas socioeconómicas, a revolução significou novos princípios, reformas e medidas nos campos social e cultural. Novos direitos dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos reformados, dos deficientes, soluções progressistas nos domínios da saúde e do ensino, abertura à criatividade e fruição culturais.

Entre os grandes feitos da revolução de Abril conta-se o fim da guerra colonial e o reconhecimento aos povos das colónias do direito à imediata independência. Na história de Portugal ficará para sempre inscrito a letras de ouro esse momento em que, depois de séculos de exploração e opressão colonialista pelo Estado português, o povo português, em luta contra a ditadura fascista, e os povos das colónias portuguesas em luta contra a opressão colonial, depois de muitos anos de uma guerra injusta, se encontraram mutuamente solidários na conquista da liberdade e na conquista da independência. Todas as conquistas revolucionárias foram reconhecidas pela Assembleia Constituinte resultante do sufrágio universal como elementos constitutivos do novo regime democrático. Assim figuram na Constituição aprovada em 1976. Quem a aprovou não foram apenas os deputados do PCP. Foram também, os votos dos deputados do PS e do PPD.



É de lembrar que o carácter anticapitalista da democracia a instaurar, as nacionalizações e a reforma agrária, assim como uma sociedade socialista em Portugal, não eram objectivos inscritos apenas no Programa do PCP. O PS com Mário Soares inscreveu-os também na sua Declaração de Princípios aprovada no Congresso realizado em Dezembro de 1974. E o PPD com Sá Carneiro inscreveu-os no seu Programa aprovado no Congresso Nacional realizado em Novembro do mesmo ano.



Desde a primeira hora

— resistência à revolução democrática

Os órgãos provisórios do poder político tiveram à partida uma composição unitária. Tendo consciência das contradições e das divergências existentes, a orientação do PCP desde a primeira hora foi tentar a concretização da aliança Povo-MFA, a unidade dos trabalhadores e das massas populares em movimento e um caminho comum de todos os democratas de forma a fazer avançar a democratização da vida nacional.

Houve porém um factor, também desde as primeiras horas, que contrariou uma tal possibilidade, perturbou profundamente o curso da instauração do novo regime democrático e conduziu a uma rápida radicalização de posições, a uma aceleração da desestabilização militar, política e social e a rupturas irreparáveis no próprio campo inicial do 25 de Abril. Esse factor foram as tentativas da direita reaccionária, logo após o dia 25 de Abril para tomar ditatorialmente conta do poder e impedir a democratização da vida nacional que desde logo se revelou impetuosa e irresistível.

É de lembrar que, derrubado o governo fascista e formada a Junta de Salvação Nacional, o Presidente designado, general Spínola, pretendeu impor a aplicação do ponto do programa do MFA, ultrapassado pela realidade, de que só seriam permitidas "associações políticas" que viessem a ser "embriões de futuros partidos", querendo assim impedir a imediata legalização dos partidos políticos, alcançada de facto no próprio dia 25 pela acção das massas populares apoiadas por elementos progressistas do MFA.

É de lembrar que Spínola procurou manter a PIDE/DGS em funções vindo declarar logo no dia 26 que tinha "chamado a atenção da DGS" e que estava seguro de que a DGS "passará a agir de forma a que não mereça mais quaisquer reparos do povo português" (as palavras são dele)! É de lembrar que chegou a nomear um pido para novo director da PIDE. É de lembrar que pretendia não proceder à imediata libertação dos presos políticos, mas à sua filtragem com critérios que é de presumir quais seriam mantendo a PIDE em funções.

Foi o povo, apoiado em elementos progressistas no MFA, que conquistou no imediato a liberdade dos cidadãos e dos partidos, que assaltou as sedes da PIDE e extinguiu essa corporação de criminosos, que cercou as prisões e libertou os presos.

Ainda actualmente as forças reaccionárias insistem em falar em tentativas do PCP para tomar conta do poder e instaurar uma nova ditadura. Trata-se de sinistras falsidades. Houve de facto, desde os primeiros dias após o dia 25 de Abril e depois ainda em 1974 e 1975, tentativas de ruptura da composição unitária dos órgãos provisórios do poder e de tomada do poder. Tais tentativas não foram do PCP, mas dos elementos reaccionários que participavam nos órgãos do poder militar e político provisório. Foram tentativas e golpes não para assegurar, mas para impedir a transformação democrática da sociedade portuguesa. Foram tentativas e golpes não para assegurar no imediato os direitos dos cidadãos e a vida democrática em curso mas para travar a conquista imediata das liberdades democráticas e impor no imediato novas formas de poder ditatorial.

O que os elementos reaccionários na JSN e no Governo não podiam suportar era que a classe operária, os trabalhadores e o povo tivessem uma palavra a dizer e que estivessem a dizê-la, que aparecessem com a pujança logo bem demonstrada nas gigantestas manifestações do 1º de Maio, nomeadamente no comício de Lisboa, e que o PCP se revelasse à luz do dia como um forte partido nacional, o grande partido da resistência antifascista e da luta pela liberdade e a democracia ao longo de dezenas de anos de terror, um partido ligado às massas e participando no Governo.

O general Spínola foi a partir desse momento a figura central, o instigador e propulsor da conspiração contra-revolucionária, de tentativas de golpes de palácio, de pronunciamentos e golpes militares, de redes e atentados bombistas. Honra lhe seja feita. O general declarava os seus objectivos, conspirou e arriscou, ao contrário de outros que, comprometidos com ele, até hoje ocultaram as suas responsabilidades.

Golpes contra-revolucionários

Poucos dias depois da formação do I Governo Provisório, Spínola tentou nos bastidores um primeiro golpe contra-revolucionário, o chamado "golpe Palma Carlos".

No dia 13 de Julho numa reunião realizada na Manutenção Militar acusa a Comissão Coordenadora do MFA de querer instaurar uma ditadura de "tipo socialista" e reclama plenos poderes. Convidado a partici-

par nessa reunião, Sá Carneiro, então Ministro, ataca o movimento operário e a aliança Povo-MFA, exige segurança para os capitalistas e defende a proposta de plenos poderes a Spínola incluindo o de declarar o estado de sítio. A tentativa de golpe concretiza-se poucos dias depois. O golpe falhou e foi formado o II Governo Provisório tendo como Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

Dois meses depois, em 28 de Setembro, Spínola tenta novo golpe que ficou conhecido pelo da "maioria silenciosa". Intensa preparação. Apoio declarado de Sá Carneiro e do PPD, de Galvão de Melo, membro da JSN, de outros militares e de numerosos partidos fascistas e fascizantes criados após o 25 de Abril. Um milhão de cartazes. Provoações e desordens. Os grupos monopolistas do tempo do fascismo (MDEs) prometem 120 milhões de contos e 100 mil novos postos de trabalho se o golpe triunfasse. Tentativa de golpe colonialista em Moçambique. Motim dos pides presos na Penitenciária. Grosseira provocação ao Primeiro-Ministro na Praça do Campo Pequeno. Mobilização das forças de direita a nível nacional para uma gigantesca concentração em Lisboa, que concluiria pela tomada de plenos poderes por Spínola para "salvar a Pátria". Nas vésperas do anunciado golpe, Spínola convoca o Conselho de Ministros para Belém e faz o seu ultimato.

Numa grandiosa mobilização, as massas populares, com o PCP, com o movimento sindical, com outras formações civis progressistas, cortaram estradas, impediram o acesso à capital, impediram a manifestação e derrotaram o golpe. Spínola e outros três membros da Junta foram demitidos e o governo saiu reforçado.

O golpe militar de 11 de Março de 1975, também preparado com uma intensa acção política, conspiração militar e provocações falhou igualmente. O bombardeamento e cerco do RAL1 por pára-quedistas terminou com o povo a rodear, a dissuadir e a convencer os soldados e o comandante da unidade a negar a rendição. Spínola fugiu para Tancos, de Tancos para Espanha e de Espanha para o Brasil, onde continuou a conspirar.

Derrotadas todas essas tentativas, um novo passo foi dado na escalada: o terrorismo bombista. Desencadeado pela organização terrorista MDLP e incitado tanto por fascistas declarados como pelo CDS, o PPD e o PS desempenhou importante papel na acção contra-revolucionária. Declarações recentes de operacionais do terrorismo (Alpoim Calvão, Monteiro, R. Moreira e um ex-inspector da PIDE) confirmaram a chefia de Spínola e começaram a levantar o véu de compromissos e cumplicidades que até hoje não foram confessadas.

O terrorismo bombista conjugado com conspirações militares, o anticomunismo do PPD e do PS, espectaculares provocações e um trabalho sistemático de intriga e divisão do campo democrático, deveria conduzir a um novo golpe visando a liquidação do MFA, o isolamento e repressão do PCP e à interrupção do processo de democratização do país.

Sucessivas divisões, confrontos, golpes internos, alterações hierárquicas, rupturas, sublevações dividiram e enfraqueceram progressivamente o MFA. Enquanto os chamados "moderados" (Grupo dos Nove) apoiados pelo PS e PPD se aliaram à direita militar, a Esquerda militar sofria pressões e influências do esquerdismo aventureiro.

A aliança do PS com a direita e as divisões e conflitos nas forças armadas foram decisivas para o êxito do golpe de 25 de Novembro.

Do golpe resultou a liquidação do MFA, a perda da componente militar da revolução e uma nova correlação de forças que criou condições para a formação de governos com uma política contra-revolucionária.

Se logo a seguir ao 25 de Novembro os militares mais reaccionários não levaram por diante a sua intenção de ilegalizar o PCP, o movimento sindical e outras forças progressistas foi porque o PCP tinha procurado tenazmente uma solução política para a crise político-militar e porque os militares "moderados", que desempenharam no golpe um papel decisivo, compreenderam que, se isso sucedesse, se seguiria também a sua liquidação política e a instauração de uma nova ditadura.

Isto explica o facto à primeira vista surpreendente de, após o 25 de Novembro, o PCP continuar no governo e até com maior número de membros.

De lembrar que, sempre que falharam as tentativas de tomar conta do poder a reacção inventava que o PCP é que tentara um golpe.

Falhou o golpe do 28 de Setembro? Logo lhe chamaram uma "inventona" ou "intentiona" do PCP. Falhou e foi derrotado o golpe militar do 11 de Março? O PPD, que apoiara a tentativa de golpe, logo afirmou no seu jornal "Povo Livre" (3.12.75) que o 11 de Março fora "uma inventona fomentada por oficiais e forças ligadas ao PCP". Na mesma linha, Spínola diria ainda um ano mais tarde ("O Diabo", 12.8.76) que o 11 de Março fora "uma hábil manobra montada pelo PC em combinação

com os serviços secretos de certos países estrangeiros". E agora aparece quem venha afirmar que também o 25 de Novembro foi um golpe do PCP. Chama-se a isto fazer o mal e a caramunha.

O caminho da destruição das conquistas de Abril

O 25 de Novembro de 1975 criou condições para o avanço e a aceleração dos planos contra-revolucionários.

A reacção concentrou então a sua linha de acção na continuação da intriga e divisão das forças democráticas e da desestabilização militar, política, económica e social com vista a impedir a aprovação e a ratificação da Constituição da República. Só não conseguiram este objectivo porque o Presidente da República, general Costa Gomes, cuja urgente demissão pretendiam forçar, foi à própria Assembleia assistir à aprovação da Constituição e aí mesmo procedeu à sua ratificação (2.4.1976).

Encerrando no plano jurídico o período revolucionário, a Constituição elaborada e aprovada em 1976 pela Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal em 1975, institucionalizou e inscreveu como irreversíveis as grandes conquistas democráticas. Passou a haver uma nova legitimidade: a legitimidade constitucional.

Surge então uma nova contradição que marca a vida política nacional desde então. Aqueles mesmos que aprovaram a Constituição empreenderam, uma vez no governo, uma política de destruição e liquidação das grandes conquistas democráticas.

As primeiras eleições para a Assembleia da República (25.4.1976) tiveram resultados um tanto inesperados. O PPD perdeu 200 000 votos. O PS perdeu 260 000 votos. O PCP aumentou 70 000 e passou de 30 para 40 deputados. PCP e PS em conjunto obtiveram a maioria na Assembleia da República (147 lugares no total de 263). Havia condições institucionais para procurar uma solução contra o avanço da reacção mas o PS, no prosseguimento da acção anterior, uma vez mais se aliou à direita. Após as eleições presidenciais (27.6.76) nas quais o PCP sofreu um revés dá-se a formação do governo do PS sozinho (23.7.76), governo minoritário apoiado pela direita, que marca o lançamento da ofensiva sistemática contra as conquistas de Abril.

O Governo do PS tendo como Primeiro-Ministro Mário Soares, declarou inicialmente no seu programa defender as conquistas da revolução. As orientações e as medidas tomadas foram em sentido contrário. Com o governo PS sozinho começa o que classificámos na altura a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, ou seja o desencadeamento do processo contra-revolucionário violando abertamente a Constituição e a legalidade democrática.

Sucessivos governos (do PS, do PS/CDS, de iniciativa presidencial, do PS/PSD, do PSD/CDS, do PSD) prosseguiram a ofensiva contra-revolucionária tendo como objectivo estratégico a destruição das grandes conquistas da revolução de Abril (nacionalizações, reforma agrária, controlo de gestão e outros direitos dos trabalhadores, poder local democrático e outras) e a restauração do capitalismo monopolista. Esse processo desenvolve-se há já 18 anos, não está terminado e é o governo do PSD de Cavaco Silva que se propõe terminá-lo.

O facto de que as grandes conquistas democráticas foram realizadas num curto espaço de tempo (1974/1975) e de que a sua destruição já leva 18 anos sem estar terminada significa que elas correspondiam a necessidades objectivas e a aspirações profundas de vastíssimos sectores da população e representaram progressos notáveis no reconhecimento de direitos e na melhoria das condições de vida do povo português.

O governo do PSD fase adiantada da contra-revolução

Como experiência rara, se não única, a revolução de Abril revelou que as massas populares em movimento, mesmo sem o poder político, podem realizar profundas transformações progressistas da sociedade. A evolução da situação confirmou entretanto um já velho ensinamento: que se o poder cai nas mãos da reacção é inevitável o desenvolvimento de um processo contra-revolucionário de destruição das conquistas democráticas, e de reconstrução e restauração de soluções e valores do passado.

A contra-revolução significou e significa uma política antidemocrática nas quatro inseparáveis vertentes da democracia (a económica, a social, a cultural e a política).

A reconstrução, restauração e domínio dos grandes grupos monopolistas, a centralização e a acumulação acelerada de capitais, tem como elementos constitutivos o esbulho de bens e dinheiros do Estado, os escândalos das privatizações e da restauração da propriedade latifundiária, a entrega ao estrangeiro de alavancas fundamentais da economia nacional, o agravamento da exploração dos trabalhadores, o desemprego, os despedimentos em massa, o trabalho infantil, a liquidação de direitos sociais, as reformas de miséria, a discriminação das mulheres, o desprezo pelos interesses e o futuro da juventude, o alastramento das áreas de pobreza, o retrocesso cultural e a veloz perversão da democracia política.

Pretensos ideólogos e comentadores afirmam que o essencial conquistado em 25 de Abril foi a democracia política. Sem dúvida que foi uma conquista fundamental. A democracia política conquistada pela revolução está porém a ser pervertida em aspectos essenciais. Com a governamentalização e absolutização do poder. Com a supressão da fiscalização da acção governativa. Com a impunidade

Colóquio com Álvaro Cunhal

dos governantes por ilegalidades e corrupção. Com a partidarização pelo PSD do aparelho do Estado. Com a liquidação de direitos dos trabalhadores. Com a instrumentalização mais abjecta de grandes órgãos de comunicação social. Com a violação sistemática da legalidade.

A perversão da democracia política não surge por acaso. É uma condição da reestruturação e restauração do capitalismo monopolista e da sobrevivência do próprio governo.

Acompanhando a ofensiva antidemocrática nas quatro vertentes da democracia, o governo de Cavaco Silva prossegue uma atitude de submissão dos interesses portugueses a interesses estrangeiros. Decidindo com a colaboração do PS a incondicional ratificação do Tratado de Maastricht, Cavaco entrega ao estrangeiro poderes e competências fundamentais da soberania e independência nacionais. Aceita para Portugal um lugar discriminado, periférico e submisso na União Europeia, recebendo de instâncias supranacionais de carácter federalista dominadas pelos Estados mais ricos e poderosos ordens de cumprimento obrigatório para a sua política económica, industrial, agrícola, de pescas, financeira, orçamental, externa, de defesa, de segurança, de emigração.

Agora, ao concorrerem às eleições para o Parlamento Europeu, o PS e o PSD para não perderem votos gritam que sempre estiveram contra a evolução da Europa para o federalismo. O votos que deram para ratificação do Tratado de Maastricht aí estão para os desmentir.

O resultado da política do governo PSD não foi o proclamado "sucesso" nem o anunciado "oásis" na Europa, mas uma profunda crise económica e social, a destruição do aparelho produtivo, a recessão, zonas desertificadas, um futuro incerto para o povo e o país. Com tal política, Portugal não anda para a frente antes é obrigado a uma marcha atrás na história.

É uma vergonhosa falsificação dos factos atribuir a crise profunda e o descalabro do país à revolução de Abril e a factores externos, quando a causa directa é a política de direita, a política contra-revolucionária, a política de destruição das conquistas democráticas da revolução de Abril.

Uma alternativa democrática para superar a crise e resolver os gravíssimos problemas existentes não é possível numa linha de restauração de elementos e valores do passado anterior ao 25 de Abril mas na projecção das experiências e valores da revolução de Abril num programa capaz de assegurar o futuro democrático e independente de Portugal.

A revolução de Abril no futuro de Portugal

Coloca-se às forças democrática e ao povo português a tarefa de impedir que as forças reaccionárias instaladas no poder continuem a sua obra já adiantada de destruição da democracia instaurada com a revolução de Abril, impedir que conduzam Portugal a um sistema e a um regime de exploração, de opressão social e política, a um verdadeiro desastre nacional.

O futuro democrático e independente de Portugal não pode ser assegurado ressuscitando estruturas, princípios e soluções que vêm do 24 de Abril, mas sim, como muitas vezes se tem dito, nos caminhos que Abril abriu.

A revolução de Abril trouxe-nos numerosos ensinamentos e lições que enriqueceram as nossas análises, estimularam criativos desenvolvimentos teóricos, permitiram correcta interpretação e resposta ao mundo em mudança e possibilitaram a definição mais rigorosa dos nossos objectivos e do nosso Programa.

A situação internacional e a situação nacional na actualidade são muito diferentes do que eram 20 anos atrás. As mudanças trouxeram consigo experiências positivas e negativas e novas realidades com novos problemas que exigem novas soluções. A necessária estruturação, dinamização e eficiência do aparelho produtivo parte agora em sectores fundamentais (banca, indústria, agricultura, pescas) de potencialidades profundamente afectadas. A integração na União Europeia com Maastricht cria fortes obstáculos ao nosso desenvolvimento que só um governo, uma política e uma atitude verdadeiramente nacionais podem superar. Não se trata pois de repetir literalmente a experiência passada.

Tendo em conta a diferença de situações, os valores de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa, correspondem entretanto em muitos aspectos fundamentais a orientações válidas e constituem elementos integrantes de qualquer política verdadeiramente democrática alternativa à actual política de direita.

Não é do interesse de Portugal e do povo português que, no prosseguimento da destruição das conquistas e valores de Abril, tenhamos no futuro um regime político de liberdades discricionadamente limi-

tadas e reprimidas e um poder absolutizado de cariz autoritário. A economia nacional dominada e submetida aos interesses egoístas de alguns grupos de grandes capitalistas. A exploração agravada. A liquidação de direitos dos trabalhadores e de direitos sociais. A acumulação de riqueza num lado e a acumulação de miséria no outro. A regressão cultural e a perda de elementos constitutivos da própria soberania e independência.

É do interesse de Portugal e do povo português que salvaguardando e projectando no futuro os valores de Abril, a democracia seja assegurada e aprofundada nas suas vertentes política, económica, social e cultural e no quadro de uma quinta vertente condicionante - a independência e soberania nacionais.

Tais são as grandes linhas, aqui apenas ligeiramente apontadas, de uma política democrática que, ao comemorar Abril, propomos ao povo português.

Um regime de liberdade, no qual o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos sejam assegurados sem discriminações, com igualdade de oportunidades e dispondo de uma comunicação social pluralista, democrática e responsável. No qual um Estado democrático em que a estrutura, mecanismos de fiscalização democrática e sis-



tema e leis eleitorais, impossibilitem o abuso, a absolutização e a impunidade do poder e compreendam a descentralização de competências, um poder local democrático, formas de participação directa do povo, uma justiça democrática, forças armadas com o primado da defesa da independência e da integridade territorial e a autonomia das Regiões Autónomas no quadro da unidade nacional.

Um desenvolvimento económico que responda aos interesses nacionais e à solução dos grandes problemas sociais, o que exige uma economia mista com um dinâmico Sector Empresarial do Estado nos sectores básicos e estratégicos, a reorganização, especialização, modernização e dinamização do aparelho produtivo, uma reforma agrária na zona do latifúndio, a mobilização dos recursos e potencialidades nacionais, o aumento da produção e substancial redução dos grandes défices energético, alimentar, de bens de equipamento e tecnológico.

Uma política social que restaure e aprofunde direitos dos trabalhadores que estão a ser liquidados, que promova o melhoramento das condições de vida do povo, que garanta os direitos das mulheres, dos jovens e dos reformados, que cumpra os deveres do Estado na solução dos problemas da saúde, do ensino, da habitação, da segurança social, da defesa do meio ambiente, que ponha fim às grandes discriminações e flagelos sociais.

Uma política cultural, de educação e do ensino que, nas múltiplas áreas da sua intervenção e com as estruturas e recursos adequados, garanta a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento, a concretização das suas vocações e potencialidades, à livre fruição e criação culturais.

Uma política verdadeiramente nacional, seja na política interna, seja com uma política externa de segurança e defesa, de relações diplomáticas e económicas, determinada pelo primado da defesa dos interesses nacionais e da independência e soberania nacionais, pela firme recusa a aceitar ser Portugal um país submetido ao estrangeiro segundo os termos de Maastricht e igualmente pela não menos firme determinação de Portugal assumir o pleno e irrecusável direito de decidir livremente o seu próprio regime, o seu próprio governo e o seu próprio futuro.

As comemorações do 20º aniversário de Abril e a falsificação da história

Nós, os comunistas, e connosco muitos outros democratas comemoramos o 20º aniversário do 25 de Abril dizendo com verdade o que foi e o que significou a revolução democrática e quais foram e são as suas realizações e os seus valores.

Está, porém, em curso uma gigantesca tentativa de falsificação da história que, invocando as comemorações, visa não comemorar mas denegrir, contestar e pôr em causa o 25 de Abril e a revolução democrática.

Esse é o sentido geral e o objectivo cada vez mais descarado, em livros, artigos, folhetos, conferências, colóquios, entrevistas, debates, programas de horas inteiras em televisões e em rádios.

O 25 de Abril que nós comemoramos significa o julgamento e justa condenação histórica do passado de opressão e terror fascistas, e daí a necessidade de informar e esclarecer, sobretudo as jovens gerações, do significado libertador da revolução democrática.

A gigantesca operação de falsificação em curso, pretende branquear o passado de opressão e terror fascista e transformar as comemorações no julgamento e condenação do 25 de Abril. Assiste-se a revoltantes espectáculos em grandes órgãos de comunicação social. Silenciam-se as vítimas do fascismo e as forças às quais se deve a liberdade e a democracia e tratam-se como heróis torcionários e assassinos que vêm falar e negar os seus crimes como se estivessemos ainda nos tempos da ditadura dos tribunais plenários e fossem eles os acusadores.

O 25 de Abril que nós comemoramos foi o culminar da resistência e da luta contra a ditadura fascista ao longo de 48 anos, luta da classe operária, dos trabalhadores, do povo, dos democratas, sem a qual não teria sido possível a revolução democrática.

A grande operação de falsificação histórica procura ou silenciar, ou denegrir essa luta heróica de sucessivas gerações.

O 25 de Abril que nós comemoramos foi o levantamento militar conduzido pelos capitães do MFA logo seguido do levantamento popular.

A grande operação de falsificação em curso calunia a acção revolucionária do MFA e do movimento operário e popular procurando como que colocá-los no banco dos réus de um tribunal de opinião pública em que os juízes seriam os representantes do passado fascista.

O 25 de Abril que nós comemoramos significou a conquista da liberdade e de um regime democrático com os seus elementos constitutivos de natureza política, económica, social e cultural.

A grande operação de falsificação histórica em curso procura denegrir, acusar e condenar as grandes conquistas democráticas da revolução. Em torno dos chamados três DDD (Democratizar, Descolonizar, Desenvolver) escrevem-se infundáveis textos e multiplicam-se, como espectáculos mediáticos, debates que, pela composição discriminatória dos participantes e pela condução dos próprios debates pretendem inculcar à ideia de que a revolução de Abril não democratizou, nem desenvolveu o país e que a descolonização foi uma história de erros e traições. Entre as grandes mentiras conta-se aquela que atribui à revolução democrática a destruição do aparelho produtivo e a actual crise económica e social que se devem com verdade à contra-revolução.

O 25 de Abril que nós comemoramos contém a exaltante luta vitoriosa contra sucessivas tentativas de golpes reaccionários que pretendiam cortar o passo à democratização da sociedade portuguesa, conquistar o poder e instaurar uma nova ditadura.

A grande operação de falsificação em curso, retomando infames invencionices, pretende que após o derrubamento do governo fascista quem quis tomar o poder e instaurar uma ditadura foi o PCP e não a reacção.

O 25 de Abril que nós comemoramos é a democracia cujos elementos constitutivos fundamentais têm sido destruídos pelo processo contra-revolucionário que o actual governo com a sua política antidemocrática procura completar. As comemorações, por isso, significam também a luta actual, necessária e urgente por uma alternativa democrática ao governo e à política de direita.

A grande operação de falsificação histórica procura inculcar à ideia de que a política de direita, nomeadamente do governo do PSD de Cavaco Silva é que constitui a verdadeira democracia contra projectos totalitários.

O 25 de Abril que nós comemoramos é a revolução democrática na qual plena e frontalmente assumimos na altura e assumimos agora a responsabilidade da nossa intervenção e contribuição.

A grande operação de falsificação histórica deforma, deturpa e inventa responsabilidades, absolve responsáveis e oculta culpabilidades.

O 25 de Abril que nós comemoramos é a liberdade e a democracia para a qual o nosso Partido, sempre com os trabalhadores, sempre como o povo, deu uma contribuição sem paralelo, tanto pela luta heróica de gerações de comunistas no tempo da ditadura, como no período da revolução.

A grande operação de falsificação histórica procura ou silenciar ou caluniar nos termos mais vis a luta do PCP.

O 25 de Abril que nós comemoramos é o 25 de Abril dos capitães do MFA, dos trabalhadores e do povo, e por isso, contribuindo para as múltiplas e variadas iniciativas comemorativas, estamos empenhados nas comemorações populares, que adquiram este ano particular importância. Neste sentido, é apropriado fazer aqui um apelo para a participação na manifestação popular tradicional em Lisboa no dia 25 na Avenida da Liberdade e para a grande manifestação da CGTP-IN no 1º de Maio fazendo recordar o histórico 1º de Maio de 1974.

Contrariamos atitudes e iniciativas que, a pretexto das comemorações, falsifiquem a história. E estamos empenhados em que as comemorações estejam à altura e sejam dignas da data e dos feitos que comemoramos.

O 25 de Abril que comemoramos não é um mero acontecimento passado que lembremos, mas uma grande feito histórico que mantém marcas profundas na vida presente e contém experiências e valores indispensáveis para o futuro de Portugal.

Viva o 25 de Abril!

Apontando responsabilidades dos governos e dos partidos que apoiaram Maastricht

PCP defende nova política para a criação de emprego

Num encontro-debate que promoveu no passado sábado, em Lisboa, com a participação de uma centena de quadros comunistas de vários distritos, o PCP analisou o preocupante aumento do desemprego em Portugal e na Comunidade Europeia.

Nas intervenções de Domingos Abrantes, Luís Sá, Sérgio Ribeiro, Agostinho Lopes, Octávio Teixeira, Jerónimo de Sousa, Carlos Carvalhas e outras camaradas foi feita a denúncia viva dos dramas sociais provocados pelo desemprego, foram apontadas as causas profundas do crescimento do número de trabalhadores sem emprego, foram lembradas as responsabilidades dos governos e dos partidos (de direita, mas também socialistas) que, sentindo agora aproximar-se as eleições para o Parlamento Europeu, procuram esconder o apoio que sempre deram às políticas monetaristas e às linhas expressas no Tratado de Maastricht.

Mas, para além da firme e fundamentada crítica, os comunistas apontaram também soluções, defendendo uma nova política, que permita o desenvolvimento equilibrado e independente do País, estanque o aumento do desemprego e aumente o volume de emprego.

As linhas principais da política alternativa defendida pelo PCP foram sintetizadas na intervenção de encerramento do secretário-geral. Carlos Carvalhas sublinhou que «o combate ao desemprego exige uma outra política e um novo rumo para a integração europeia» e «exige medidas de emergência, medidas tomadas no nosso País e medidas tomadas à escala europeia».

«Há que ter em conta que não haverá um aumento significativo da produção sem um aumento significativo do consumo e este não aumentará significativamente sem uma importante alteração na repartição da riqueza. O que passa também pelo abandono das políticas contraccionistas, pelo abandono da política tendente a combater a perda de competitividade através da redução dos custos salariais, e pelo estímulo ao investimento, à produção e à criação de empregos.

«Passa pelo estabelecimento a nível comunitário de regras de disciplina multilaterais no âmbito da mundialização da produção (deslocalização industrial) e, em particular, do controlo da circulação de capitais, paralelamente com a interdição de paraísos fiscais. Passa também, a nível comunitário, pela redução dos horários de trabalho nacionais sem perda de salário.

«A nível nacional, exige-se uma política de baixa rápida das taxas de juro reais, na medida em que são elas que mais directamente influenciam o nível de investimento e, portanto, do crescimento económico e do emprego; a penalização, por via fiscal ou outra, das aplicações financeiras predominantemente especulativas e de todas as actividades parasitárias; o fim do processo de privatizações; a promoção e eficácia do investimento do sector empresarial do Estado e do sector público no sen-

das, do pluriemprego e da elevação da carga de trabalho) e uma «periferia» constituída por trabalhadores com empregos precários e clandestinos e por excluídos sociais. Exige que se encare novas formas de financiamento da segurança social, visando complementar um sistema com base em salários com novas fontes de financiamento; que melhore as políticas activas de emprego no sentido de lhes conferir maior eficácia - ajuda e ocupação adequada de desem-

«Um outro vector da máxima importância situa-se no ensino e na formação, na resposta aos grandes desafios que hoje se põem à formação profissional investindo na formação inicial de jovens e na formação da reconversão, particularmente nos sectores e empresas sujeitos a reestruturações produtivas; no reconhecimento da formação empírica, obtida no exercício das actividades profissionais; na aposta na formação contínua ligada à actividade profissional, em

toda a política de desenvolvimento regional e de distribuição do rendimento e de apoio às actividades produtivas.

«Aproveitamento das potencialidades das regiões, por forma a contrariar a tendência para o progressivo esvaziamento do interior e a concentração da população no litoral.

«Uma política de distribuição do rendimento que favoreça o crescimento sustentado da procura interna, nomeadamente do consu-

bém por decidida intervenção no domínio da luta ideológica, particularmente importante quando se sabe que a ofensiva global contra os salários, os direitos dos trabalhadores e os sistemas de segurança social a nível comunitário têm sido precedidas de uma ofensiva ideológica neoliberal, assente nos dogmas do mercado, da competitividade e na desregulamentação.

«Particularmente importante ainda no nosso caso em que se comemora o 20º aniversário da Revolução de Abril e em que se procura fazer esquecer e silenciar a natureza de classe do regime fascista e em que assume grande relevo a campanha para contestar e caluniar as grandes transformações económicas e sociais que, no processo da revolução democrática, acompanham de forma historicamente indissociável a conquista da liberdade e a construção da democracia política.

«Reafirmamos que o apagamento do significado profundo da Revolução de Abril, dos seus ideais, valores e esperanças é do interesse directo de uma política apostada, para hoje e para amanhã, no agravamento das condições de vida da população, no reforço da exploração dos trabalhadores e na liquidação dos seus direitos e regalias, na acentuação das injustiças e desigualdades sociais, na plena reconstituição do poder e privilégios do grande capital, na degradação da democracia política, no sacrifício da soberania e da independência nacionais.»



pregados, serviços de informação, políticas de formação; que alargue a prestação de serviços sociais, designadamente no âmbito da saúde, da educação, da rede de educação pré-escolar, do apoio à terceira idade e da habitação.

resposta ao «negócio da formação», o que passa pelo desenvolvimento de estruturas próprias nas empresas.

«Particularmente importante é também a acção das autarquias na perspectiva do emprego local e

mo popular, e a acumulação para o investimento produtivo e que penalize a acumulação financeira parasitária.

«Mas estas medidas, pistas de reflexão e propostas de orientação deverão ser acompanhadas tam-

tido da criação de emprego; a redução da duração do trabalho semanal máxima para 40 horas.

«Exige uma política de emprego e de protecção social que, combata a dualização do emprego com um «centro» com trabalhadores mais qualificados e com uma forte intensificação do trabalho (por via do aumento das horas extraordiná-

Direitos constitucionais

«Na revisão constitucional que vai ser possível a partir de 8 de Julho, vai-se previsivelmente registar uma batalha fundamental em torno dos direitos dos trabalhadores.» (...)

«A Constituição Europeia tem desde logo uma consequência fundamental que importa sublinhar: é que esta Constituição teria um primado, isto é, prevaleceria sobre a Constituição Portuguesa. A Constituição Europeia pode ser uma forma indirecta de afectar direitos fundamentais, em particular dos trabalhadores.»

(Da intervenção de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP e cabeça-de-lista da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu)

Promessas e factos

«Poder-se-á atribuir alguma credibilidade ao objectivo de criar 15 milhões de empregos até ao ano 2000, quando foram os próprios autores do Livro Branco que afirmaram que os efeitos da integração comunitária, com a concretização do Mercado Único, impulsionando a racionalização, a reestruturação e a deslocalização das actividades económicas «contribui para desestabilizar o mercado de trabalho europeu?»

O fracasso das políticas e dos planos da CE para combater o desem-

prego está tão abundantemente demonstrado pela própria realidade que quase dispensaria comentários. Em 1974, o número de desempregados na CE situava-se ao nível dos 3 milhões. Um ano depois, eram já 5 milhões. E desde então, com a excepção de períodos muito curtos, não deixou de crescer.»

(Da intervenção de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP)

O preço da especulação

«Cada vez mais os aumentos de produtividade obtidos com o desenvolvimento dos factores produtivos são apropriados pelo capital para engrossar os lucros. E apenas uma parte mínima desses lucros, à escala mundial, é aplicada em investimento produtivo. O grosso dos lucros crescentes do capital transnacional é aplicado na pura especulação financeira, cambial e imobiliária, parasitando a actividade produtiva, travando o crescimento e o investimento produtivos, provocando o agravamento crescente do desemprego e lançando na miséria mais abjecta centenas de milhões de seres humanos em todo o mundo.»

(Da intervenção de Octávio Teixeira, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP)

Resultados evidentes

«A direita e o grande capital, virados para a recuperação e restauração capitalista, sempre consideram as leis consagradas do direito ao trabalho um obstáculo para a sua estratégia e objectivos. De tal estratégia não se isenta o PS, se considerarmos que o seu decreto-lei dos contratos a prazo, em 1976, foi a primeira brecha na segurança do emprego, munindo o patronato dum meio para transformar em regra o que devia ser excepção e converter empregos estáveis em precários.

Creio ter actualidade registar o preâmbulo dessa lei do PS e sublinhar as passagens que referem que, com tal diploma, «facilitar-se-ia a criação de emprego, o aumento da oferta de emprego, ganhar-se-ia a confiança dos investidores e promover-se-ia a estabilidade». O que aumentou não foi o emprego, mas sim a precariedade.»

(Da intervenção de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do CC do PCP)

Vêm aí as eleições...

«Numa primeira síntese, poder-se-ia dizer que o texto da Mesa-Redonda do patronato europeu é um livro aberto; que o Livro Branco determinado pelo mesmo fio condutor das respostas da Mesa-Redonda é, de facto, um livro em

branco, onde se podem inscrever, desde as políticas liberais e conservadoras de John Major, às «socialistas» propostas de Felipe Gonzalez; que o Relatório Larsson... é um programa... eleitoral.

Essa é de facto a razão para tantos livros. Em Junho haverá eleições para o Parlamento Europeu. Os partidos - socialistas e sociais-democratas, democratas-cristãos e liberais - responsáveis pelas políticas comunitárias e de cada Estado da União Europeia, que conduziram aos 20 milhões de desempregados, consideram que é tempo de tirar o cavalo da chuva...»

(Da intervenção de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP)

Destruição

«À dinâmica capitalista e à estratégia comunitária pode juntar-se a política nacional, formando-se um verdadeiro «triângulo das Bermudas» em que naufraga o aparelho produtivo português e de que resulta ser Portugal o Estado-membro em que o desemprego mais cresceu no último ano e em que as perspectivas de evolução próxima são muito preocupantes, dados os sectores e regiões atingidos pela desagriculturização, pela despescarização, pela desindustrialização.»

(Da intervenção de Sérgio Ribeiro, deputado do PCP ao Parlamento Europeu e de novo candidato nas listas da CDU)



Com Vasco Gonçalves Marinha Grande evoca Revolução

Promovida pela Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, realizou-se na passada sexta-feira, uma sessão evocativa do 20.º aniversário do 25 de Abril, com a participação do general Vasco Gonçalves.

Perante mais de quinhentas pessoas, usaram da palavra Sérgio Moiteiro, da comissão concelhia do PCP, e Filipa Bonita, da JCP.

Sérgio Moiteiro evocou a luta dos trabalhadores marinhenses, designadamente dos operários vidreiros que durante o regime fascista escreveram gloriosas páginas da luta do movimento operário, como foi exemplo a insurreição de 18 de Janeiro de 1934.

Aquele dirigente lembrou que «45 conterrâneos nossos totalizaram 290 anos nas prisões de Salazar dos quais alguns regres-

saram com vida». Mais adiante referiu as greves dos vidreiros nas vésperas do 25 de Abril e condenou o entendimento PS/PSD que levou à aprovação da alteração do nome de Avenida do Vidreiro para Avenida Vítor Galo, em homenagem «a uma pessoa que, pelos altos cargos que ocupou durante o antigo regime, demonstrou ser da inteira confiança de Salazar».

Filipa Bonita, da JCP, que nasceu precisamente em Abril de 1974, falou dos direitos essenciais que a conquista da liberdade e da democracia

trouxe aos jovens, como o fim da guerra colonial, a educação, a cultura, o direito ao trabalho e à habitação que a Constituição da República viria a consagrar, mas que o poder político tem vindo a considerar como letra morta. «Vivemos hoje em liberdade, mas a juventude tem de ter consciência de que a liberdade não é só o direito de votar, é igualmente o direito de ter uma casa, ter um emprego, ter acesso à educação gratuita».

Vasco Gonçalves, na sua longa, e muito atentamente seguida, intervenção recordou as condições políticas que levaram ao 25 de Abril, salientando o papel dos jovens militares, mas também as lutas sociais e políticas durante o antigo regime, nas quais os comunistas tiveram um papel relevante.

A propósito da descolonização, considerou que a comunicação social e o poder político estão a tentar colocar o 25 de Abril e os seus promotores no banco dos réus, branqueando figuras do antigo regime e a própria PIDE/DGS.

Mais à frente o general sublinhou que a Constituição progressista da República Portuguesa foi aprovada já depois do 25 de Novembro, mas de então para cá toda a política tem sido orientada contra as conquistas

da revolução de Abril e os direitos constitucionais consagrados.

Vasco Gonçalves referiu-se às contradições do próprio MFA que tendo homens de esquerda, tinha também figuras de direita, como o próprio general Spínola, cujo envolvimento nos sucessivos golpes contra-revolucionários, de Palma Carlos, do 28 de Setembro e de 11 de Março, juntamente com acções e atitudes esquerdistas, demonstraram as contradições do MFA e facilitaram o avanço da contra-revolução.

As nacionalizações, a seguir ao 11 de Março, foram uma medida patriótica para salvar a economia nacional, disse Vasco Gonçalves que salientou que um forte sector estatal é indispensável a um regime democrático e progressista. O general defendeu o entendimento das forças democráticas para a construção de uma alternativa democrática à política do Governo de Cavaco Silva que continua a entregar os interesses de Portugal ao grande capital nacional e estrangeiro.

A terminar, afirmou que as ideias do socialismo não morreram, pois a exploração e as classes dominantes continuam a desferir grandes ataques aos direitos dos trabalhadores e dos povos.

O 25 de Abril foi tema de um colóquio realizado na passada sexta-feira em Torres Novas, para o qual foi convidado **Alvaro Cunhal**, presidente do Conselho Nacional do PCP.

A iniciativa foi promovida pelo Cine Clube de Torres e atraiu mais de uma centena de pessoas que encheram completamente a sala da Alcaldaria do Castelo.

Após a intervenção de Álvaro Cunhal, que analisou longamente o processo do 25 de Abril, condenando o branqueamento do antigo regime, protagonizado por alguns órgãos de comunicação designadamente pelas televisões, seguiu-se um período de debate em que foram colocadas várias questões pelos presentes sobre a revolução libertadora.

Diferente é o entendimento que os eleitos do CDS, do PSD e alguns do PS, na Assembleia Municipal de Aveiro, têm do 25 de Abril. Na votação de uma moção apresentada pelo eleito da CDU, que propunha a realização de uma sessão extraordinária de evocação do 25 de Abril, o CDS e PSD dividiram-se entre votos contra e abstenções, enquanto o PS se dividiu entre abstenções e votos a favor.

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP comenta o facto afirmando que «a decisão tomada pela maioria da Assembleia Municipal não honra as tradições democráticas que Aveiro adquiriu na luta contra o fascismo e não corresponde aos sentimentos democráticos da maioria do concelho».

Meia centena de militantes participaram no passado sábado no Plenário da Organização de S. Miguel, que elegeu por unanimidade a nova Comissão de Ilha e aprovou um documento com orientações para a intervenção do Partido em S. Miguel. O plenário decidiu a participação dos comunistas nas comemorações unitárias dos 20 anos de Abril, e em iniciativas próprias, nomeadamente no Pico da Pedra, onde terá lugar um jantar-convívio organizado pela CDU local.

«**Reforçar o PCP** é defender Abril» foi o lema da 3ª Assembleia da Organização de Mora do PCP, realizada no passado sábado, na Casa da Cultura. 76 delegados e 11 convidados seguiram os trabalhos da assembleia que fez o balanço da actividade desenvolvida no concelho.

13 delegados usaram da palavra, abordando temas como a luta de massas, a terceira idade, as mulheres, o associativismo, as organizações de freguesia e fundos.

A reunião aprovou por unanimidade uma resolução que traça as principais orientações de trabalho e elegeu uma nova Comissão Concelhia com 21 camaradas, 19 por cento dos quais são mulheres, e com uma média de idades de 40,6 anos.

No encerramento interveio o camarada Diamantino Dias, membro da DOREV e do Comité Central, que valorizou a realização regular de assembleias de organização, «não apenas para cumprir os Estatutos do Partido, mas também como factor de dinamização das respectivas organizações». Este dirigente salientou ainda a importância do reforço da organização do Partido e à sua ligação dos locais de trabalho, sublinhando as adesões que têm registado em todo o Alentejo.

A 3ª Assembleia de Organização das Caldas da Rainha do PCP decorreu no passado dia 10, tendo aprovado o relatório da Comissão Concelhia cessante que analisa a actividade partidária no concelho durante os últimos anos. A assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, composta agora por 12 camaradas, e debateu a situação política e social.

Os militantes do concelho de Valpaços estiveram reunidos no passado dia 16 de Abril para debater aspectos da organização local do Partido e prepararem as comemorações dos 20 anos do 25 de Abril e as próximas eleições para o Parlamento Europeu. Na reunião foi eleita a nova Comissão Concelhia, que decidiu promover um jantar comemorativo da revolução de Abril.

O 73º aniversário do PCP foi assinalado pela Comissão de Freguesia de Stª Maria dos Olivais com um almoço realizado no passado mês de Março que reuniu cerca de 50 camaradas.

Participaram na iniciativa a camarada Zilda de Carvalho, membro do CC, e Astrid Corte Real, secretária da Junta de Freguesia e membro da Direcção da Zona Oriental da Cidade de Lisboa do PCP.



Fogos podem agravar-se no próximo Verão

«A enorme procura de madeira e a dificuldade da sua aquisição, assim com a ausência de medidas de prevenção adequadas, pode vir a ser um factor de agravamento dos fogos florestais no próximo Verão», considera em comunicado a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, que juntamente com o Grupo Parlamentar do PCP promoveu, no passado dia 8 de Abril, uma visita do deputado Lino de Carvalho a vários concelhos do distrito.

Durante a deslocação, Lino de Carvalho teve oportunidade de contactar com bombeiros, autarquias e empresas ligadas à floresta nos concelhos da Sertã, Proença e Vila Velha de Ródão, participando no final num colóquio sobre «a floresta, as indústrias e o ambiente».

No distrito de Castelo Branco, segundo uma nota da DORCB, «continuam por reflorestar as áreas ardidas, que só nos últimos cinco anos representaram 208 dos 286 mil hectares do total de floresta. O Ministério da Agricultura tem sido incapaz de implementar as estruturas necessárias à prevenção dos incêndios, argumentando com a existência da estrutura minifundiária e absentista».

Por outro lado, «aumenta a área florestal onde o eucalipto vai substituindo o pinheiro, sem que se tomem medidas para preservar a floresta tradicional, sem apoios ao associativismo. Os produtores estão descapitalizados e na prática impedidos de investir dada as elevadas taxas de juro».

«A fraca rentabilidade da floresta tem levado à desertificação humana, a qual representa mais um factor para o aumento dos fogos florestais, com a consequente perda de milhares de contos. Os gastos com a prevenção são feitos apenas numa perspectiva mediática quando poderia ser simultaneamente para a floresta e a protecção civil».

A Sotima e a Portucel debatem-se com graves problemas de abastecimento de matéria-prima, tendo de recorrer à importação, dada a fraca produção e também ao desmantelamento das estruturas produtoras intermediárias a montante».

Face a esta situação, o PCP considera que é «urgente a tomada de medidas a nível económico e de prevenção, responsabilizando desde já o Governo pelas previsíveis consequências dos fogos florestais, caso não tome as medidas adequadas».

CAMARADAS FALECIDOS

Lúcio Costa

Faleceu após prolongada doença, **Lúcio Carvalho Costa** que pertencia à célula na Shell Portuguesa, antes de passar à reforma. Actualmente vivia em S. João das Lampas, no concelho de Sintra, onde militava. Era eleito pela CDU na Assembleia de Freguesia.

Fernando Furtado

Faleceu no passado dia 9 de Abril, em Vila Real de Santo António, com 75 anos, **Fernando Cândido Furtado**. O camarada foi professor de História e estava reformado.

Adriano dos Santos

Faleceu, com 68 anos, **Adriano Lameira dos Santos**. Reformado da Carris, militava desde jovem no Partido, estando organizado na freguesia da Buraca, onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Portugueses na Suíça têm salários em atraso

Mais de 30 portugueses, junto com outros trabalhadores de outras nacionalidades, recorreram à greve para obrigarem uma empresa da região de Sion a cumprir os acordos contratuais e a pagar os salários em atraso.

Num comunicado da Organização do PCP na Suíça, que reuniu recentemente em Sion, no Cantão de Valais, para debater a situação da emigração portuguesa, afirma-se que nesta região «os salários em atraso são uma realidade» e os trabalhadores «unem-se e lutam pela defesa dos seus direitos mais elementares».

Por outro lado, o Cantão de Valais, onde se concentra a maior comunidade de portugueses na Suíça, regista o «maior índice de desemprego, clandestinidade, degradação das relações de trabalho, baixos salários, deficiente apoio social e consular», concluiu o Plenário que condenou a suspensão pelo Governo PSD «do apoio consular que esta dado através de uma deslocação periódica a esta região».

A Organização do PCP na Suíça «exige dos governos português e suíço medidas concretas que facilitem a integração dos emigrantes e contribuam para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho».

Entre as várias reivindicações dos comunistas incluem-se «a abolição do estatuto do trabalhador temporário e a recusa de qualquer outra forma de estatuto discriminatório do trabalhador estrangeiro; a harmonização de políticas em matéria de reagrupamento familiar e direito de residência; direitos políticos a nível local e cantonal; o direito ao trabalho, à mobilidade profissional e geográfica na Suíça, assim como à valorização profissional e pessoal; o direito a alojamentos decentes e à segurança social».

O plenário congratulou-se ainda com o êxito da iniciativa comemorativa do 73º aniversário do PCP, que levou até Neuchâtel perto de uma centena de militantes e amigos do PCP e apelou aos militantes a participarem nas comemorações dos 20 anos do 25 de Abril.

«Festa do "Avante!" Festa de Abril»

A preparação da Festa do «Avante!» esteve em foco no passado sábado na Quinta da Atalaia, onde teve lugar um debate-convívio que reuniu centena e meia de camaradas

A abrir o debate, Fernando Vicente apresentou dados referentes à Festa de 1993, salientando que «40 por cento dos visitantes tinham menos de 24 anos e 46 por cento menos de 30 anos; 70 por cento eram simpatizantes ou militantes do Partido, 22 por cento não tinham simpatia partidária definida e 10 por cento eram simpatizantes de outros partidos; 17 por cento dos visitantes vieram em 1993 pela primeira vez à festa e que 60 por cento vêm quase sempre; além dos espectáculos (75 por cento), são razões fortes para a vinda à Festa o ambiente (50 por cento) e as actividades culturais (40 por cento).

As novidades no terreno

Sobre a edição deste ano, Fernando Vicente adiantou que toda a zona fronteiriça ao Palco e junto do Polidesportivo, vai ter um arranjo definitivo, com a melhoria dos arruamentos interiores e nivelamento deste espaço disposto em socacos, com comunicações por escadas definitivas, iluminação pública e reforço de infra-estruturas de energia, água e esgotos. Este espaço receberá ainda um tratamento vegetal, com o arrelvamento, flores, arbustos e árvores.

A zona onde em 1993 estiveram instaladas as organizações de Setúbal, Alentejo, Santarém e o Auditório 1º de Maio estão a conhecer importantes trabalhos de regularização e intensificação de infra-estruturas, com vista a uma mais fácil implantação da festa e a uma maior comodidade dos visitantes.



O objectivo é criar as condições para uma melhor circulação no interior durante a enchente da Festa, em particular no sábado à noite.

Quanto às jornadas de trabalho normais e regulares foi anunciado que terão início em 18 de Junho. Contudo, para vencer este atraso, prevê-se uma jornada em Maio e jornadas durante a semana.

Relativamente à divulgação da Festa e venda da EP (que cada um compre já a sua EP e seja um vendedor activo), entendeu-se que esta campanha deve ser encarada com um necessário e indispensável «seguro de vida da Festa» e a levar activamente à prática, dentro e fora do Partido.

A próxima edição desta grande manifestação política e cultural do PCP decorrerá sob o lema «Festa do Avante!, Festa de Abril», e reflectirá fortemente os 20 anos da Revolução de Abril, dando assim expressão à decisão do Comité Central.

Deste modo, o destaque vai para as exposições políticas (face à campanha de branqueamento do fascismo e de falsificação da história) e para a música e o 25 de Abril.

Está igualmente prevista uma exposição de artes plásticas de grandes artistas portugueses e estrangeiros convidados, bem como funcionarão os habituais espaços como o Avanteatro, o folclore, espaço internacional e

desporto. A Festa do Livro e do Disco estará ainda presente, este ano em espaços separados.

No decorrer do debate, intervieram vários camaradas que apresentaram opiniões, críticas e sugestões sobre os vários aspectos da divulgação, construção e funcionamento da Festa, nomeadamente sobre a necessidade de nas diversas organizações se começar já a preparar a Festa.

Após o encerramento, em que interveio Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central, foi feito o leilão da EP nº1, que depois de renhida licitação, rendeu 111 contos. Seguiu-se um lanche que proporcionou um animado convívio entre os participantes.

Lobão Vital homenageado no Porto

Por iniciativa da DORP, decorreu no passado sábado, no cemitério do Prado do Repouso, uma homenagem ao arquitecto Lobão Vital, cujo corpo foi trasladado para jazigo próprio, obra da autoria do arquitecto Alcino Soutinho e do escultor José Rodrigues.

Na presença de mais de uma centena de pessoas, onde se encontravam vários dirigentes e militantes do Partido, entre os quais a eng.ª Virgínia Moura e muitos outros democratas, usaram da palavra o prof. José Morgado, que integrou a comissão de homenagem, e o camarada Jorge Sarabando, membro do Comité Central do PCP.

José Morgado evocou diversos momentos da luta anti-fascista de Lobão Vital, a participação em campanhas eleitorais, como as das candidaturas de Norton de Matos e a de Ruy Luís Gomes, no MUD e no Movimento Nacional Democrático, em manifestações populares e os brutais espancamentos a que foi sujeito.

Jorge Sarabando falou a seguir, referindo a linha de continuidade existente entre a luta travada por Lobão Vital e a que hoje é desenvolvida pelo PCP.

Esta iniciativa inseriu-se no ciclo de comemorações dos 20 anos do 25 de Abril promovido pela DORP, no âmbito do qual foi



exibido, no passado dia 28 de Março o filme «A fuga de Peniche», comentado por António Dias Lourenço. Ainda neste ciclo foi inaugurada, em 8 do corrente, a mostra «20 de Abril através do cartaz» e teve lugar um debate

denominado «Os 20 anos de lutas juvenis. Três gerações em diálogo», com a participação de Henrique de Sousa, do secretariado do Partido. Sobre estas iniciativas daremos em próxima oportunidade de notícia mais desenvolvida.

CDU divulga propostas no Mondego

Foi em pleno Mondego, a bordo da embarcação «Basófilas» que a CDU apresentou na passada terça-feira o candidato de Coimbra ao Parlamento Europeu, Carlos Fraião, e divulgou as propostas para um desenvolvimento harmonioso da região e as linhas que vão orientar a campanha da Coligação.

Na iniciativa participaram ainda Sérgio Teixeira, da Comissão Política, António Avelãs Nunes, membro da Coordenadora Nacional da CDU, e Alfredo Campos, mandatário distrital e membro da Direcção Regional de Coimbra do PCP.

Na sua declaração, Sérgio Teixeira salientou que «nesta campanha eleitoral vai ser privilegiado «o contacto e esclarecimento junto das populações (...) vamos dar a conhecer a actividade dos nossos deputados (...) e apresentar propostas concretas que serão matéria para os nossos futuros deputados no PE».

A realidade actual do distrito de Coimbra foi qualificada por Carlos Fraião como «um exemplo das dramáticas consequências» da política comunitária do Governo PSD, referindo que «o desemprego praticamente duplicou entre Novembro de 1993 e Fevereiro de 1994».

Com particular incidência no concelho de Coimbra, verifica-se a liquidação do tecido industrial tradicional como é o caso dos têxteis, cerâmica, indústria naval, metalurgia.

Carlos Fraião alertou ainda para a precária situação dos agricultores, designadamente dos produtores de leite, vinho, arroz e milho, e para a crise das pescas e a desertificação do interior serrano. A drástica redução das despesas públicas, imposta pelo Tratado de Maastricht, foi igualmente condenada pelo candidato que se pronunciou pela construção de uma «Europa dos trabalhadores, do desenvolvimento, aberta ao mundo e assente em valores humanísticos».



«A estratégia de desenvolvimento do País na óptica do GATT, do futuro alargamento comunitário e do Novo Quadro Comunitário de Apoio», foi o tema da intervenção de Carlos Carvalhas, que esteve na passada sexta-feira no Fórum da Maia a convite da Associação Nacional de Jovens Empresários, no âmbito do ciclo «Falar de estratégia».

Com a sala do Fórum completamente cheia, a intervenção de Carlos Carvalhas foi objecto de elogio pelo presidente da Associação, que a qualificou como «a mais fundamentada e rigorosa» (comparada com as do eng. Guterres e de Manuel Monteiro, realizadas em 16 e 28 de Março). Seguiu-se um debate bastante animado que só terminou, já passava da meia-noite, por obrigatoriedade de encerramento do Fórum.

Em visita à zona oriental do concelho de Loures, esteve, no passado sábado, Luís Sá, cabeça de de lista da CDU às eleições europeias. Após um almoço-convívio, o candidato interveio num debate sobre o tema



«Odivelas - desenvolvimento regional», realizado na Sociedade Musical Odivelense, tendo terminado a jornada na Póvoa da Stª Adrião onde participou numa outra iniciativa de convívio.

A abusiva utilização de «instituições do distrito de Aveiro em favor de determinadas forças políticas» durante a campanha para as europeias é uma preocupação manifestada pela DORAV, que recentemente reuniu para discutir as próximas eleições. Os comunistas de Aveiro consideram que «a indicação de Gilberto Madaíl como candidato do PSD justifica esta preocupação em relação à máquina do Governo Civil, tanto mais que, no rescaldo das autárquicas, o próprio Governador confessou que tudo tinha sido feito para beneficiar os candidatos laranja às autarquias do distrito».

A DORAV vê ainda com apreensão a candidatura do presidente da Câmara de Aveiro que afirmou que «iria manter com a autarquia uma assessoria gratuita, cujos contornos serão certamente muito difíceis de discernir pelo cidadão eleitor, que vendo o candidato num acto público, não saberá distinguir o presidente eleito do assessor em exercício».

Dominado totalmente pelo Governo Regional passará a estar o Conselho da Juventude da Madeira, caso se verifiquem as alterações preconizadas pelo Presidente da Sétima Comissão da Assembleia Legislativa, segundo o qual apenas as Associações de Estudantes do Ensino Secundário estariam representadas no CJM - considera em comunicado a JCP/Madeira.

Esta organização juvenil defende um proposta de revogação do decreto que criou o CJM, de forma a permitir uma representatividade consentânea com a existente actualmente na Assembleia Legislativa Regional. Os jovens comunistas afirmam ainda que a actual estrutura do Conselho é pesada devido «à numerosa representação de membros do Governo (treze elementos) que é quase igual à dos representantes das organizações juvenis».

A cumplicidade e co-responsabilização do ministro Paulo Mendo com os escândalos do Hospital de Beja continua a colocar-se apesar da substituição tardia do administrador Jorge Simões, afirma uma nota da DORBE do PCP. Os comunistas não esquecem que o ministro da Saúde manifestou publicamente a sua confiança na Administração do Hospital, embora «face aos processos instaurados» tenha substituído o administrador, alegadamente em resposta ao pedido que Jorge Simões tinha apresentado para passar à reforma, dada a sua idade avançada. O PCP alerta para que «a propósito de uma oportuna reforma se não caia na cumplicidade do silêncio» em relação ao processo do Hospital de Beja».

A resposta ao requerimento apresentado ao Governo pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre o Complexo Agro-Pecuário do Cachão, é, segundo a DORBraga, «insatisfatória» já que continua a insistir na decisão de serem as câmaras municipais de Mirandela e Vila Flor a apresentarem soluções para o futuro aproveitamento do complexo. A DORBraga, considerando como positiva a informação de que, embora sem juros, já foram pagos aos produtores os créditos detidos, defende que a solução do Cachão deve passar também pela participação activa do Governo junto com as organizações da lavoura.

MISERICÓRDIAS ASSINARAM

Os sindicatos representativos dos trabalhadores das Instituições Privadas de Solidariedade Social e a União das Misericórdias assinaram anteontem um acordo que permite iniciar a actualização das condições de trabalho no sector. Vítor Duarte, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, disse à agência Lusa que o acordo conseguido define as regras-base segundo as quais vão ser actualizadas as condições de trabalho do pessoal das IPSS.

Durante a manhã, enquanto decorria a reunião entre os sindicatos e a União das Misericórdias, trabalhadores das IPSS estiveram concentrados junto ao Ministério do Emprego, para pressionar Falcão e Cunha a intervir no sentido de serem regulamentadas as suas condições de trabalho. Apesar de já terem feito várias concentrações junto ao Ministério do Emprego, os trabalhadores das IPSS, que se mantiveram em vigília na Praça de Londres até ao fim do dia e têm uma greve nacional marcada para dia 27, ainda não conseguiram que o ministro assumisse qualquer posição sobre o assunto.

INDELMA RECUSA DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores da Indelma, empresa de cabelagem para automóveis, entraram sexta-feira à tarde em greve, depois de terem tido conhecimento de que a empresa tenciona despedir 382 trabalhadores. Nelson Batista, da direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, disse à Lusa que a empresa, situada em Casal do Marco (Seixal), comunicou de manhã a sua intenção à comissão intersindical, alegando uma diminuição de encomendas. «Não percebemos por que é que vão despedir trabalhadores do quadro, quando a empresa tem 747 pessoas a trabalhar com contrato a prazo e recorre a subcontratação», disse o dirigente sindical, acusando a administração da Indelma de má gestão. A Indelma, empresa do grupo Siemens, emprega 2317 pessoas.

ENSINO PARTICULAR

A 3ª Conferência Nacional do Ensino Particular e Cooperativo, promovida sábado passado em Lisboa pela Federação Nacional dos Professores, criticou o Ministério da Educação por não mostrar «vontade política para incentivar o debate público e iniciar as negociações para a revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, em vigor desde 1980». A resolução aprovada na conferência e divulgada pela Fenprof revela ainda que foi decidido «assumir o projecto de Estatuto dos Profissionais de Educação do EPC, proposto pela Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, como uma base de trabalho negocial, respeitando o princípio de separar as matérias de natureza legislativa, a negociar com o ME no âmbito do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, das questões de natureza laboral, nomeadamente regulamentação das condições de acesso e progressão na carreira, processo de avaliação de desempenho, estrutura remuneratória, horário de trabalho e direitos e deveres das partes, que a lei reserva à competência das entidades patronais e das organizações sindicais». Foi denunciada a «insensibilidade» do ministro das Finanças, que impôs um agravamento de 2 por cento das contribuições dos professores deste sector para a Caixa Geral de Aposentações, quando a sua tabela salarial só será actualizada em Outubro.

ALMAGRE E ARRANCAR

Cerca de 700 trabalhadores das empresas Malhas Almagre e Arrancar, ambas na freguesia de Vale do Vouga, estão ameaçados pelo desemprego, numa zona em que não há alternativas - alertou o sindicato Têxtil do distrito de Aveiro. As assembleias de credores da Almagre e da Arrancar foram suspensas na semana passada e adiadas para 2 e 9 de Maio, respectivamente. O sindicato defende a viabilização de ambas as empresas, pois considera que há condições objectivas para uma recuperação económica e a falência «desencadeará, de imediato, uma situação social explosiva, cuja gravidade e consequências serão totalmente imprevisíveis». A direcção sindical decidiu convocar plenários de trabalhadores para debater acções em defesa dos postos de trabalho e dos salários. Vai ainda solicitar, com carácter de urgência, audiências a diversas entidades, nomeadamente aos conselhos de administração do BNU e da CGD, principais credores das empresas.

ÁFRICA DO SUL

Entre os observadores internacionais que vão acompanhar as primeiras eleições livres na África do Sul vai estar um representante da CGTP-IN. Rui Paixão, da Comissão Executiva da central, estará em Joanesburgo de 23 a 30 de Abril, a convite da Confederação dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU). Uma delegação da CGTP, dirigida por Fernando Loureiro, do Conselho Nacional, assistiu, como convidada, ao congresso anual da central sindical escocesa STUC, que hoje termina em Dundee.

Administração Local reafirma disposição de luta

Contra a lei dos disponíveis e os aumentos de miséria

Decorrem lutas noutros sectores da Administração Pública e novas acções podem ser marcadas brevemente

Mais de mil trabalhadores das autarquias desfilaram na passada sexta-feira da Praça dos Restauradores até ao Terreiro do Paço, manifestando-se junto à Secretaria de Estado do Orçamento contra os aumentos salariais impostos e a aplicação da lei dos disponíveis.

Uma delegação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local entregou no gabinete do secretário de Estado uma carta protestando pela insuficiência dos aumentos de 2,5 por cento decididos pelo Governo, que na prática não ultrapassaram os 0,5 por cento, pois os descontos para a Caixa Geral de Aposentações foram aumentados em dois por cento.

Na carta, reafirma-se o repúdio pela lei dos disponíveis, que o Governo tenta aplicar contra a opinião dos autarcas e o protesto dos trabalhadores, e garante-se que vão ter lugar novas acções de luta em Maio. Santos Braz, presidente do STAL, adiantou à agência Lusa que os trabalhadores da administração local vão sair de novo à rua no início da segunda quinzena de Maio, participando em manifestações regionais e distritais.

Extinção dos GATs

Os trabalhadores dos gabinetes de apoio técnico às autarquias locais, em encontros regionais realizados dia 9, no Porto, e dia 14, em Lisboa, protestaram veementemente contra a decisão do Governo de encerrar os GATs, precisamente numa altura em que eles mais são necessários, para a elaboração dos planos directores municipais. Admitindo outras formas de luta, como uma concentração nacional, caso o Governo insista em não discutir esta medida com a FNSFP e os sindicatos da Função Pública, ficou já marcada para ontem uma vigília junto ao Ministério do Planeamento e Administração do Território.

Segundo os sindicatos, independentemente do número de gabinetes cuja extinção venha a ser concretizada, o decreto-lei 66/94, de 28 de Fevereiro, coloca sempre em causa a estabilidade do emprego, pois extingue todos os quadros de pessoal dos GATs e permite o recurso à lei dos disponíveis na criação de novos quadros.

Os trabalhadores anunciaram que, além de pedirem uma audiência com o ministro Valente de Oliveira, vão também contactar a Associação Nacional de Municípios, o PR, o presidente da AR e os grupos parlamentares.

Na resolução aprovada no encontro de Lisboa são duramente criticadas afirmações do secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, o qual, «para além de subli-

nhar a existência de GATs "morbundos", esquecendo-se que foi o sucessivo esvaziamento das suas funções pelo Poder que os conduziu a tal situação, incita as autarquias, numa especulativa atitude de caça aos fundos comunitários, a recorrer aos serviços de projectistas privados com o argumento de que, assim, as

Comunidade, ao saberem que um membro do Governo português aconselha este verdadeiro desbaratar de fundos, quando o excesso de verbas pagas a "projectistas de fora" poderia ser utilizado para outros investimentos?».

Viação

Os técnicos e inspectores da Direcção Geral de Viação vão

balhadores da DGV que asseguram a linha telefónica especial e até a publicidade para indicar quais as empresas que realizam as inspecções periódicas a veículos.

A federação da Função Pública, que divulgou o documento aprovado em Coimbra, afirma que «com a publicação da nova lei orgânica da DGV e face a algumas medidas já implementadas, verifica-se uma grande instabilidade por parte dos trabalha-



Trabalhadores das autarquias de todo o País vieram a Lisboa para participar na acção de dia 15.

obras, a serem financiadas "sairam de graça".

Esta é «uma asneira difícil de rotular» e a resolução aponta alguns motivos para tal qualificação:

- «não é verdade que, se os projectos forem elaborados por técnicos do Estado, os custos dos mesmos (salários, meios utilizados, etc.) não possam ser incluídos nos apoios comunitários»,

- «não há garantias, à partida, do financiamento das obras encomendadas»,

- «não se extinguem departamentos com a mira em apoios financeiros pontuais e transitórios»,

- e «que dirão os técnicos da

solicitar ao parlamento que abra um inquérito acerca das «motivações e condições» que estão a levar a que responsabilidades próprias da Administração Pública (como os exames de condução e as inspecções de veículos) passem para entidades privadas e comerciais. Numa resolução aprovada sábado em Coimbra, num encontro nacional, aqueles profissionais afirmam ainda que vão «suscitar o apuramento da cobertura legal para o facto de os técnicos da DGV serem obrigados a dar cobertura técnica a empresas privadas à custa do erário público», isto porque são tra-

res e avizinha-se a confusão generalizada», e recorda que «o Governo foi fomentando a ideia de que a DGV não está vocacionada para fazer exames de condução e inspecções a veículos», pretendendo assim «a poupança de alguns milhares de contos, numa visão puramente economicista».

A resolução aprovada no encontro de Coimbra reclama do Governo a negociação da legislação relativa ao novo quadro de pessoal da DGV, a «formal garantia» de que não será aplicada a lei dos disponíveis, e a «redignificação» das profissões, em matéria salarial e de estatuto profissional.



Ferroviários protestam

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses promoveu na passada quinta-feira, em Lisboa e no Porto, concentrações regionais para protestar contra a redução dos salários, em cerca de 5 por cento, que o Governo e as empresas do grupo CP pretendem impor, a par da tentativa de retirar direitos adquiridos e adiar a redução do horário de trabalho. Em Santa Apolónia (foto) e na Campanhã os ferroviários ocuparam a via e impediram a circulação de comboios. Também no dia 14 estiveram em greve os motoristas da Carris, em luta contra a imposição de aumentos salariais de 2,5 por cento.

CGTP recusa reabilitação do fascismo

A CGTP-IN insurgiu-se segunda-feira contra a «campanha difamatória daqueles que pretendem reescrever a história, procurando reabilitar o fascismo e o colonialismo e condenar a revolução» de 25 de Abril de 1974.

Em conferência de imprensa realizada no final de uma reunião da Comissão Executiva, Manuel Carvalho da Silva criticou a «campanha revanquista da extrema-direita», a que recentes debates televisivos «vieram dar maior expressão», noticiou a agência Lusa. «A consciência democrática é violentamente ofendida quando se pretende branquear a ditadura fascista, os seus crimes políticos, a acção dos torcionários da PIDE, as perseguições, a censura, a exploração dos trabalhadores, a miséria e o obscurantismo», afirmou o coordenador da Inter.

Sublinhando que «a democracia e as liberdades constituem um património inalienável do povo português e, em particular, dos trabalhadores», Carvalho da Silva congratulou-se pela «saúdavel onda de indignação popular» que resultou dos debates televisivos e que «deve ser desenvolvida».

A Comissão Executiva da CGTP debateu também as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio. Relativamente ao «Dia do Trabalhador», onde a Intersindical Nacional anunciará novas acções de luta, Carvalho da Silva disse que as iniciativas da central visarão, sobretudo, alertar para a actual situação a nível de emprego e divulgar as medidas que, na opinião da CGTP, deveriam ser adoptadas para «evitar a destruição do aparelho produtivo».

Na conferência de imprensa foi divulgado o programa

de um seminário sobre segurança social que a central promove hoje e amanhã, no Forum Picoas, em Lisboa, com a participação, entre outros, do professor da Universidade de Coimbra, Boaventura Sousa Santos, do ex-director-geral de Contribuições e Impostos, Rodrigues Porto, do presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia, Américo Ramos dos Santos, e do presidente do Sindicato dos Seguros do Norte, Fernando Oliveira. O seminário pretende contribuir para «defender e melhorar a segurança social numa perspectiva de assegurar o futuro», disse Carvalho da Silva, criticando os «defensores de teses neo liberais» que, em sua opinião, pretendem retirar peso a uma segurança social que se encontra já «altamente protegida».



A exposição «O 25 de Abril e os direitos dos trabalhadores», patente na sede da CGTP-IN até dia 3 de Maio, foi visitada na passada quinta-feira por Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal. O secretário-geral e o presidente do Conselho Nacional do PCP foram, na ocasião, recebidos por uma delegação da CGTP conduzida por Carvalho da Silva

CTs defendem direitos

«É na defesa dos direitos dos trabalhadores e das suas CTs, e não na sua descaracterização, é no seu reconhecimento e exercício que se pode edificar uma sociedade mais justa, uma democracia mais participada e participativa», afirma-se na «Carta de Direitos das Comissões de Trabalhadores» aprovada na passada quinta-feira, num encontro que reuniu na Casa do Alentejo, em

Lisboa, membros de CTs de várias empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal, juristas e sindicalistas.

Em debate estiveram os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, conquistados no quadro das transformações ocorridas após a revolução de Abril, consagrados na Constituição de 1976 e reforçados nas revisões constitucionais de 1982 e 1989. «A

existência e o exercício dos direitos das CTs, designadamente o direito de participação e intervenção a diversos níveis, a começar na empresa, sendo instrumentos democráticos dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses, não ser reduzidos a um carácter meramente laboral», afirma-se na «Carta», sublinhando que «para além de serem conquistas, tais direitos são também valores de Abril».



Legislação laboral Novos planos na forja?

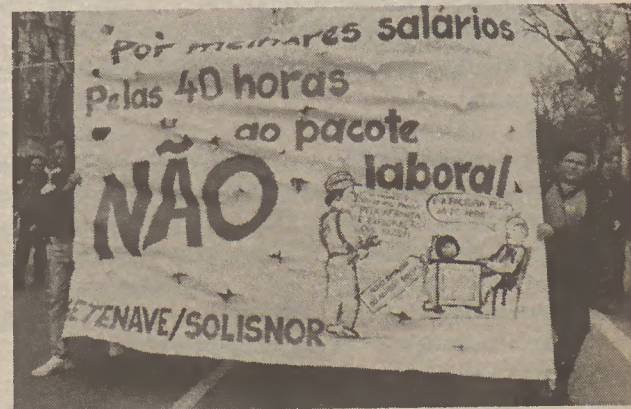
O Grupo Parlamentar do PCP expressou a sua recusa em votar favoravelmente a proposta de resolução que ratificou a Convenção nº 158 da Organização Internacional de Trabalho (OIT) relativa à cessação da relação de trabalho por iniciativa do empregador. Entre os fundamentos que justificam o seu sentido de voto, a existência de sérias dúvidas e reservas quanto às reais intenções, não esclarecidas no debate, que levaram o Governo a querer ratificar uma Convenção que, à primeira vista, apenas parece servir, no caso português, para justificar o célebre "pacote laboral" que mereceu o generalizado repúdio dos trabalhadores.

E que, para o Executivo, a legislação portuguesa neste capítulo é apresentada como mais avançada do que a Convenção agora ratificada, assim omitindo deliberadamente que as Convenções da OIT se limitam a apontar patamares mínimos e que a diversidade de situações a nível mundial no plano da legislação laboral - "resultados dos diferentes estádios de desenvolvimento das sociedades", conforme fez questão de salientar o deputado comunista Paulo Trindade - não admite, por exemplo, comparações entre a situação de Portugal e a existente em Singapura ou na Tailândia.

Importa, aliás, recordar, como fez no decorrer do debate o deputado do PCP, que o "pacote laboral" elogiado pelo Governo como um exemplo de legislação progressista, muito longe de o ser, e como a vida tem demonstrado, representou um significativo agravamento do desemprego (ultrapas-

sou a barreira dos 400 mil), uma queda brutal do poder de compra, menos garantias em matéria de segurança social e menos oportunidades de emprego.

Não descortinando razões que se prendam com o ordenamento jurídico interno e muito menos com qualquer vantagem que daí possa advir para os trabalhadores portugueses, resta pois - e esta foi a hipótese mais aventada por Paulo Trindade - que a intenção política de fundo



que motivou o Governo com esta ratificação seja "desenvolver uma nova ofensiva, fundamentada em normas genéricas que apenas fixam limites mínimos, para, no plano interno, alterar a legislação laboral, reduzindo ainda mais o âmbito de protecção dos trabalhadores face às ameaças ao emprego".

Uma hipótese que ganha contornos reais, se considerarmos as recentes declarações do ministro das Finanças, defendendo a necessidade de flexibilizar ainda mais a legislação laboral.

Alterações à lei da nacionalidade

Os casamentos de conveniência de jogadores de futebol estrangeiros utilizados como expediente para a aquisição da nacionalidade portuguesa constituíram um dos argumentos aduzidos pelo Governo para justificar uma proposta de alteração à lei da nacionalidade. Trata-se de "impedir" que se estabeleçam no nosso país tais laços, motivados quase exclusivamente por interesses socioeconómicos, de acordo com as palavras de Borges Soeiro, secretário de Estado adjunto do Ministro da Justiça, que sustentou ainda que a condição de português "não pode ser objecto de um trato de comércio".

Mas será que estes casos, de garantido efeito mediático, justificam o alcance conferido às alterações preconizadas pelo Governo? Tudo indica que não e que as verdadeiras razões são mais fundas e visam outros objectivos. Essa é pelo menos a opinião de João Amaral, para quem a meia dúzia de casos relacionados com os jogadores de futebol não deve desviar as atenções de outras alterações, essas sim, bem mais importantes.

Desde logo, do ponto de vista do PCP, as restrições à possibilidade de aquisição de nacionalidade portuguesa originária pelos filhos de estrangeiros residentes em Portugal. Diferentemente do que a lei vigente prevê - os filhos de estrangeiros são portugueses de origem se declararem querer sê-lo, desde que tenham nascido em Portugal e os progenitores cá residam há pelo menos seis anos, com efeito, as alterações agora preconizadas (alargamento do período de residência para dez anos e de que esse período seja anterior ao nascimento e, por outro lado, exigência de título válido de autorização de residência), como sublinhou João Amaral, na situação que vivemos em Portugal, visam obviamente os filhos de imigrantes africanos, os filhos de imigrantes que aqui trabalham sem terem a situação regularizada.

Mas será que a gravidade destes casos, dada a circunstância de serem atingidos no fundo apenas umas escassas centenas ou poucos milhares de imigrantes dos PALOP's - e este foi o sentido da pergunta deixada por João Amaral -, pode justificar "uma medida tão marcada pela xenofobia e pelo racismo?"

"De forma alguma", respondeu o parlamentar comunista, alertando para o facto de que são as "exigências das políticas comunitárias que conduzem a isto" e que a lógica desta medida é afinal a "mesma lógica que leva a restringir o direito de asilo, a aumentar a exigência de visto", uma "lógica xenófoba" também ela aplicada por outros países europeus, de que as vítimas podem ser, e estão a sê-lo, os portugueses e seus descendentes aí emigrados.

A merecer discordância de todas as bancadas da oposição foi ainda a classificação de "cidadão médio" utilizada pelo representante governamental como padrão de referência para quantos pretendem obter a nacionalidade portuguesa. Estão neste caso, disse Borges Soeiro, os cidadãos que "comprovem a existência de uma ligação efectiva à comunidade nacional, aferida nomeadamente pelo cultivo dos hábitos, usos e tradições de raiz nacional, pela comunhão de valores, designadamente culturais, com o cidadão médio e participação no seu desenvolvimento ou pela sua identificação com aquele cidadão".

"Podem-me dizer o que é um cidadão nacional médio?", inquiriu a propósito Narana Coissoró (CDS), corroborando da mesma perplexidade evidenciada pelo deputado comunista João Amaral que sobre esta matéria não se coibiu em dizer que "isto... cheira mal!" Cheira à definição das características da «etnia» portuguesa. Cheira às bases ideológicas dos nacionalismos dos anos trinta".

Com a crise a atingir níveis críticos PCP quer Programa de Emergência para o Alentejo

Ao Governo deve ser imputada a responsabilidade pela crise social que se vive no Alentejo, uma crise cujas causas radicam na ausência de uma política de ordenamento do território e numa orientação que privilegia a liquidação do sector produtivo, encarando os trabalhadores unicamente como factor de rendimento do trabalho. Proferida da tribuna, pela voz do deputado Lino de Carvalho, esta acusação marcou os trabalhos de uma das sessões plenária da última semana, inflamando um debate que teve o seu pico no momento em que foi demonstrada a falência da política governamental.

Um fracasso que pode ser aferido precisamente pela dimensão da actual crise social, cujo alcance assume contornos verdadeiramente dramáticos, como bem o demonstram os cerca de 41 mil trabalhadores no desemprego - 17 por cento da população activa, na que é a maior taxa de desemprego do País -, 27 mil dos quais não recebem qualquer tipo de subsídio ou apoio.

Uma crise que nas suas linhas essenciais tem muito de comum com o que se passa no Vale do Ave ou na península de Setúbal, como observou Lino de Carvalho, mas que é sobretudo idêntica ao problema do interior rural, que considerou "vítima de políticas que têm vindo progressivamente a acentuar a litoralização e a promover o abandono das regiões do interior, com a liquidação da agricultura, sem a criação de alternativas".

Um modelo que é afinal o responsável pela desertificação do interior e por fluxos migratórios em direcção aos grandes centros urbanos do litoral, alimentado pela ilusão de um emprego e de melhores condições de vida, uma tendência que acaba por ser indissociável do aumento de fenómenos como a marginalidade e a exclusão social, o incremento dos bairros degradados e das barracas e o agravamento dos problemas de insegurança.

Uma realidade para a qual o parlamentar comunista chamou a atenção, afirmando a este propósito ser intolerável que apesar dos fundos estruturais investidos na região (mais de 203 milhões de contos entre 1989 e 93) se tenham agravado todos os indicadores de dependência económica e social.

Estão neste caso, sublinhou, o agravamento das assimetrias entre o Alentejo e as restantes regiões do País, bem como dentro da própria região (entre o litoral e o interior); o acentuar das assimetrias em relação às restantes regiões da Europa (passou de um PIB/habitante em 1980 correspondente a 49 por cento da média europeia para 36 por cento em 1991, situando-se hoje na cauda da Europa); a diminuição do VAB per capita, apesar da forte emigração; ou ainda a manutenção nos mesmos escassos 5 por cento do contributo do Alentejo para o VAB nacional.

Verberado em termos muito veementes pelo parlamentar do PCP, noutro plano, foi o que apelidou de "perspectiva estreitamente economicista do Governo", directamente responsável em sua opinião pelo encerramento de múltiplas infra-estruturas e serviços apenas porque os «ratios» não justificam a sua manutenção.

Recordados, a este respeito, foram a desactivação de ramais de caminhos-de-ferro, o encerramento de postos públicos na sequência da privatização da Rodoviária do Alentejo, o fecho ou diminuição do período de funcionamento de unidades de saúde e, bem assim, o encerramento de 86 escolas do primeiro ciclo do ensino básico, a

que se poderão juntar proximamente, segundo cálculos existentes, mais 50 escolas.

Um panorama que a avaliar pelo 2º Quadro Comunitário de Apoio não deverá sofrer sensíveis modificações - pese embora o investimento (embora insuficiente) de 500 milhões de contos -, como reconhece a própria CCRA, em texto recordado por



Lino de Carvalho, onde se diz que se "agravarão os indicadores de dependência socio económica" não se perfilando "como viável qualquer evolução positiva para a grande maioria dos concelhos alentejanos".

"É a confissão do fracasso da política do Governo", enfatizou Lino de Carvalho, antes de concluir que a situação só não é mais grave devido à acção do poder

local que, assinalou, "em inúmeras circunstâncias se tem substituído à administração central intervindo em áreas que são da responsabilidade desta".

Uma realidade que a bancada da maioria não gostou de ouvir - chegou mesmo a invocar, num argumento frouxo, o facto de a CDU deter responsabilidades na gestão da maioria das câmaras

da região para a co-responsabilizar pelo estado de crise actual, mas que não teve outro remédio senão "engolir" ao ser-lhe lembrada por Lino de Carvalho que todos os indicadores que dependem da acção do Governo se têm agravado e estão abaixo da média nacional, enquanto que os indicadores que dependem da acção do poder local são dos melhores do País.

Santarém não escapa à crise Urgem as medidas de defesa do aparelho produtivo

A exemplo do que se verifica na generalidade do País, também o distrito de Santarém não escapa aos sintomas da crise, estando a ser sacudido por uma grave situação social que é testemunhada pela destruição de importantes unidades industriais, com o consequente despedimento de centenas de trabalhadores.

Nada parece estar imune aos efeitos da crise, emergindo em praticamente todos os ramos de actividade indicadores sociais de sinal negativo, seja na indústria do papel ou na agricultura, no ramo alimentar ou nas madeiras, nos mármore, têxteis ou transportes.

Deputado comunista eleito pelo círculo de Santarém, Luís Peixoto traçou na passada semana, em intervenção proferida antes da ordem do dia, um quadro rigoroso da situação actual, pondo em evidência a necessidade urgente de serem aplicadas medidas que defendam a manutenção do aparelho produtivo - "única forma de combater o desemprego", defendeu -, e a adopção de iniciativas concretas com vista ao exercício dos direitos individuais dos trabalhadores.

Exemplificando, para fundamentar o seu ponto de vista, recordou o caso da administra-

ção pública, actualmente numa fase de "instabilidade intensa", com o crescente recurso ao recibo verde, ou o caso da administração local, onde o "expediente do contrato a termo é uma constante" e onde os "despedimentos vão aumentando de volume".

Lembrada pelo deputado do PCP foi ainda a situação no Vale do Nabão, que classificou de "particularmente grave", e onde, apesar da luta dos trabalhadores ter evitado a declaração de falência de algumas empresas, persistem grandes preocupações relativamente a casos como a Porto Cavaleiros e a Fiação de Tomar.

Comentado por Luís Peixoto, noutra vertente, foi o Plano Integrado de Acção Social que o Governo se viu obrigado a anunciar, de que consta a criação de um Gabinete de Emergência Social, e que constituiu em si mesmo um reconheci-

mento da gravidade da situação actual. A este propósito, observou que para além da ausência de medidas com vista à viabilização das empresas, a verba afectada (290 mil contos), apesar de manifestamente insuficiente, nem assim foi cumprida, ficando por metade do valor, e ainda por cima destinado à aquisição de carros, obras, equipamentos e, "como sendo costume", à criação de

alguns, poucos, empregos para a clientela local.

Depois de ter chamado a atenção da Câmara para a situação do Alviela, onde uma "política de crescimento cego" levou à "morte de um rio", e de ter feito votos para que as promessas da sua recuperação não sejam mais "uma acção demagógica em período pré-eleitoral", Luís Peixoto aludiu, por fim, à instalação no concelho de Abrantes da Central Termo-

-Eléctrica movida a carvão.

"Foi um factor de esperança, pensou-se que iria resolver o problema da falta de emprego e que ela própria iria trazer desenvolvimento", assinalou, antes de concluir, porém, que, de modo diverso, nada disso aconteceu, e que, afinal, o emprego não beneficiará preferencialmente a população de Abrantes e os próprios "malefícios do empreendimento excedem os benefícios".

As respostas para a crise

A implementação de um Programa de Emergência para o Alentejo, que seja capaz de dinamizar a economia e criar um emprego estável e duradouro, constitui uma das propostas do PCP para fazer face à dramática situação de desemprego que assola a região.

Anunciada em plenário por Lino de Carvalho, esta proposta insere-se num contexto mais vasto de acções tendentes a criar "um verdadeiro programa integrado de desenvolvimento regional" susceptível de permitir a construção de "uma base económica com o incremento do VAB regional".

Nesse sentido, do ponto de vista do PCP, assume primordial importância a realização de estudos e políticas com vista ao aproveitamento de todas as potencialidades do Empreendimento do Alentejo, um objectivo cuja concretização passa pelo envolvimento de todos os agentes locais e regionais.

Entendendo que são igualmente necessárias políticas de efeito imediato, dado que o Alentejo não pode esperar 20 anos pela conclusão do empreendimento, Lino de Carvalho aponta ainda a questão da posse e do uso da terra como um aspecto central a resolver, uma vez que, como o próprio PDR reconhece, constitui o principal factor de estrangulamento da região.

Igualmente imperativo, na perspectiva do PCP, é a modificação dos sistemas culturais agrícolas, com base no aproveitamento dos recursos hídricos e preservando o montado de sobre, do mesmo modo que é urgente, noutro ângulo, promover-se o desenvolvimento industrial, designadamente no sector extractivo e agro-alimentar.

Para Lino de Carvalho, por outro lado, importa criar desde já um sistema de incentivos regionais e de benefícios financeiros e fiscais adequados que mobilizem o investimento, ao mesmo tempo que é preciso investir na Educação, na Ciência e na Tecnologia e numa política de criação e valorização dos recursos humanos.

Realçada pelo parlamentar do PCP foi ainda a necessidade de ser travado o encerramento de infra-estruturas indispensáveis à vida e à mobilidade da população, aproveitando e promovendo, simultaneamente, as especificidades do Alentejo, com a consequente valorização da sua identidade cultural regional, no campo do turismo, do artesanato, do ambiente, das produções com denominação na origem, e das iniciativas locais de emprego.

Uma onda de destruição

A destruição só no último ano de mais de 4000 postos de trabalho nos sectores da indústria e serviços, a que importa juntar os empregos perdidos no sector agrícola e ainda os mais de 2600 trabalhadores de 25 empresas com salários em atraso, constituem, em números redondos, alguns dos exemplos que testemunham a grave situação económica, laboral e social que atinge o distrito de Santarém.

De forma detalhada, desta situação falou o deputado Luís Peixoto, pondo em evidência na sua intervenção, a título de exemplo, o comportamento que vem sendo utilizado em empresas públicas que foram objecto de privatização ou desmembramento. A regra, salientou, passa pelo "convite" (de forma forçada)

aos trabalhadores à rescisão dos seus contratos de trabalho, negando-lhes ulteriormente os direitos individuais e colectivos.

Assim sucedeu na Rodoviária do Tejo, no distrito de Santarém, com o despedimento de mais de 300 trabalhadores, número que no caso da CP, só nos últimos seis meses, entre reformas e despedimentos, por mútuo forçado acordo, se elevou para a casa dos 368 trabalhadores.

Na Lusofane, por sua vez, com o processo de privatização, foram destruídos mais de 200 postos de trabalho, enquanto na Iptex a redução se cifrou em 60 e na Unicer foram já 20 os trabalhadores que perderam o seu emprego.

Não há coesão com exclusão social

O combate à exclusão social foi um tema em destaque na primeira Conferência Parlamento Europeu/Poderes Locais. Como o "Avante!" noticiou a semana passada, o relatório sobre o assunto, da autoria do ex-eurodeputado Rogério Brito, deu origem a uma proposta de resolução, aprovada por unanimidade, cujo objectivo é conjugar o maior número possível de meios, nacionais e comunitários, para combater o flagelo da exclusão e contribuir de forma decisiva para a efectiva dimensão social da União Europeia.

A versão integral do texto, entretanto divulgada, justifica a iniciativa com a prioridade que os objectivos da Comunidade dizem atribuir à realização da coesão económica e social, necessidade reforçada pela existência no espaço comunitário de mais de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo do limiar de pobreza, das quais três milhões não têm sequer abrigo.

A iniciativa radica na convicção de que o conceito de cidadania comunitária não é conciliável com fenómenos de exclusão social, tanto mais que a experiência demonstra como a sub integração ou marginalização social podem levar à criminalidade, e que a existência de mais de 17 milhões de desempregados, 20 por cento dos quais com menos de 25 anos, exige com urgência a tomada de medidas que ponham fim a tal flagelo.

A resolução considera que a exclusão social e as suas consequências constituem um pesado e complexo problema para o Poder Local, exigindo-lhes a intervenção nas áreas da assistência social, da habitação, do (re)ordenamento urbano, da recuperação de áreas degradadas e de habitação clandestina, do apoio à integração, da educação, entre outros, sobrecarregando os respectivos orçamentos e forçando-os a intervir em situações da responsabilidade do Poder central, pelo que se torna absolutamente necessário reforçar os seus meios materiais e humanos e capacidade de resposta.

Após identificar as categorias de cidadãos mais susceptíveis de sofrer a exclusão social (desempregados de longa duração, mão-de-obra de baixa qualificação, emigrantes, membros de minorias, homossexuais, deficientes, famílias monoparentais, idosos), a resolução lamenta a discriminação de que frequentemente essas pessoas são alvo e denuncia a propagação de ideias racista e xenófobas que transformam algumas dessas pessoas socialmente marginalizadas em alvos de grupos de acção violenta.

Neste contexto, alerta-se para o facto de o fenómeno da exclusão social assumir um carácter estrutural e existir o risco de se criar uma classe "inferior" permanente na sociedade, concluindo que as

políticas e os instrumentos de luta contra este flagelo deverão ter em conta a complexidade e o carácter estrutural e multidimensional da exclusão, nomeadamente a sua inter-relação de raiz com as políticas económicas e sociais, as estratégias espaciais do desenvolvimento e a natureza das relações Norte-Sul.

Causas

A emigração e o desemprego são duas das principais causas da exclusão social. As camadas mais desfavorecidas da população das regiões mais pobres são cada vez mais empurradas para as concentrações urbano-industriais, internas ou de países terceiros, na tentativa de garantirem a sua sobrevivência. Mas com o aumento do desemprego e a persistência da recessão económica tal concentração acaba por acentuar os fenómenos de exclusão. Por isso a resolução a que nos vimos reportando solicita aos Estados-membros e à Comunidade que privilegiem o crescimento económico e a coesão social nas suas políticas macroeconómicas, que privilegiem o desenvolvimento económico e social, possibilitando, nomeadamente, uma efectiva redução das enormes assimetrias entre Estados e entre regiões, uma mais equitativa divisão internacional do trabalho, uma mais racional e valorizada utilização dos recursos, uma mais justa distribuição dos rendimentos.

Por outro lado, considera-se que a implementação da política agrícola é fundamental na luta contra a exclusão social, já que pode constituir um factor de agudização social nos campos e, indirectamente, nas cidades, ou, pelo contrário, ser um elemento de dinamização económica e social do espaço rural. Neste sentido, a resolução pede que a PAC se compa-

tibilize com a necessidade de inverter a desvitalização económica e social nos campos, conter o êxodo da população activa e consequentemente o processo de desertificação humana e o seu envelhecimento.

Verificando também que a evolução tecnológica da indústria tende a reduzir o número de postos de trabalho manual e que, consequentemente, determinados grupos correm o risco de não vir a beneficiar dos progressos alcançados nesse domínio pela sociedade no seu conjunto, alerta-se para a necessidade de criar desde já condições para a readaptação profissional.

Medidas

Após salientar o papel fundamental que o poder local e regional, porque mais próximo do cidadão, deve desempenhar no combate à exclusão social - para o que evidentemente necessita de meios reforçados -, a resolução congratula-se com a criação do Observatório das políticas de luta contra a exclusão social, bem como com o novo programa aprovado para o mesmo fim, com um orçamento mais elevado, mas salienta a necessidade de as autoridades locais desempenharem um papel estratégico mais importante, de forma a garantirem que as abordagens inovadoras de acções-piloto venham a ser incluídas na política geral de combate à exclusão.

Considerando que os Fundos Estruturais e o aumento do financiamento para o período de 1994/99 deverão permitir à Comunidade ir muito mais longe na implementação das políticas e das acções de combate à exclusão social, a resolução não deixa de salientar o papel que as pequenas e médias empresas podem desempenhar no desenvolvimento da actividade económica e na criação de emprego, em particular nas áreas mais afectadas pela exclusão.

Para além de outras medidas, como a intervenção do Banco Europeu de Investimento (BEI) através de um sistema de empréstimos globais destinados a incentivar a actividade económica das áreas mais desfavorecidas das cidades e zonas suburbanas e a promover a adaptação às evoluções dos métodos de produção, a resolução atribui particular importância à educação, cujo papel considera fundamental para a reinserção social.

Bloqueio a Cuba EUA confiscam verba para tratamento de jovem português

Os EUA confiscaram recentemente uma transferência bancária no valor de 1500 dólares destinada a um jovem português internado num hospital de Havana. A denúncia foi feita no Parlamento Europeu pelo Grupo Coligação de Esquerda, que apresentou ao plenário uma proposta de resolução condenando mais esta ilegalidade e prepotência por parte das autoridades norte-americanas.

A proposta, subscrita também pelos eurodeputados comunistas Sérgio Ribeiro e Barata-Moura, considera que a atitude dos EUA, arrogando-se o direito de congelar e confiscar a transferência enviada de Portugal pela UBP via Chase Manhattan Bank, é ilegal, violadora do Direito Internacional, nada tendo a ver com transacções comerciais ou com o embargo unilateral imposto a Cuba pelos EUA.

A proposta sublinha, por outro lado, que os EUA não podem impedir que pessoas internadas em hospitais, seja em Cuba ou em qualquer outro país do mundo, sejam privadas dos cuidados necessários à sua saúde e restabelecimento, pelo que condena firmemente mais esta atitude arrogante e violadora dos mais elementares direitos de solidariedade humana por parte dos EUA.

Na sua tomada de posição, o Grupo Coligação de Esquerda solicita a intervenção da Comissão Europeia junto das autoridades dos EUA para que seja anulada a retenção e confiscação da verba acima referida (assim como outros casos semelhantes), e que a mesma seja devolvida à UBP e ao seu proprietário.

Desemprego aumenta em Portugal

Conter os salários para conter o desemprego é a "solução" da União Europeia para Portugal, no momento em que crescem os receios de que o desemprego no país venha assumir um carácter estrutural.

O aumento "constante" do desemprego em Portugal corre o risco de adquirir um carácter estrutural, afirmou há dias em Lisboa o comissário europeu responsável pelo emprego e assuntos sociais, Pdraig Flynn.

Segundo Flynn, seria necessário que o crescimento económico se situasse entre os 2,5 e os três por cento para não haver aumento do desemprego em Portugal até ao fim do século, embora, na sua opinião o crescimento, por si só, não seja "suficiente para combater o desemprego".

O comissário defende como prioridade - tal como aconselha o Livro Branco - a moderação salarial, de modo a que os níveis salariais sejam inferiores aos níveis de produtividade.

"Só deste modo se poderá aumentar a competitividade e evitar, nomeadamente, a subida da inflação", disse.

Flynn apontou a manutenção de uma inflação baixa e a redução do défice orçamental - "muito elevado em Portugal" - como prioridades do governo português.

O recurso ao trabalho parcial, o despedimento em sectores tradicionais (a compensar com programas e instrumentos comunitários criados para absorver estes desempregados) e a reestruturação da indústria têxtil, nomeadamente, foram indicados também como soluções para um "real crescimento económico".

O governo português, disse ainda o comissário, reconhece as

dificuldades que enfrenta para respeitar recomendações do Livro Branco, sobre crescimento, competitividade e emprego.

O Eurostat anunciou entretanto que Portugal foi o estado-membro da União Europeia (UE) que registou maior aumento do desemprego entre Janeiro e Fevereiro, passando de 5,7 para 5,9 por cento. As estatísticas referem que o desemprego nos doze países da UE estabilizou em Fevereiro, em ritmo mensal, fixando-se nos 10,9 por cento da população activa, mas aumentou 0,8 por cento em ritmo anual. A estabilização surge após um aumento quase ininterrupto desde 1990, altura em que o desemprego nos Doze era de 8,3 por cento.

De acordo com os dados agora divulgados, a taxa de

desemprego, entre Janeiro e Fevereiro, aumentou em Portugal, na Alemanha, sem contar com os novos "lander" (de 6 para 6,1 por cento) e no Luxemburgo (de 3 para 3,1 por cento). No mesmo período, baixou na Irlanda (de 18,1 para 18 por cento) e no Reino Unido (de 10,3 para 10,2 por cento), mantendo-se estável na Bélgica (9,9 por cento), na Dinamarca (10,3 por cento), em Espanha (22,9 por cento), em França (11,2 por cento) e em Itália (11,2 por cento).

Segundo o Eurostat, há 17,6 milhões de desempregados na UE, se se tiverem em conta as correcções das variações sazonais e os critérios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Audição pública

O Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu promoveu de 12 a 14 de Abril, em Lisboa, uma audição pública subordinada às questões da juventude. A iniciativa, em que participaram os eurodeputados Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Barata-Moura, contou ainda com a presença de Luís Sá e Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, representantes de Os Verdes, das Associações Académicas de Lisboa e de Coimbra, da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Belém/Algés, da Interjovem, do Conselho Nacional da Juventude, bem como os eurodeputados Tosca Holtz (Alemanha), Jasmine Boudjeman (França) e Margarita Nicolaidou (Grécia). No encontro, foram analisados os principais problemas que afectam a juventude estudantil e trabalhadora e feitas diversas propostas de intervenção a apresentar na próxima legislatura no Parlamento Europeu.

Palestina

As patrulhas conjuntas do exército do Estado judaico e da polícia palestina nas futuras zonas autónomas de Gaza e Jericó (Cisjordânia) vão começar a 1 de Maio, anunciou o jornal independente israelita "Haaretz".

A data de 1 de Maio foi fixada de acordo com o estabelecido durante as negociações para a retirada israelita e a autonomia de Gaza e Jericó, que decorrem no Cairo.

A comissão mista que está a negociar as questões de segurança decidiu, na capital egípcia, que as patrulhas vão ser supervisionadas por um gabinete sediado na cidade de Khan Younes e a cargo de um coronel e de um tenente-coronel de Israel e pessoal militar da Organização de Libertação da Palestina. No âmbito do acordo, o exército israelita será retirado dos centros urbanos e dos campos de refugiados palestinos para os 16 colonatos judaicos de Gaza para proteger os seus 4500 habitantes durante os próximos cinco anos.

Na Declaração de Princípios de Setembro de 1993, Israel e a OLP comprometeram-se a negociar uma "solução permanente", ou seja, a soberania em Gaza e em Jericó no segundo ano de entrada em vigor do regime provisório de autonomia.

Uma das principais divergências entre a OLP e Israel nas negociações do Cairo diz respeito às atribuições legais do governo palestino nos territórios autónomos.

Polónia

O presidente da Dieta (câmara baixa) polaca, Jozef Oleksy, considerou "legalmente impossível" a ameaça lançada pelo Presidente polaco, Lech Walesa, de dissolução do Parlamento.

Walesa "não dispõe de possibilidades legais de dissolução do parlamento", a sua ameaça "é prejudicial, susceptível de aumentar a tensão entre o Presidente da República e a maioria parlamentar de esquerda", arriscando "atingir o bom nome da Polónia na arena internacional", declarou à imprensa Oleksy, um dos líderes da aliança ex-comunista, SLD.

O Presidente polaco tinha declarado estar pronto a dissolver o Parlamento, se este adoptasse uma proposta de lei submetida por um grupo de deputados de esquerda e que visava alterar a Constituição. A proposta, que Oleksy considerou "uma iniciativa legislativa normal", conferiria à Dieta a poder de nomear ministros, competência do chefe de Estado polaco.

Coreia

Dois navios de guerra norte-americanos,

GATT

Quem ganha e quem perde

A conclusão do Uruguay Round do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), sexta-feira passada, na cidade marroquina de Marraquexe, foi oficialmente apresentada como benéfica para todos os países. Uma afirmação à partida contestada por estudos realizados no âmbito da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e do próprio Banco Mundial, para além de outros divulgados por diferentes organizações, como a Christian Aid (organização humanitária de ajuda aos países mais pobres).

Estes estudos indicam que um vasto conjunto de países - sobretudo de África, Caraíbas e Pacífico - irão perder, e muito. E uma vez mais os maiores beneficiários serão os países mais ricos, em particular da União Europeia, os Estados Unidos e o Japão.

Os dados são claros. Nos próximos 10 a 15 anos, todos os países africanos, no seu conjunto, perderão anualmente mais de mil milhões de contos. Previsões particularmente dramáticas para um continente em que já se morre diariamente de fome.

Segundo a Christian Aid, há quatro categorias de países particularmente prejudicados com o Uruguay Round: os importadores de produtos alimentares, os países que até à data têm ainda beneficiado de preferências comerciais, os exportadores de bens e os países mais subdesenvolvidos.

Caminha-se assim, claramente, para um mundo ainda mais desigual. Desigualdade que não se manifesta apenas em termos político-geográficos. Antes atravessa os diferentes países - tanto os ganhadores como os perdedores - de formas diferenciadas embora.

Não são os trabalhadores dos países da CEE, dos Estados Unidos e do Japão, que irão ganhar seja o que for com a conclusão do Uruguay Round. Pelo contrário. E tão-pouco serão as classes no poder nos países africanos a sentir portas dentro o agravamento da fome.

Um facto a assinalar - segundo as previsões dos técnicos,

o novo acordo para o comércio mundial deverá levar a um aumento do rendimento global entre 200 mil e 300 mil milhões de dólares por ano (mais de 1 por cento do PIB mundial) durante os próximos 10 anos, a partir de 1995.

A degradação da situação socioeconómica (exactamente nas regiões já hoje mais empobrecidas), que simultaneamente acarreta - é um claro exemplo de como crescimento económico não significa, por si,



melhoria de condições de vida. Mas tão-só aumentos de lucros para - alguns - poucos.

Considerado - juntamente com o FMI e o Banco Mundial - como um pilar do domínio capitalista internacional, o GATT foi criado em Gene-

bra, em 1948, por iniciativa dos Estados Unidos, e tem como objectivo fundamental a liberalização do comércio mundial, a imposição de modelos de produção em grande escala, de expansão e domínio dos mercados.

A imposição do levantamento de formas de protecção às economias nacionais, afecta particularmente os países menos desenvolvidos e favorece o domínio das multinacionais sobre a produção e o comércio mundial.

FMI - 50 anos

Forum Alternativo

«As outras vozes do planeta»

Decorre, este ano, o 50.º aniversário da Conferência de Bretton Woods, que levou à criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do GATT.

A assembleia anual do FMI e do BM - que coincide com o 50.º aniversário da sua fundação - deverá decorrer, em Outubro próximo, em Madrid.

Neste quadro, meia centena de ONG (organizações não governamentais) espanholas decidiram organizar um Forum Alternativo, com que se pretende denunciar as consequências - muitas vezes dramáticas - das políticas impostas por estas instituições, a nível mundial.

O Forum tem como lema: "As outras vozes do planeta. Encontro mundial de movimentos sociais e ONG de con-

testação do 50.º aniversário do FMI, BM e GATT".

Foi decidido lançar uma campanha denominada: "FMI, BM e GATT, 50 anos bastam".

O Forum desdobra-se em seis sessões plenárias, que irão abordar temas como - as consequências sociais e ambientais da acção do BM e do FMI; a dívida externa e os programas de ajustamento estrutural impostos pelo FMI; conse-

quências devastadoras do mercado livre; crescentes desequilíbrios do sistema financeiro internacional.

O manifesto divulgado pelas ONG denuncia a "trindade laica" do capitalismo, a política de subordinação ao grande capital financeiro internacional, às multinacionais, às classes dominantes do "centro" - os 24 países que controlam 75% da riqueza e do comércio mundial -, associadas às oligarquias dos países da "periferia".

O documento das ONG sublinha que essa "trindade" exige sacrifícios.

O sacrifício das 1200 milhões de pessoas que vivem na miséria absoluta, e de outros 2000 milhões que sobrevivem no limiar da pobreza.

O sacrifício dos desempregados, dos trabalhadores, e dos pequenos agricultores e comerciantes dos países do "centro".

O sacrifício do meio ambiente, nomeadamente pela promoção da monocultura, destinada à exportação, e que significa a perda de terras férteis pelo esgotamento e erosão.

O sacrifício de muitos milhões de pessoas, deslocadas por força de grandes obras de infra-estrutura promovidas pelo FMI e BM. Calcula-se que as obras financiadas pelo BM levaram à deslocação forçada de 20 milhões de pessoas, sem que lhe tenham sido facultadas as condições mínimas para a sua subsistência. Os

projectos em curso deverão levar à deslocação de mais quatro milhões de pessoas.

As formas de internacionalização da economia, impostas pela "trindade" do capitalismo - afirma-se ainda no manifesto das ONG - não só provocaram a perda de conquistas sociais dos trabalhadores e o aumento do desemprego, como alimentaram um crescimento incontido dos transportes, ligado à globalização dos mercados, com o consequente crescimento das emissões de CO₂, responsável pelo efeito de estufa e pelas chuvas ácidas.

A profunda degradação da situação social - consequência das políticas implementadas pelo capital - tem vindo a afectar largas camadas das populações, com consequências particularmente dramáticas ao nível dos sectores mais vulneráveis. Como foi recentemente denunciado pela UNICEF, as crianças constituem hoje 10% da força de trabalho na Ásia e 20% em África.

As ONG sublinham ainda que as reduções de gastos públicos - na base dos planos impostos pelo FMI - nunca afecta as forças armadas e o aparelho repressivo.

Uma situação que tem vindo a provocar revoltas populares de que os mais recentes exemplos são o levantamento popular na cidade argentina de Santiago de Estero e a revolta zapatista no Estado mexicano de Chiapas.

Multinacionais

Desigual distribuição do poder financeiro

Países	1982			1992		
	Número de sociedades	Volume de negócios (em biliões de dólares)	Parte no total das "200"	Número de sociedades	Volume de negócios (em biliões de dólares)	Parte no total das "200"
Estados Unidos	80	1302,5	42,8	60	1720,1	29,3
Japão	35	657,3	21,5	54	2095,4	35,7
França	16	182,6	6	23	530,2	9
Alemanha	17	207,5	6,8	21	563	9,6
Reino Unido	18	264,7	8,7	14	310	5,3

Trinta e sete mil multinacionais - com 170 000 filiais no estrangeiro - dominam a economia mundial. Cinco países capitalistas (Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Reino Unido) partilham entre si 172 das 200 maiores empresas multinacionais.

Entre 1982 e 1992 o volume de vendas destas 200 multinacionais passou de 3000 para 5900 mil milhões de dólares e a sua parte no produto nacional bruto (PNB) global, de 24,2% para 26,8%.

Nos últimos 10 anos, as 500 maiores empresas mundiais lançaram no desemprego uma média anual de 400 000 assalariados, enquanto simultaneamente se verificou um acentuado aumento de lucros.

África do Sul Em véspera de eleições a solidariedade necessária

Escassos dias antes das primeiras eleições multirraciais da história da África do Sul, luta-se ainda pela participação de todas as forças no processo eleitoral e para pôr travão a uma violência que quotidianamente põe em causa a construção da democracia num país onde, ao longo de muitos anos, foram negados os mais elementares direitos do homem.

Ainda no início desta semana se admitia a possibilidade de uma solução de compromisso capaz de levar o Inkatha a abandonar o boicote às eleições e, em reunião eleitoral no Ciskei, Nelson Mandela afirmava estar convencido da possibilidade de chegar a um acordo com o rei zulu.

Nesses mesmos dias, um novo surto de violência no norte de Joanesburgo provocava a morte de mais 18 pessoas.

Um quadro de dificuldades, resistências e violência, que testemunha também da importância histórica das eleições da próxima semana. Momento culminante do processo de liquidação do apartheid - pela primeira vez do princípio "um homem um voto" é realidade na África do Sul - que abre caminho a uma outra fase, diferente, mas não menos difícil.

O quadro político mais provável do país, no fim da semana que se avizinha, é a constituição de um poder multipartidário, com forte dominância do ANC.

Sondagens recentemente publicadas no "Johanesburg Star" sobre as tendências do voto, situavam o Partido Nacional do actual presidente De Klerk entre os 16 e os 21%, o ANC entre os 59 e os 64%, o Congresso panafricano entre os 3 e os 8% e a Frente da Libertação (extrema direita) nos 7%.

Com esta base política, inicia-se um período de transição de cinco anos, com uma Constituição provisória. Em 1999, deverão realizar-se novas eleições.

De imediato - e de par da luta pelo controlo da violência em

que alguns sectores continuarão a apostar - os grandes desafios situam-se na indispensável resposta aos mais agudos problemas socioeconómicos. E aí a herança do apartheid continua a pesar de forma determinante - 14 por cento da população é branca e detém 90 por cento dos terrenos e 90 por cento dos negócios. Números que só por si determinam as profundas desigualdades que marcam o país.

Agravadas ainda pela radical diferença de níveis de instrução básica.

Entre os adultos brancos existe uma taxa de analfabetismo de um e meio por cento. Essa taxa varia entre 31 e 38 por cento entre asiáticos e mestiços. E é de 50 por cento para os negros - a maioria esmagadora da população.

No programa social do ANC estão inscritas para já - como prioridades - medidas como a construção de 300 mil fogos, custeados pelo erário público e o fornecimento gratuito de energia eléctrica às zonas mais pobres e marginalizadas.

A escola primária será gratuita tanto para crianças como para adultos. Todos terão igualmente direito a um sistema de saúde gratuito.

Um conjunto de prioridades que por seu lado requer a garantia de adequadas fontes de financiamento. O que implica uma política de maior equilíbrio e justiça no plano económico. Num país em que - nesses como noutros domínios - o desequilíbrio é total.

Uma realidade em transformação, a exigir mais que nunca

redobrada solidariedade internacional.

"É preciso continuar, sê-lo-á durante muito tempo, sê-lo-á sempre, é preciso ajudar os homens e as mulheres que, no terreno, no seu país, no momento

das eleições e depois delas, não renunciam a concretizar, passo a passo, dia após dia, corajosamente, de forma consequente, as decisões ou as declarações formais arrancadas no combate, na dor e no luto, no decurso de gerações" -

belas palavras do filósofo Jacques Derrida, numa publicação editada por uma associação francesa contra o apartheid, e que traduzem esta profunda necessidade de prosseguir com a solidariedade com o povo da África do Sul.



Depois das eleições, o combate às desigualdades é uma prioridade no programa do ANC

África Nova crise alimentar

"A situação é dramática no continente africano - é o alerta que tem vindo a ser lançado por diferentes organizações não governamentais e de solidariedade social, como a organização inglesa Save the Children, ou a internacional Médicos sem Fronteiras.

Nova crise alimentar está a atingir diferentes zonas do continente, nalguns casos brutalmente agravada por situações de guerra, como em Angola e

Moçambique, ou na Somália e sul do Sudão.

Na Eritreia já não há quaisquer reservas de alimentos, sendo as necessidades imediatas de três milhões de eritreus - totalmente dependentes da ajuda internacional até à próxima colheita - da ordem das 300 000 toneladas.

O mesmo se passa na Etiópia e noutros países da zona. Neste país, as reservas alimentares não ultrapassam as 30 000 toneladas

para 5 meses, quantidade manifestamente inferior às necessidades. Face a esta situação, e na perspectiva de uma fraca colheita, há regiões - como no Tigre, Wollo e Harerghe - em que os camponeses estão a abandonar as terras, em busca de alimento.

No Quênia, as perspectivas agrícolas são pouco favoráveis e grandes grupos de população começaram a deslocar-se para outras regiões do país, fugindo à penúria de alimentos.

No próprio Zaire, país de terras férteis, as colheitas sofreram uma quebra acentuada, em consequência dos confrontos que se têm vindo a registar, e que levaram ao êxodo de pelo menos 800 000 pessoas. Na Libéria cerca de 250 000 pessoas poderão estar ameaçadas de morte pela fome.

A ajuda internacional para cobrir os défices no plano alimentar é lenta e, o que é mais grave, de toda a ajuda prometida no período de 1992/93, após 64% seguiu para o seu destino.

De salientar o brutal contraste entre esta situação de alarme no plano alimentar, e os significativos recursos de que dispõe o continente africano. Tanto no que respeita a produtos agrícolas como na indústria extractiva, em que se destacam algumas das maiores reservas mundiais.

transportando mísseis defensivos "Patriot" e mísseis terra-ar "Stinger", chegaram à Coreia do Sul, anunciou a agência noticiosa sul-coreana "Yonhap". Citando fontes governamentais sul-coreanas, a agência indicou que as armas serão desembarcadas em 29 de Abril. Washington anunciou em Março a intenção de analisar um reatamento das manobras militares conjuntas com a Coreia do Sul e a colocação de mísseis defensivos "Patriot" após a recusa da Coreia do Norte de autorizar uma inspecção completa das suas instalações nucleares. Desconhece-se o número de mísseis transportados pelos dois navios, mas o departamento norte-americano da defesa deixou entender em Março que poderiam ser colocados duzentos "Patriot".

A Coreia do Norte opõe-se à colocação dos mísseis "Patriot" na Coreia do Sul e ao reatamento das manobras conjuntas entre forças norte-americanas e sul-coreanas.

Ruanda

Os massacres no Ruanda alargaram-se ao conjunto do território do país e fizeram dezenas ou mesmo centenas de milhar de vítimas, indicou o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Todo o território do Ruanda é cenário de massacres, que até aqui pareciam estar limitados à capital, Kigali, declarou em Genebra um representante do CICV, após ter contactado os responsáveis da Cruz Vermelha naquele país africano.

"É uma verdadeira tragédia. Os massacres estendem-se já a todo o Ruanda e as vítimas contam-se pelas dezenas, se não mesmo centenas, de milhar", acrescentou.

"Há centenas de milhar de pessoas desalojadas, assistimos a um verdadeiro êxodo", concluiu.

Antes dos massacres que se seguiram à morte do presidente Juvénal Habyarimana, o Ruanda contava com cerca de 50 000 pessoas desalojadas e 250 000 refugiados do Burundi. Muitos deles deixaram os campos devido aos massacres e juntaram-se aos ruandeses que fogem à chacina, explicou o CICV. Em Kigali, no hospital central e num hospital de campanha que conta com dois blocos cirúrgicos, os médicos do CICV, os Médicos sem Fronteiras (MSF) e outros voluntários operam sem cessar as dezenas e dezenas de feridos, acrescentou o porta-voz.

Os feridos são forçados a deslocar-se para estas unidades pelos seus próprios meios, pois as ambulâncias interromperam as suas actividades no seguimento do assassinio de seis feridos que eram transportados em veículos da Cruz Vermelha por milícias armadas.

Bósnia

Gorazde no centro da guerra

Diversas, e mesmo contraditórias, são as notícias que vão sendo divulgadas sobre a actual evolução da situação na Bósnia. Com uma certeza apenas - quase dois anos depois do início do cerco de Serajevo, e passados diferentes períodos de acalmia relativa, de delinear de acordos e novas escaladas no plano militar, a violência prossegue. As diferentes forças em presença continuam a apostar na guerra como forma credível de imposição de interesses próprios, tentando redesenhar pelas armas os novos mapas políticos da zona.

Após um período de relativa acalmia, desde fins de Fevereiro, com as medidas tomadas para colocar sob controlo da ONU parte da artilharia sérvia, a guerra recrudescerá outra vez, agora em torno do enclave de Gorazde, cercado por forças sérvias. Com uma agravante - os bombardeamentos levados a cabo por aviões da NATO contra as forças sérvias, e que levaram a uma nova escalada da violência militar, à recusa ao diálogo, e à suspensão de formas de ajuda humanitária às populações civis, como sempre as grandes vítimas da guerra.

A actual batalha em torno de Gorazde, que teve início nos últimos dias de Março, terá resultado, segundo é reconhecido por alguns observadores da ONU, de uma ofensiva em larga escala das forças muçulmanas, tentando abrir as posições sérvias em direcção ao Sandjak (Sudeste, região sérvia com uma população maioritariamente muçulmana) e às zonas contíguas aos montes Igman e a Bjelasnica, a sul de Serajevo. A versão de Rádio-Serajevo, é de que os homens de Radovan Karadzic, dirigente dos sérvios da Bósnia, teriam avançado sobre as linhas bósnias em torno do enclave.

Entretanto, e aproveitando a pressão da NATO, as forças muçulmanas tentaram uma contra-ofensiva, abrindo fogo contra as posições sérvias. O que aliás levou a uma advertência do presidente norte-americano, Bill Clinton, ao governo muçulmano de Serajevo contra a ideia de "tentar tirar proveito", no plano militar, dos raids aéreos da Aliança Atlântica contra os sérvios.

Reportagem de
Henrique Custódio

Torre de Coelhos

Estamos em Torre de Coelhos, Concelho de Évora, pequena aldeia cercada por 10 000 hectares de latifúndio. Desçamos, devagar, na memória.

Primeiro tempo. Aí está o mato e a coutada, a água a perder-se, inútil, no maninho das terras. As tiradas de cortiça e a apanha da azeitona resumem a actividade agrícola da zona, o desemprego alastra e empurra os trabalhadores para a emigração. No início dos anos 70 estão quase 200 na Suíça e outros tantos pelos caminhos de Lisboa.

Segundo tempo. Chega a Revolução de Abril e a planície agita-se. A população de Torre de Coelhos ocupa os 10 000 hectares que há décadas a estrangulam à fome e, em escassos quatro anos, alcança o tecto do mundo: represa as águas, irriga os campos, multiplica o gado, constrói instalações, reinventa ali mesmo, na charneca imensa, o milagre do trabalho humano. A esteva dá lugar ao arroz e ao tomate, à batata e ao girassol, ao feijão e ao milho, à carne e ao leite, os emigrados regressam em massa das andanças da fome e erguem, todos, uma poderosa cooperativa onde 500 trabalhadores efectivos e 200 sazonais manobram dezenas de tractores e centenas de alfaías, semeando a terra numa abundância nunca vista.

Quase 20 anos depois, detenhamo-nos um pouco aqui, no tempo em que os homens se ergueram para alcançar, com as mãos, o tecto do mundo. Para de seguida vermos que os mundos hoje desabados continuam, como sempre, a precisar de tecto.

O presente é um caminho donde se veio. Em Torre de Coelhos está escrito nas ruas e nas casas, nas pessoas e na terra.

A povoação reparte-se em duas metades, a velha, aconchegada à torre seiscentista que aponta aos céus uma monumentalidade inesperada, a nova, desenhada a esquadro numa expansão obviamente moderna. Harmoniza-as a brancura incandescente da cal e a limpeza irrepreensível das casas e das ruas.

"Antes da Reforma Agrária a povoação estava por metade", dizem-nos no bar da cooperativa, cujas instalações fazem parte da nova "metade" que a Reforma Agrária acrescentou a Torre de Coelhos, a par dum bairro de muitas dezenas de graciosas vivendas construídas por uma cooperativa de habitação, o total asfaltamento das ruas, um campo de jogos e um complexo de estruturas da Cooperativa Agrícola.

Aliás, a Reforma Agrária, em colaboração com o Poder Local democrático, trouxe à povoação todos os benefícios da urbe: com ela chegaram a luz, a água, os esgotos, o asfalto, os transportes, a ambulância, a creche, a cantina, a animação do comércio, as casas novas em folha, a reconstrução e melhoramento de outras. E o salário certo, o emprego garantido, o poder de compra, a satisfação de necessidades tão elementares como ancestrais.

Tudo isso está escrito nas ruas e fachadas. E no testemunho de quem nos fala, cruzando memórias. "Chegou aqui a haver 100 reboques de fruta, que era de ver!", recorda Joaquim José Nicha, do alto duns vigorosos 70 anos, contrapondo esta ilustração da abundância da Reforma Agrária com a miséria do fascismo: "No tempo dos agrários até guardas punham rente à estrada para ninguém sair a apanhar bolota!"

Uma volta de 180 graus

João Rodrigues, contabilista da Cooperativa, acompanhado de Manuel Henrique, seu actual presidente, e de Ventura António da Venda, dirigente desde a primeira hora, resume-nos a história.

"Em 1974, a situação em Torre de Coelhos já era desesperada. Se não havia fome, andava perto disso. Centenas de pessoas tinham emigrado, cerca de 200 para a Suíça, outros tantos para Lisboa. Com a Revolução, a vida aqui deu uma volta de 180 graus".

Uma volta com datas: em 1975 ocupam-se os 10 000 hectares de latifúndio da região e forma-se a Cooperativa, que é juridicamente reconhecida em Outubro de 1976. "E não me venham dizer que foi o PCP ou os comunistas que ocuparam as terras, eu andei lá, não



A Reforma Agrária acrescentou a Torre de Coelhos um bairro de muitas dezenas de graciosas vivendas



Manuel Henrique (à esquerda) e Ventura da Venda: cooperativistas desde a primeira hora



Estas crianças tinham acabado de sair da aula de música. São filhos de quem alcançou o tecto do mundo



Tudo está escrito nas ruas e fachadas. E no testemunho de quem nos fala, cruzando memórias (bar da Cooperativa)

que rapidamente passou das escassas centenas às 4000 cabeças, entre vacas, porcos e ovelhas, e das culturas tradicionais do cereal.

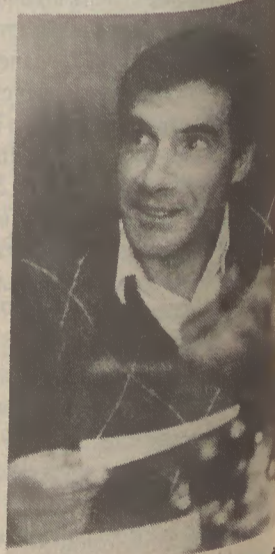
A mecanização, "toda feita à nossa custa, não tivemos ajudas nem subsídios de ninguém!", em breve reuniu cerca de 30 tractores, seis ceifeiras-debulhadoras, uma retroescavadora, um tractor de rastros, uma auto-condicionadora e largas dezenas de alfaías. Comprou-se uma báscula, "a única da zona", criou-se a cooperativa de consumo, construíram-se as instalações, o parque de apoio à construção de todos os

arruamentos da aldeia, do parque desportivo e do centro de dia, cedem-se terrenos para a cooperativa de habitação, ofereceu-se uma ambulância à Freguesia.

Isto em cerca de quatro anos, atraindo o regresso de todos os emigrados, fazendo subir a população em largas centenas de pessoas e levando a Torre de Coelhos uma prosperidade até aí desconhecida.

O regresso dos colectores

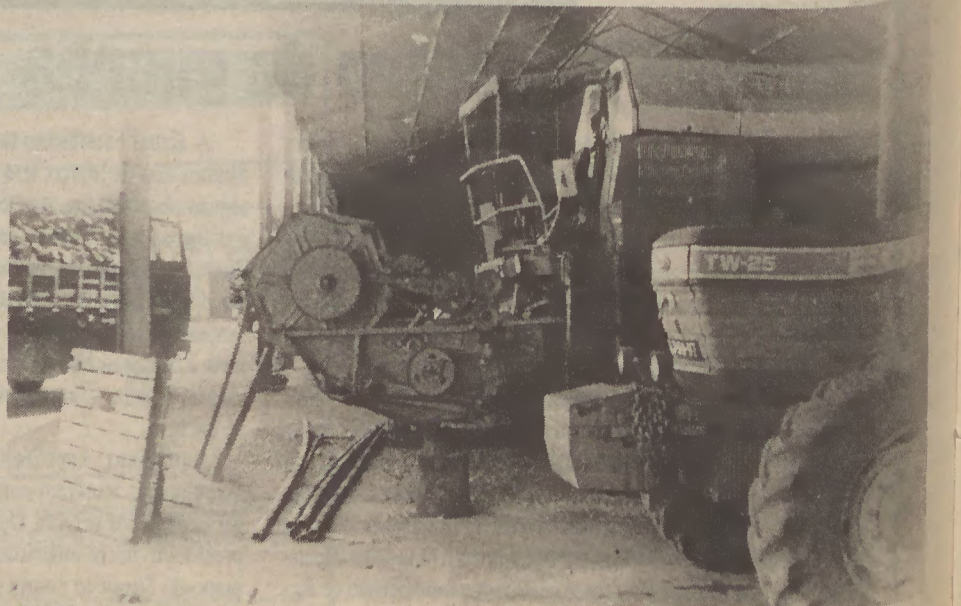
Hoje, está lá tudo, menos uma grande parte das pessoas. Com o regresso do latifúndio voltou o abandono dos campos, a queda vertical da produção e do investimento agrícolas, o desemprego e a emigração. Os grandes "empresários agrícolas" que reivindicaram a devolução das herdades, portaram-se como o que sempre foram: agrários absentistas, parasitando a terra com mentalidade colectora. Para eles, a organização social do trabalho continua a



João Rodrigues, "Tudo feito à nossa custa, não tivemos ajudas nem subsídios de ninguém!"

era filiado e ninguém do Partido apareceu a dizer para se ocupar isto ou aquilo. Foi o desemprego e a miséria que empurraram os trabalhadores para a ocupação das terras!"

Uma ocupação que começou logo a dar frutos. Do absentismo latifundiário saltou-se para uma actividade agrícola nunca vista. Construíram-se represas e barragens que aproveitaram as nascentes e os cursos de água, irrigando culturas nunca ali experimentadas: tomate, arroz, milho, girassol, pimento, tremçoço, fava, batata, feijão e todos os produtos hortícolas, a par dum forte investimento em gado,



Uma ilha de trabalho num mar de absentismo (pormenor das oficinas da Cooperativa)

20 Anos

VIVA

Há 20 anos, Abril abriu as suas portas. Logo com uma proibição - Fiquem em casa, dizia o Movimento das Forças Armadas. Prevenção inútil, nem que fosse para ouvi-la melhor e não acreditar nos ouvidos, saía-se para ir comprar um transistor antes que a loja fechasse, esgotada.

De madrugada era apenas uma nesga, uma portada entreaberta, que o povo logo escancarou, acompanhando os

militares ao Carmo, ali fincando pé nem que a Trindade caísse; logo correndo às prisões e elevando a voz exigente - Liberdade para os presos políticos! Logo tomando as consciências dos jornalistas democratas, de cujas mãos surgia a prosa não amordaçada a contar como estava a ser, mesmo aos nossos olhos. Primeiro foi nas ruas. Onde tudo realmente começou, atravessando de pânico a polícia do regime que ainda

esperava uma «civilizada» passagem do poder. Felizmente na rua havia quem apanhasse o poder - trabalhadores, homens, mulheres e jovens provados nas lutas, na resistência e na esperança. Sabiam o que fazer dele, se o obtivessem. Sabiam para onde o orientar, se uma parte conquistasse - para as liberdades, a democracia, a justiça social; para o fim da guerra colonial, para a destruição do Estado fascista,

mais tarde para destruir os monopólios, conquistar poder de decisão nas fábricas, organizar a participação popular nos municípios, conquistar a terra para quem a trabalha. Vivas e alegres batalhas iam suceder-se à longa resistência antifascista, elevando Abril ao nível das esperanças, das necessidades do povo e do país, dos anseios dos trabalhadores. Tudo começou nas ruas, nesse dia.



■ Dias Lourenço

Segunda-feira próxima, logo ao virar da primeira quadrícula do calendário da última semana deste Abril de 94, terá passado o ano vigésimo da vitoriosa "Revolução dos Cravos" - do Abril português da Revolução.

Pela primeira vez na nossa movimentada história nacional, uma revolução democrática estreitamente vinculada ao povo, das mais evoluídas da Europa ocidental contemporânea, triunfante de um regime autocrático-fascista de quase meio século, atingiu uma vintena de anos. A Revolução de 74, iniciativa patriótica e corajosa dos valerosos "Capitães de Abril", uma revolução inacabada, nos tempos que correm distorcida e despojada de algumas das suas conquistas fundamentais pelos próceres da contra-revolução no Poder, alcançou, entre obstáculos de monta, a sua maioria.

E entretanto, já sobre a passagem do vigésimo aniversário de Abril, no contexto de uma profunda crise económica e social agravada a limites insustentáveis pela política da direita no poder e de uma decidida contestação popular de massas a que a juventude tem imprimido com importantes lutas por reivindicações específicas uma dinâmica particular, vimos que o espírito de Abril permanece actuante e vivo. E em Dezembro passado, como jovens cidadãos de plenos direitos, a primeira geração de portugueses e portuguesas nascidos após o 25 de Abril, exerceu pela primeira vez com notável espírito responsável um dos seus mais exigentes direitos de cidadania - o do voto - que se exprimiu por um sério revés do cavaquismo governante. Isso significa que a par de poderosos motivos de preocupação e de reflexão existem, ao cabo de vinte anos, fortes razões de confiança no potencial libertador do 25 de Abril.

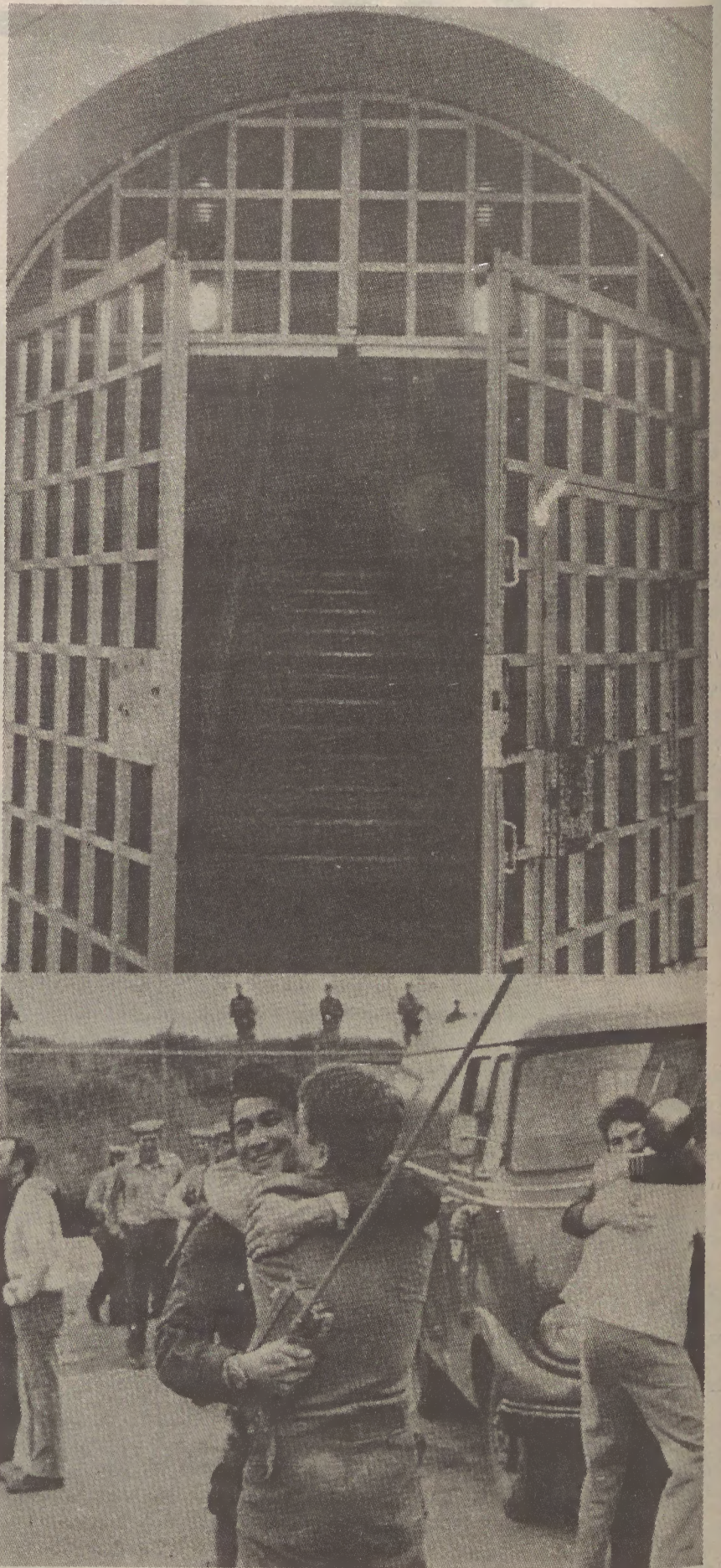
Importa que nos debrucemos sobre uns e

outros. Importa manter viva para as gerações vindouras a memória do fascismo e da incontível alegria da libertação nas madrugadas de Abril.

Assistimos na actualidade - significativamente nestes dias do vigésimo aniversário da "Revolução dos Capitães" - à febril orquestração de uma formidável campanha dos saudosistas do passado e dos que nos dias actuais intentam inverter o sentido dos acontecimentos dos últimos 70 anos de vida nacional, para reescrever e falsificar a História, para branquear dos seus crimes o regime de Salazar e Caetano, e simultaneamente, para exaltar Abril e as suas conquistas.

Os que por detrás das grades dos cárceres fascistas vivemos a alegria irreprimível da liberdade do nosso povo em 25 de Abril de 74 mantemos viva não apenas a memória desse inolvidável dia como a do quase meio século de um regime fascista de terror, opressão e miséria e dos seus crimes e selvagerias de que o querem branquear os círculos e arautos da direita desforrista do passado e do presente. Mas o 25 de Abril não foi um acontecimento isolado no tempo e no espaço - foi amassado em dezenas de anos de luta, sacrifícios e dor do povo e no sofrimento de dezenas de milhares de portugueses e portuguesas que passaram, e várias dezenas sucumbiram, pelas mãos da odiosa polícia política de Salazar e Caetano, dos que povoaram o sinistro universo concentracionário do fascismo português. As câmaras de tortura das sedes da PIDE de Lisboa e Porto; o Governo Civil, as esquadras, e o Aljube de Lisboa; Angra do Heroísmo e o "campo da morte lenta" do Tarrafal; o Forte de Caxias e a Fortaleza de Peniche; a Colónia Penal de Paços de Ferreira; a Cadeia de Setúbal; os transitórios "campos de concentração" das Praças de Touros de Vila Franca de Xira, do Campo Pequeno e de Montemor-o-Novo, da Mitra, do quartel da Parede, de Malveira da Serra, são pontos sombrios da sinistra cadeia que era o Portugal fascista derrubado pelo 25 de Abril de 74.

Não é uma estimativa exagerada (porque a consulta à documentação continua a ser praticamente escamoteada após vinte anos



Abril quebrou as grades

Diário de Lisboa

CAXIAS CAIU LIBERTOS OS PRESOS DETIDA A DGS/PIDE

Abertas as portas do Hospital Prisional anexo à cadeia. Muitas pessoas aguardaram no cruzamento do desvio da estrada durante toda a noite o momento da libertação dos seus familiares.



A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLITICOS UM DIA GRANDE DE EM PENICHE E CAXIAS

As 2 e 30 da madrugada de ontem, foram finalmente libertados os últimos prisioneiros políticos que se encontravam na prisão de Pide em Peniche. A acção de libertação foi realizada por militares do Exército, sob o comando do Coronel Francisco Pereira, e por militares da Polícia Nacional Democrática e por militares da Guarda Nacional Republicana. A libertação foi realizada sem incidentes e os prisioneiros foram encaminhados para os seus locais de destino.

O primeiro «Avante!» legal

■ Ruben de Carvalho



de inadmissível quarentena) a que aponta para cerca de 50 000 o número de prisioneiros políticos durante a longa noite de 50 anos do fascismo.

São mais precisos os números dos 32 anos antecedentes do início das guerras coloniais que durante 13 anos ceifaram milhares de jovens vidas portuguesas e muitos milhares de homens, mulheres e crianças das antigas colónias.

De 1928 a 1932 passaram pelas cadeias do continente e das antigas colónias mais de 550 presos políticos portugueses (dos quais 180 militares) de um total, até 1960, de 24 812.

Dos 19 234 casos analisados, 18 504 eram do sexo masculino e 720 mulheres; dos números de 1936 a 1960 tinham 15 anos ou menos de idade 14 prisioneiros; 3501 situavam-se no escalão dos 15 aos 25 anos e 15 823 no de mais de 25 anos.

Daquele total, 1047 ultrapassaram as penas a que foram condenados e 12 531 estiveram presos sem culpa formada.

Totalizam 7652 anos de prisão!

Cerca de 80 foram assassinados nos antros da PIDE, nas ruas, nos cárceres. Torturados cruelmente até à morte; abatidos a tiro; exterminados pelas duras condições do regime prisional fascista. Vários saíram com a saúde arruinada e faleceram depois de libertados.

Só no ano negro de 1934, em pleno ascenso do nazifascismo, somaram em Portugal sob o regime de terror de Salazar 745 anos de prisão os 63 prisioneiros julgados e condenados nos tribunais fascistas a penas superiores a 10 anos - o que dá uma média, por preso político, de 11 anos e 7 meses! Vários atingiram e ultrapassaram os 20 anos. Valorosos camaradas que já a morte levou, habitantes de dezenas de anos das prisões fascistas, puderam ainda ter a "imensa alegria" - como escreveu Pires Jorge - de viver o dia maravilhoso da liberdade do 25 de Abril de 74.

Dos que na primeira reunião do Comité Central do PCP realizada após a "Revolução dos Cravos" somavam 350 anos de prisão, já não estão entre nós Joaquim Pires Jorge, Francisco Miguel, Pedro Soares, Dinis Miranda, Angelo Veloso, José Tavares Magro.

De todos os que povoaram as prisões fascistas e no combate perderam as vidas, poderemos e deveremos dizer, os que cá estamos ainda e somos testemunhas vivas de um passado de opressão, exploração e terror e da radiosa alvorada de 25 de Abril de 74, as elegíacas palavras do poema de Maiakovski:

*Vós, Camaradas, caídos na luta
Jamais sereis esquecidos*

O episódio é já conhecido. Na primeira entrevista de dirigentes do PCP (Octávio Pato, Joaquim Gomes e Jaime Serra) com a Junta de Salvação Nacional, o general Spínola referiu o que seriam as condições para que os comunistas aparecessem à luz do dia: nem sedes abertas nem publicarem o «Avante!». E até foi feita referência clara ao facto de a foice e o martelo figurar no cabeçalho do órgão central do Partido...

No dia seguinte, em entrevista com Álvaro Cunhal e Octávio Pato, Spínola, acompanhado de Costa Gomes, repetiria as limitações.

Igualmente se sabe qual foi a resposta: os comunistas reivindicavam o direito de exercerem a sua actividade política sem quaisquer restrições. E quanto às condições era inverosímil que, derrubado o fascismo, se pretendesse conseguir o que a repressão fascista, com todas as suas polícias e prisões e crimes, jamais conseguira impedir os comunistas de usarem o seu símbolo e publicarem o seu órgão central. Como expressão pública e clara da actividade do PCP nas novas condições criadas, a publicação do «Avante!» tornou-se assim uma questão de importância central.

Um primeiro esboço de Redacção foi ensejado com a colaboração de jornalistas militantes do Partido: Fernando Correia, Albano Lima, Helena Neves, Figueiredo Filipe, António Santos, José Saramago, Ruben de Carvalho, que realizaram reuniões com Álvaro Cunhal e Carlos Brito.

O formato do jornal

É curioso recordar que um problema que viria a constituir um dos mais intensos factores de polémica em torno do «Avante!» foi, logo nessas primeiras reuniões, um dos elementos mais debatidos: o formato. Vinte anos atrás, a questão dos formatos era relativamente clara na imprensa portuguesa: o grande (tecnicamente designado por *broadsheet*) era adoptado pelos grandes jornais nacionais matutinos: «Diário de Notícias», «Seculo», «Jornal de Notícias», «Primeiro de Janeiro» e «Comércio do Porto»; o formato tablóide era uma quase característica da imprensa da tarde, lisboeta na totalidade: «Diário de Lisboa», «Diário Popular», «A Capital» e «República». Mais dinâmica e com maior influência da opinião democrática («República» e «Diário de Lisboa» e também «A Capital» situavam-se, pesem as limitações censórias, no campo da oposição, o «Diário Popular» sob a influência de Francisco Balsemão desenvolvera um jornalismo popular e dinâmico de recorte inovador), a imprensa da tarde tinha contudo uma expansão mais limitada, as empresas editoras não tinham a dimensão e projecção das da imprensa matutina. O seu peso social e informativo era, em suma, menor, pese a influência ideológica e de opinião da vespertina ser muito grande.

É interessante recordar que o «Expresso», que aparecera no ano anterior, optara não pelo formato comum dos semanários da

época (tipo revista «Newsweek», «L'Express» ou «Nouvel Observateur» e de que em Portugal existia a «Vida Mundial»), mas pela solução jornal — e em formato grande.

Na discussão sobre o «Avante!», as opiniões dividiram-se claramente, podendo de certa forma dizer-se que os camaradas que trabalhavam na imprensa vespertina defendiam a solução tablóide, enquanto os da imprensa matutina o formato *broadsheet*. Será já difícil recordar em pormenor o debate, mas a preocupação de conceder ao «Avante!» legal o estatuto de um grande jornal, coerentemente com a importância adquirida nos seus quarenta anos de publicação clandestina, acabou por prevalecer — e o «Avante!» saiu grande!

A tipografia

Além da definição do conteúdo, um problema, porém, se avolumava; encontrar uma tipografia onde pudesse ser impressa a tiragem que, desde logo, se queria muito elevada: no mínimo, 100 mil exemplares. Agravava o problema o facto de não se estar em busca de uma tipografia que imprimisse um único número: a saída semanal do «Avante!» fora já decidida pela direcção do PCP, o que implicava uma oficina em condições de assegurar essa regularidade. À época, o problema não era tão simples quanto hoje possa parecer. Por um lado, para além ds oficinas dos jornais diários (e, mesmo assim, nem todas), muito poucas eram as tipografias lisboetas que possuíam rotativa de jornal. Por outro, decorrido pouco mais de uma semana sobre o 25 de Abril, não é de estranhar que os

proprietários das tipografias, que haviam sido sujeitas a um feroz controlo pelo fascismo, receavam ainda alguma mudança de situação.

A busca de uma solução mobilizou então dirigentes tão destacados do PCP como Octávio Pato e Joaquim Gomes, mas, mesmo depois de se ter desenhado uma perspectiva na Gráfica Brás Monteiro, uma segunda dificuldade surgia: o papel.

Na realidade, apenas os jornais diários possuíam em geral stocks e papel em bobina, os próprios armazenistas e importadores, não existindo outros clientes senão aqueles, pouco possuíam em armazém.

Foi do então único telefone que existia no terceiro andar da Rua António Serpa, entretanto ocupada como primeiro Centro de Trabalho lisboeta (a primeira imposição de Spínola quanto às sedes de há muito ficaria pelo caminho), que se telefonou para o «Seculo» para saber das possibilidades de o matutino ceder papel e o «Avante!» ser impresso nas suas oficinas.

O interlocutor procurado foi Henrique Segurado Pavão, durante anos secretário da administração da Sociedade Nacional de Tipografias, proprietária do «Seculo», e que se mantivera após a compra do matutino por Jorge de Brito. A resposta foi rápida e favorável.

No dia seguinte, no gabinete de desenho do «Seculo Ilustrado», os responsáveis gráficos pelo «Seculo Ilustrado» e «Vida Mundial», Luís Filipe da Conceição e José Araújo, desenhavam o novo cabeçalho do «Avante!» para o novo formato. A enquadrar o logotipo, uma solução de fichas e «orelhas» claramente influenciada pelo grafismo do próprio «Seculo».

O entusiasmo nas oficinas do «Seculo» era, entretanto, comovedor. Jornal de tradições republicanas, o sector oficial sempre manifestara inequívocas posições progressistas que se viria a traduzir numa fortíssima organização do PCP. Realizado fora do horário normal de trabalho para o jornal, todos os tipógrafos abdicaram de receber qualquer remuneração pela composição, paginação e impressão do primeiro número do «Avante!». Quando a rotativa começou a rodar, com a oficina cheia de gente, não eram poucas as caras onde corriam lágrimas. Em sucessivas tiragens, foram impressos cerca de 500 mil exemplares do primeiro número do «Avante!» legal, a maior tiragem de um jornal até então impressa em Portugal.



Canções de Abril

Pr'ó que der e vier

Tenho a cabeça espetada
Entre a noite e a madrugada
Tenho um braço deitado
Entre o perfeito e o enfeitado
É um canhão apontado
P'ra qualquer lado enfundado
Venha lá quem quiser
Estou pr'ó que der e vier

De manhã mal acordado
De noite pouco ensonado
Para a aventura que eu teço
Encontro os dias do avesso
Na terra do perder
Deus é dinheiro
O Diabo é não o ter
Seja homem ou mulher
Estou pr'ó que der e vier

Dia a dia num aperto
Que mais parece um deserto
No descalabro do medo
Mal se levanta um dedo
Aconteça o que acontecer
Não temos nada a perder
Dê no que der e vier
Assim não podemos ficar

Hei-de ser a barricada
Arma fogo despedida
Hei-de ser ferro forjado
Dia e noite amor calado
Hei-de ser punho cerrado
E ternura docemente
E haja lá o que houver
Estou pr'ó que der e vier

Texto e Música: Fausto

Fado do Trigo

É da terra sangrenta terra braço
terra encharcada em raiva e em suor
que o homem pouco a pouco passo a passo
tira a matéria viva do amor.

Devagar a seara ondula as ancas
como fêmea abrasada de desejo
e aberta ao vento e ao sol concebe as plantas
mulher e mãe na fúria de um só beijo.
Devagar a seara ondula as ancas
como fêmea abrasada de desejo.

Prendo os meus lábios à sede
mordido por um fio de água
o Alentejo não cede
mesmo com olhos de mágoa.

Olhos celeiros do trigo
semente no coração
meu trigal de pão amigo
adubado no meu chão.

Além-Tejo Além-Coragem
com as paredes de cal
és a alma da paisagem
branca de Portugal.

Depois de prenha a terra fica linda
crescem cabelos loiros como o fogo
laços vermelhos na planície infinda
papoilas vivas que se acendem logo.

Pois quando a terra for de quem lhe quer
não há mais dor no parto dos trigais
será terra feliz Terra mulher
com filhos de quem todos somos Pais.
Pois quando a terra for de quem lhe quer
não há mais dor no prato dos trigais.

Texto: Ary dos Santos
Música: António Victorino de Almeida
Por: Carlos do Carmo

Era um quarto de meninas decorado a rigor, numa casa da alta burguesia na capital do império. Notas discordantes na decoração em tons de pastel a convidar ao repouso, uns posters de artistas em voga, uma estante onde se misturavam livros de estudos, romances, discos, rádio, gira-discos, um sem fim de inutilidades, e, naturalmente, as meninas propriamente ditas. Na casa em silêncio, era suposto estarmos há muito a dormir. Mas a noite era o nosso território de confidências e cumplicidades - meu, residente temporária, a meio caminho da independência, e da minha amiga, filha dos donos da casa, tão deslocada naquele quarto como um peixe fora de água.

O trabalho de uma e os estudos da outra nunca nos impediram as noitadas em conversas intermináveis, músicas ouvidas em surdina, notícias proibidas captadas em onda curta.

Foi assim que soubemos que algo se estava a passar no país. O sono evaporou-se, uma surtida à cozinha abasteceu-nos de sandes e leite, a noite passou-se num frenesim a mudar de posto para posto na tentativa inútil de perceber de que lado sopravam os ventos da mudança.

“Aqui posto de comando das Forças Armadas...” Quem eram? O que se propunham? Seria um golpe de Estado? Uma Revolução?

Os apelos insistentes à calma e a que a população se mantivesse em casa pareciam suspeitos.

As notícias, cada vez mais contraditórias. Militares na

Amadora, em Sete Rios, no Carmo, em todo o lado. Música clássica na Rádio e na Televisão interrompida de quando em quando pelo único comunicado que já quase sabíamos de cor - “Aqui posto de comando...”

O receio e a esperança coexistiam mal. Nesse dia nem eu fui trabalhar nem a minha amiga foi à escola. A família imaginava horrores e pouco faltou para nos trancarem a sete chaves.

É difícil dizer em que momento a necessidade de sair para a rua se tornou imperiosa e urgente, fosse lá o que fosse que a rua nos reservasse. Os telefones não tinham sossego, as linhas estavam todas ocupadas, toda a gente falava com toda a gente e ninguém conseguia falar com ninguém. Valeu-me o estatuto de mais velha. Mergulhei na cidade e o tempo deixou de ter sentido.

Ainda hoje, vinte anos depois, a cronologia dos acontecimentos desses dias permanece ambígua. Foram dias que valeram uma vida inteira e em que o tempo psicológico invadiu o real. Num primeiro andar da Rua Braancamp uma livraria progressista servia-nos de ponto de encontro. Que fazer? Era a pergunta na boca de toda a gente, aparentemente inútil porque o que todos queriam mesmo era estar na rua.

Em Abril a liberdade

Anabela Fino

E preciso que os soldados saibam que o povo está contra a ditadura. É preciso que os soldados saibam que o povo não quer a guerra colonial. É preciso que os soldados saibam que o povo quer acabar com os pides. É preciso que os soldados saibam que o povo quer libertar os presos políticos. É preciso que os soldados saibam que o povo quer acabar com a exploração. O aparecimento de Spínola em cena tinha sido um balde de água fria para muitos de nós. Ninguém ignorava o significado da mudança na continuidade. Mas a reacção não se fez esperar. Com Spínola e apesar de Spínola, a oportunidade não se podia perder. Calcorreu-se a cidade de lés a lés. Impensável andar de transportes. Quem é que se ia meter no metro ou num autocarro quando a cada esquina estava algo a acontecer?

Do Rádio Clube à Emissora Nacional, da R(atos) T(odas) (odres) à António Maria Cardoso, do Largo do Carmo ao Terreiro do Paço, dos Restauradores a S. Bento, a cidade era um caldeirão em efervescência. Impossível estar em todo o lado e impossível não estar lá. Cada um de nós - experientes uns da luta clandestina e da actividade política ilegal, inexperientes outros - tinha uma tarefa a cumprir. Assegurar que o fascismo, os fascistas seriam derrotados. E foram. Na nossa generosidade, nem a vingança teve lugar. O sangue que correu foi a reacção que o fez correr. Na António Maria Cardoso, antes da rendição, os pides dispararam sobre a população. As nossas armas eram outras e os cravos vermelhos não mata ninguém. Apesar da profunda revolta de saber as figuras gradas do regime a caminho de

exílios dourados em espanhas e brasis; apesar dos vira-casacas a tomarem rapidamente o comboio da mudança; apesar dos algozes a recolher à segurança de celas onde mal chegaram a aquecer lugar, o que se exigia nesses dias era que os fascistas abandonassem os lugares de mando e os presos políticos fossem libertados. As portas das prisões não se abriram tão depressa como seria de esperar. E se nas ruas a multidão desconhecia as manobras de gabinete, não foi difícil perceber, com o aparecimento de Spínola e de outras figuras na Junta de Salvação Nacional, que a liquidação efectiva das bases da ditadura, a começar pela polícia política, passava pela pressão das massas populares. As manifestações para a libertação dos presos políticos, que levaram a Caxias milhares de pessoas, foram o corolário lógico do processo desencadeado com o

25 de Abril. Mais de 24 horas se tinham já passado e a noite caía na cidade, mas aqueles foram os dias sem sono. Porque demoram tanto a sair? Que se passa? Eram perguntas repetidas a cada minuto. Os soldados pediam calma, enquanto os responsáveis entabulavam conversações intermináveis com a sede de comando. Impensável não abrir as portas das masmorras, o símbolo mais brutal da repressão fascista. Impensável manter encarcerados os que apostaram tudo, incluindo a vida, na guerra contra a ditura. Impensável trair a confiança de um povo que depositava nos seus filhos armados a esperança de liberdade dos filhos que por ele se bateram. Os presos foram libertados - era a hora de viver a alegria do reencontro, da família, dos amigos, breve pausa consentida numa luta que se sabia estar ainda no começo. Da organização clandestina a mais desejada das palavras de ordem tinha entretanto chegado: somos comunistas e vamos dizê-lo bem alto a toda a gente! Como dizer da alegria de quem assim se encontrou como elo da mesma corrente? *Também tu? Também tu?* E era o sorriso a crescer no rosto, as lágrimas que ninguém procurava esconder, os abraços apertados, a vontade incontável de cantar. Depois, bem, depois foi o corropio de quem não tem tempo a perder. Cartazes, panos, autocolantes, folhetos, tudo enfiar na noite clandestina se preparava para o 1º de Maio a ganhar o direito de ser feito à luz do dia e por mãos que nunca sonharam encontrar-se. Livres. Éramos finalmente livres. De Abril a Maio, os cravos vermelhos invadiram a cidade. Nunca Lisboa esteve tão bonita.

Tu que dessa janela O senhor gerente

Tu que dessa janela nos olhas apreensivo quando a noite cai e contas pelos dedos a angústia dos dias em mãos cansadas de tanto resistir Nada tens a recear que o tempo é de luta e de esperança no olhar

Tu que em cada dia ensaias a corrida o corpo aprisionado nos braços da vida e contas pelos dedos a fúria dos meses em mãos cansadas de tanto esperar Nada tens a recear que o tempo é de luta e de esperança no olhar

Texto e Música: José Jorge Letria



Para falar ao gerente em nome de todos nós se algum de nós o procura assoma logo pela frente um homem de cara dura a dizer em alta voz: «Não está o senhor gerente»

Nunca está presente Anda sempre ausente Bem longe da gente O senhor gerente.

Todos os dias à gente repetem que ele saiu e só amanhã virá

Assim nenhum de nós viu jamais o senhor gerente mas as ordens que ele dá essas sente-as a gente

Mesmo quando ausente Está sempre presente A mandar na gente O senhor gerente.

Lá no escritório o gerente sem dar ouvidos à gente e nós cá nas oficinas O esforço da nossa lida guarda-o com unhas ferinas somos a fonte da vida o dinheiro é pró gerente

Nunca está presente

Eis então a causa assente de fingir-se sempre ausente Dos rogos da nossa gente Mas ouça senhor gerente se mantém a causa assente de fingir-se sempre ausente Que fará então a gente?

Já que não consente Vai ficar assente Passa a ser a gente o novo gerente.

Texto: Manuel da Fonseca
Música: Adriano Correia de Oliveira

Amor combate

Meu amor que não sei. Amor que eu canto. Amor que eu digo. Teus braços são a flor do aloendro. Meu amor por quem parto. Por quem fico. Por quem vivo. Teus olhos são da cor do sofrimento.

Amor-páis. Quero cantar-te. Como quem diz:

O nosso amor é sangue. É seiva. É sol. É primavera. Amor intenso. Amor imenso. Amor instante. O nosso amor é uma arma. É uma espera. O nosso amor é um cavalo alucinante.

O nosso amor é pássaro voando. Mas à toa. Rasgando o céu azul-coragem de Lisboa. Amor partindo. Amor sorrindo. Amor doendo. O nosso amor é como a flor do aloendro.

Deixa-me soltar estas palavras amarradas para escrever com sangue o nome que inventei. Romper. Ganhar a voz duma assentada. Dizer de ti as coisas que eu não sei. Amor. Amor. Amor de tudo ou nada. Amor-verdade. Amor-cidade. Amor-combate. Amor-abril. Este amor de liberdade.

Texto: Joaquim Pessoa
Música: Carlos Mendes

Avante Camarada

Avante, camarada, avante,
Junta a tua à nossa voz!
Avante, camarada, avante, camarada
E o sol brilhará para todos nós!

Ergue da noite, clandestino,
À luz do dia a felicidade,
Que o novo sol vai nascendo
Em nossas vozes vai crescendo
Um novo hino à liberdade.

Avante, camarada, avante

Correm os punhos, companheiros,
Já vai tombando a muralha
Libertemos sem demora
Os companheiros da masmorra
Heróis supremos da batalha.

Avante, camarada, avante

Para um novo alvorecer
Junta-te a nós, companheira,
Que comigo vais levar
A cada canto, a cada lar,
A nossa rubra bandeira!

Texto e Música: Luís Clívia

20
anos

VIVA ABRIL

sempre presente
para uma vida
melhor

PCP

25 de Abril - 1974 / 1994

Documentos de Abril

Muitos foram os documentos que, logo depois de Abril, surgiram — a expor o que com a liberdade se pretendia, o como devia ser feito e alcançado o projecto. Reconhecendo-se no Programa do MFA, o Povo tinha, porém, as suas exigências e vontades. As suas aspirações e interesses há longo tempo haviam sido traçados numa luta persistente e resistente. Decapitado o regime, era preciso decepar-lhe o tronco e arrancar-lhe as raízes. Há muito que os comunistas haviam projectado um caminho — não apenas uma via para derrubamento do fascismo, mas os passos principais a dar para instaurar a democracia e para lançar o país e o povo à conquista das liberdades e da justiça social, política, económica e cultural. Não é pois de estranhar que, enquanto o MFA divulgava o seu programa que hoje publicamos na íntegra (para que ninguém venha a dizer que esqueceu), a Comissão Executiva do CC do PCP lançava, no próprio dia 25 de Abril, um apelo que «todo o povo se una e lute para que o fascismo seja liquidado para sempre e sejam instauradas as liberdades democráticas! Para que cesse imediatamente a guerra colonial e acabe o colonialismo! Para que Portugal se liberte do domínio dos monopólios e do imperialismo estrangeiro!». No dia seguinte, o Secretariado do CC, saudando o «golpe militar que culmina o agravamento da crise do regime», explica que tal iniciativa «é ao mesmo tempo a expressão da adesão de parte importante das Forças Armadas às reclamações democráticas fundamentais do povo português».

Álvaro Cunhal chega a Lisboa no dia 30 de Abril. E, sobre um blindado, rodeado de camaradas, de democratas, de militares, lê a declaração que hoje publicamos, assim como recordamos a Resolução da primeira reunião do Comité Central do PCP realizada em 4 de Maio, em liberdade.

Documentos de Abril, a palavra aos seus mais consequentes promotores e defensores.

O Programa da Revolução

Anunciado logo a seguir ao 25 de Abril, o Programa do MFA constituiu o documento fundamental da Revolução Portuguesa. Nele encontram-se traduzidas antigas aspirações dos que sempre se opuseram ao antigo regime fascista e abrem-se perspectivas para um futuro progressista de Portugal. Aliás, o conteúdo progressista é bem visível no

Programa que defende claramente «uma nova política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas» e «uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras». Aqui destacamos as medidas imediatas e a curto prazo do Programa.

A — Medidas imediatas

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil.

A escolha do Presidente e Vice-Presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e Governadores-Gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1) Os Governos-Gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo, até à nomeação de novos Governadores-Gerais, pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos corrente dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude;

No Ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) A entrega às Forças Armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem pública instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) Medidas que permitam a vigilância e *contrôle* rigoroso de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio;

i) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião

pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para *contrôle* de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e saneamento das forças armadas militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

B — Medidas a curto prazo

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Vice-Chefes do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos, correntes políticas e personalidades independentes que se indentifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-lei, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente;

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantia da liberdade sindical, de acordo com a lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;

1) A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juízes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos.

As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.



Declaração de Álvaro Cunhal à chegada ao aeroporto de Lisboa em 30 de Abril de 1974

Amigos! Camaradas!

No vosso acolhimento vejo a expressão do apreço pela luta do Partido Comunista Português durante dezenas de anos de tirania fascista. Nela vejo também a expressão de confiança dos trabalhadores e dos democratas portugueses no papel que o Partido Comunista desempenha no momento actual e tem a desempenhar nas transformações democráticas que se impõem na vida política, social e económica da nossa pátria.

A classe operária, as massas trabalhadoras, a juventude, todo o nosso povo, todos os democratas e patriotas, os militares, podem estar certos de que, nas novas condições hoje existentes em Portugal, os comunistas continuarão a dar todas as suas energias, e a vida se necessário, na luta pela liberdade, pela paz, pela verdadeira independência nacional, pelas profundas reformas democráticas que estão ao nosso alcance.

Neste momento é essencial:

1. Consolidar e tornar irreversíveis os resultados alcançados pelo Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril e nos cinco dias desde então decorridos;

2. Alcançar todas as liberdades democráticas, incluindo a da acção legal dos partidos políticos, e assegurar o seu exercício;

3. Pôr fim imediato à guerra colonial;

4. Alcançar satisfação das reivindicações mais imediatas das massas trabalhadoras;

5. Assegurar a realização de eleições verdadeiramente livres para a Assembleia Constituinte.

São estes os objectivos essenciais na hora presente.

Reafirmamos que, no entender do Partido Comunista Português, a melhor garantia para a realização de eleições livres seria a constituição de um governo provisório com a representação de todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. Reafirmamos que o Partido Comunista Português está pronto a assumir as responsabilidades respectivas.

O momento exige que se reforce na acção diária a unidade da classe operária, a unidade das massas populares — força motora das grandes transformações sociais; que se alargue e reforce na acção diária a unidade de todos os democratas e patriotas e se desenvolva impetuosamente a sua força organizada; que se reforce a aliança, a cooperação, a solidariedade recíproca entre as massas populares e os oficiais, sargentos, soldados e marinheiros de sentimentos democráticos e liberais.

A aliança do povo e dos militares é, na situação específica hoje existente, uma condição essencial para o progresso da democratização da sociedade portuguesa.

Pela nossa parte, tudo faremos para que se torne irreversível essa aliança, soldada desde o dia 25 de Abril até hoje.

Camaradas:

Os cinco dias passados alteraram radicalmente a situação política no nosso país.

Daqui quero saudar o Movimento das Forças Armadas pela sua decisiva intervenção para o restabelecimento das liberdades essenciais e a Junta de Salvação Nacional, que neste momento desempenha as funções de governo.

Daqui quero saudar (e em vós e por vosso intermédio o faço) a classe operária, as massas trabalhadoras, que nunca se vergaram à ditadura e hoje participam activamente na liquidação do Estado Fascista e no empreendimento de medidas democráticas.

Daqui quero saudar todos os antifascistas e anticolonialistas, todos os democratas, nossos aliados de longos anos.

Daqui quero saudar todos aqueles que sofreram perseguições, foram presos, torturados, passaram longos anos nas prisões e nas severas condições de clandestinidade (e muitos ainda nela vivem, mas esperamos que em breve deixará de ser necessária), todos aqueles lutadores modestos, apagados, que consagraram os seus esforços, as suas energias, à luta contra a tirania, à causa da liberdade.

Daqui quero lembrar aqueles muitos que ficaram pelo caminho, que lutaram a vida inteira mas não viram o sol da liberdade, muitos assassinados com torturas ou a tiro pelo odioso bando da PIDE-DGS agora dissolvida e extinta.

É necessário tudo fazer para que tais dias negros não voltem! Se soubermos unir-nos e lutar, não voltarão!

As tarefas que se colocam ante nós não são fáceis. Mas estamos habituados às dificuldades. Unidos, venceremos!

Amanhã, 1º de Maio, jornada dos trabalhadores, a classe operária, as massas populares, todos os que desejam a liberdade, o fim da guerra, a verdadeira independência da nossa pátria, mostrarão a sua força imensa.

Estamos certos que a mostrarão dando grande exemplo de serenidade e de consciência cívica e revolucionária.

Amigos! Camaradas!

À classe operária, a todos os trabalhadores, a todo o povo português, à juventude, às mulheres, aos oficiais, sargentos e soldados, fazemos um apelo:

Unidos como os dedos das mãos, firmes, confiantes, vigilantes em relação à reacção que pode vir do passado, olhos no futuro,

Avante para a conquista definitiva da liberdade!

Avante para o fim pronto da guerra colonial!

Avante para a realização de eleições livres e a instauração em Portugal de um regime democrático escolhido pelo próprio povo!

Resolução do Comité Central sobre a situação política em 4 de Maio de 1974

1. O Comité Central do Partido Comunista Português, ao realizar a sua reunião plenária após as grandiosas manifestações populares do 1º de Maio, saúda ardentemente a classe operária, as massas populares, pelo extraordinário êxito alcançado e pela determinação, expressa por milhões de portugueses, de consolidar e alargar as liberdades, de pôr fim à guerra colonial, de realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte e instaurar em Portugal um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

2. O Comité Central do Partido Comunista Português saúda também calorosamente o Movimento das Forças Armadas, pela sua firme intervenção para pôr fim à ditadura fascista e pela sua acção ulterior, em aliança com as forças populares.

O Comité Central saúda as medidas de urgência da Junta de Salvação Nacional para liquidar a ditadura fascista e instaurar a liberdade. Considera de forma positiva a amnistia aos desertores e refractários.

O PCP, ciente do papel decisivo representado pelo Movimento das Forças Armadas nas modificações da situação política, considera que o prosseguimento do Movimento, pelo menos até às eleições para a Assembleia Constituinte, é uma das condições essenciais para consolidar e ampliar os resultados alcançados e fazer frente com sucesso às conspirações e tentativas contra-revolucionárias.

3. O Comité Central ratifica a posição tomada pelos seus organismos executivos quanto ao Governo Provisório. A participação no Governo Provisório de todos os partidos e sectores democráticos representativos (incluindo o PCP) seria uma garantia para o prosseguimento e a realização de eleições livres.

Discriminações contra o PCP, o maior partido antifascista, contrariariam a democratização da vida política portuguesa.

4. O PCP põe em destaque a grande combatividade, a iniciativa, a audácia, a maturidade política de que as massas populares vêm dando provas num irreprimível movimento que ganhou todos os recantos do País. Todo o nosso povo compreendeu imediatamente que da sua aliança viva, fraterna e actuante com as Forças Armadas ia depender a profundidade e a largueza do processo de democratização encetado em 25 de Abril.

A unidade na acção e a organização da classe operária, das massas populares e das forças democráticas e a aliança das massas populares com as Forças Armadas continuam a ser condições essenciais para que possam ser liquidados os restos do fascismo, cortado o passo à contra-revolução, assegurados os resultados alcançados com o 25 de Abril e nos dias decorridos desde então, e conquistado finalmente um regime democrático.

O PCP insiste para que, por toda a parte e a todos os níveis, se multipliquem os laços de cooperação e ajuda mútua entre as massas populares e os militares. É de reforçar a cooperação, que já se está a verificar em muitos aspectos, entre as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas, a confraternização da população com oficiais, soldados e marinheiros.

Do reforço e da irreversibilidade desta aliança depende a vitória final da democracia em Portugal.

5. O Comité Central do PCP chama a atenção para os perigos reais de conspiração, provocação e acção contra-revolucionária dos fascistas, assim como para as tentativas dos potentados do dinheiro para criar graves perturbações na economia, nas finanças e nos abastecimentos.

O Comité Central sublinha a necessidade de, em estreita cooperação com as Forças Armadas, aumentar a vigilância das forças democráticas e das massas populares.

6. São igualmente perigosos o oportunismo de direita, que se manifesta na tendência para abdicar de objectivos fundamentais do movimento democrático, e o esquerdismo, que se expressa sobretudo na impaciência que não tem em conta a correlação de forças e em atitudes e acções divisionistas e desagregadoras. O PCP, com plena consciência da sua responsabilidade, desaprova acções para que não estejam criadas condições e que não correspondam à correlação de forças existentes. Salvo casos muito particulares, iniciativas para a ocupação de juntas de freguesias e de câmaras municipais, por exemplo, não facilitam, mas, pelo contrário, criam neste momento graves entraves ao processo de democratização do aparelho administrativo e de democratização da vida portuguesa em geral. O PCP combaterá firmemente o oportunismo e o aventureirismo, que servem objectivamente a contra-revolução.

7. O Partido da classe operária, o PCP, pela sua força organizada e a uma larga influência de massas, bem patente na grandiosa jornada do 1º de Maio, tem desempenhado e continuará a desempenhar um importante papel nos acontecimentos.

Saudando todas as organizações e militantes pelo grande êxito registado no 1º de Maio, o Comité Central está certo de que, à frente dos trabalhadores e das massas populares, os comunistas continuarão lutando com confiança e abnegação pela instauração das liberdades, pelo fim da guerra, por eleições livres para a Assembleia Constituinte, por um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

4 de Maio de 1974

O Comité Central
do Partido Comunista Português



RUMO AO SOCIALISMO

25 ABRIL 1977

CONSTITUIÇÃO ABERTA
CONTROLO OPERARIO
NACIONALIZACOES

CONSENSO CULTURAL
INCRIVEL ALIADADO

RUMO AO SOCIALISMO

20 anos
VIVA
ABRIL

CONQUISTAS DA VIDA

Palavras de um povo livre



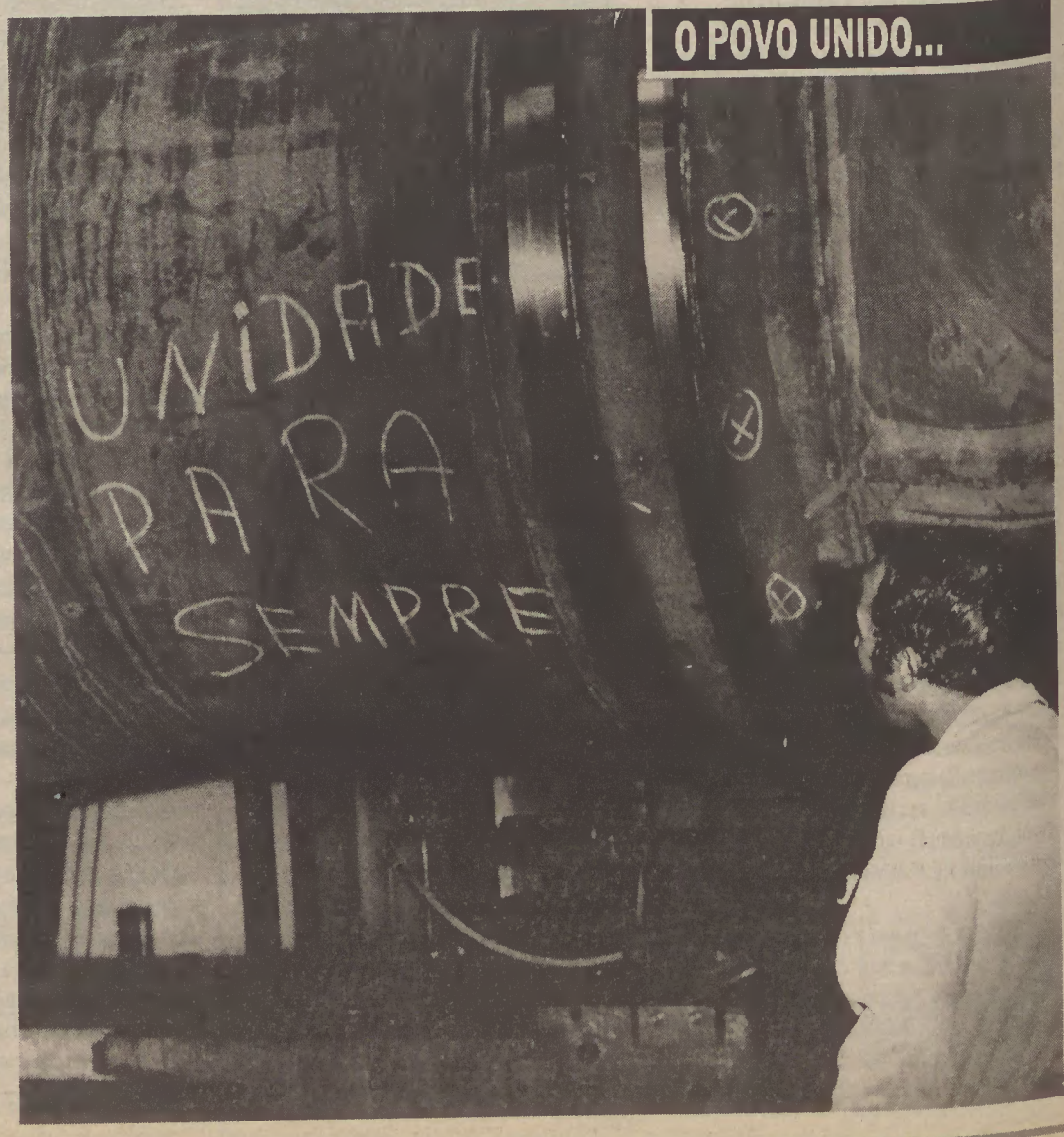
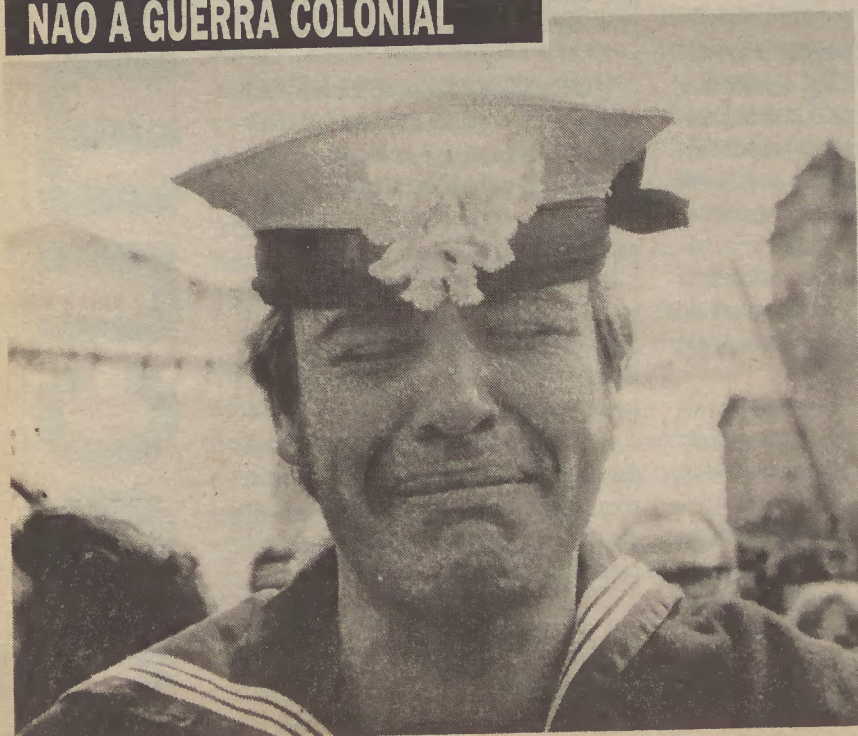
FASCISMO NUNCA MAIS



FIM À CENSURA

O POVO UNIDO...

NÃO À GUERRA COLONIAL



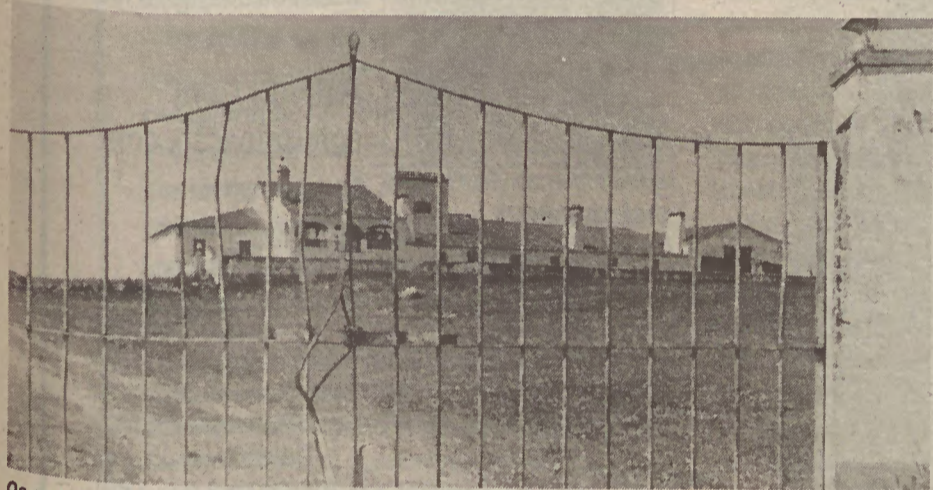
Coelheiros Uma ilha no tecto do mundo

nível do paleolítico, com um pormenor: são os outros que apanham os frutos da terra em seu proveito.

As datas, aqui, também são nítidas. Em 1979 começa a grande ofensiva contra a Cooperativa de Torre de Coelheiros (e a generalidade da Reforma Agrária), esbulhando-lhe, em dois anos, nove décimos das terras. "Mas não só: com as reservas foram também entregues aos agrários os gados e as colheitas e uma infinidade de mais-valias produzidas pela Cooperativa, lesando-a, e aos seus trabalhadores, em dezenas de milhares de contos."

Todavia, a Cooperativa sobreviveu, alugando cerca de 1000 ha a um dos "contemplados" com a recriação dos latifúndios. Hoje ocupa cerca de 25 cooperantes e, curiosamente, são as suas máquinas que realizam a generalidade dos (poucos) trabalhos agrícolas da região, contratadas pelos... agrários.

E eis a Cooperativa de Torre de Coelheiros, uma ilha de trabalho no mar de absentismo, que, de novo, engoliu a vasta planície alentejana. O mato e a coutada voltaram a cercar a aldeia, tal como Abril cercado está, no seu 20º aniversário, por velhas parasitagens. Só que não são estas que erguem os tectos do mundo. Como Abril provou. E a Reforma Agrária também.



Os novos "empreendimentos agrícolas" prometidos pelos agrários aquando das reservas traduziram-se em campos, a mato e montes abandonados

A pilhagem

Na delapidação da Cooperativa de Torre de Coelheiros valeu tudo, desde a entrega, por duas vezes, da mesma herdade, à devolução ao antigo proprietário de latifúndios hipotecados à banca antes do 25 de Abril, passando pelo esbulho de milhares de cabeças de gado, de vacarias, sementeiras, colheitas, leitarias e aviários adquiridos e criados pela Cooperativa.

O saque que constituiu a entrega de "reservas" em Torre de Coelheiros teve episódios chocantes, apadrinhados pelo próprio Governo. Recordaram-nos alguns.

A herdade de Vale de Moura, propriedade da família Torres Vaz Freire, era das mais ricas em olival e potencial regadio. A Reforma Agrária veio descobrir os seus 2000 hectares hipotecados à banca por largos milhares de contos, e sob execução iminente. A Cooperativa de Torre de Coelheiros ocupou-a, encontrando um aviário de 10 000 pintos igualmente sob uma dívida de 1000 contos à empresa AVIPOR, que não esteve de modas e exigiu o seu pagamento, sob pena de cortar os fornecimentos. Os trabalhadores acederam e satisfizeram a dívida fuscadamente, pagando em dobrado cada fornecimento. Resultado: na altura da entrega, os antigos proprietários não só reaveram propriedades que já haviam delapidado e perdido a favor da banca, como receberam de mão beijada um parque para máquinas, uma vacaria com centenas de cabeças e até o aviário endividado que os trabalhadores haviam pago e desenvolvido até às 35 000 aves, de nada valendo a exibição perante os representantes do Ministério da Agricultura dos documentos comprovativos do seu pagamento e posse... Ou seja: bens e mais-valias ultrapassando os 10 000 contos, o que, há 14 anos, era obra...

Quanto às herdades do sr. Ferreira Queimado (por acaso, um antigo dirigente do Benfica), a Reforma Agrária encontrou-as também hipotecadas à banca. O processo de reservas devolveu-lhas

desoneradas e com as mais-valias que a Cooperativa nelas incorporou, o que não impediu o grande "empresário agrícola" de as hipotecar de novo à banca, que por sua vez as colocou à venda, dando-se a curiosa ironia de a Cooperativa estar interessada em adquiri-la.

Ou seja: este senhor hipotecou duas vezes as mesmas terras à banca e ainda recebeu as mais-valias que a Cooperativa nelas produziu e instalou.

O mesmo se diga da ganadaria brava de 112 cabeças criada pela Cooperativa e entregue a Cunhal Patrício sob promessa do pagamento de 8000 contos que ninguém honrou. Refira-se ainda o truque final para espoliar por completo a Cooperativa: a entrega de terrenos a cerca de 50 "pequenos agricultores" arrebanhados à pressa pelo Governo de Sá Carneiro, cujos se limitaram a colher as sementeiras deixadas pelos trabalhadores e, mais tarde, a vender os seus direitos aos vizinhos latifundiários, que assim viam integralmente reconstituídas as suas herdades. Todas de novo abertas à coutada e ao posuído.

Eis, nua e crua, a verdade do "empenho empresarial" com que os terratenentes reclamavam as suas "reservas agrícolas": uma pura pilhagem patrocinada pelo Poder Central e paga pelo País.

Quem não acreditar, vá a Torre de Coelheiros e procure, nos seus 10 000 hectares de latifúndio reconstruído, os novos "empreendimentos agrícolas" prometidos pelos agrários. Encontrará um, defenestrado e a pagar 4000 contos de renda: o da Cooperativa da Reforma Agrária.

Um campo de girassol

Num vasto campo onde florescerá o girassol, tractores manobram na lavra. A herdade é dum latifundiário "reconstruído", as máquinas e os homens, da Cooperativa destruída. A ideia de iluminar terreno bravo a girassol foi da Reforma Agrária, a de aproveitar a experiência saiu do agrário. Contratando a Cooperativa para fazer o trabalho...

Foi isto mesmo que vimos e fotografámos: um imenso campo a ser lavrado pela Cooperativa de Torre de Coelheiros, em terrenos desbravados quando eram seus e que, agora, são por si de novo cultivados mas por encomenda dum agrário que, neste caso, recuperou as herdades e aproveitou a ideia de pôr a terra a produzir. "Não é caso único", disseram-nos os dirigentes da Cooperativa. "Quando os latifundiários resolvem amanhã alguma coisa, é às nossas máquinas e experiência que recorrem, apesar de praticarmos os preços mais altos do mercado."

Todavia fica-se por aqui a capacidade "empresarial" dos absentistas que retomaram a posse das imensidões da região. Devoradas as colheitas, vendidos os gados e desbaratadas as mais-valias esbulhadas à Cooperativa no processo das entregas de terras, a restauração do latifúndio em Torre

de Coelheiros fez cair a pique o investimento e a produção agrícolas que, numa fulgurante meia dúzia de anos de Reforma Agrária, alcançaram recordes de produção e geraram impensáveis riquezas. Resultado: dos 700 postos de trabalho criados em 10 000 hectares de terra, restam 25, e mesmo esses nos escassos terrenos alugados pela Cooperativa a 4000 contos/ano.

A incompetência agrícola e a arrogância social dos latifundiários reinstalados vão ao ponto de manter desaproveitadas as barragens e açudes que a Cooperativa construiu. E a água lá está, abundante e inútil, chorando por searas que deixou de haver. Em seu lugar alastra o mato e a coutada, enquanto os montes apodrecem de vazio e à terra se lança a única sementeira que o latifúndio conhece: a do aramado que afirma a inviolável propriedade...



A herdade é de um latifundiário "reconstruído", as máquinas e os homens da Cooperativa destruída...



E a água lá está, abundante e inútil, chorando por searas que deixou de haver



A melhor resposta

Na próxima segunda-feira, milhares de cidadãos desfilarão do Marquês de Pombal até aos Restauradores, comemorando o 20º aniversário do 25 de Abril.

E cantarão as canções de Abril. E reafirmarão a sua disponibilidade para continuar a luta por Abril e pelos seus valores essenciais. E gritarão «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais».

As comemorações populares do 25 de Abril — que alguns órgãos de comunicação social (os mesmos de sempre) insistirão em qualificar desdenhosamente de «ritual» — assumem, este ano, particular importância. Em primeiro lugar porque se trata do 20º aniversário. Em segundo lugar porque a ofensiva provocatória desencadeada contra Abril a pretexto deste 20º aniversário exige uma resposta de massas. Com efeito, o significado profundo desta manifestação ganha maior relevância e acuidade se se tiver em conta a vaga de insultos e provocações que, nas últimas semanas, foi lançada contra a Revolução de Abril, contra a democracia e a liberdade, contra os resistentes antifascistas.

O branqueamento da ditadura fascista e da Pide; as calúnias em torno do processo de descolonização; as falsificações e manipulações sobre a Revolução de Abril e o conteúdo das suas conquistas; a ocultação, a subalternização e as falsificações quanto ao papel do PCP, do movimento operário e das massas populares na luta contra o fascismo e, portanto, na criação de condições para assegurar a vitória em 25 de Abril de 1974 e para os importantíssimos avanços que se lhe seguiram — constituem algumas das linhas preponderantes de uma ofensiva que tem como objectivos fundamentais reabilitar a ditadura fascista e colocar a Revolução de Abril e a resistência antifascista e a liberdade, ofendendo os sentimentos de milhares e milhares de democratas e antifascistas.

Os insultos e as provocações vomitadas por todos esses saudosistas do fascismo, ex-pides e companhia, têm sido abundantemente acarinhados e amplamente difundidos por diversos órgãos de comunicação social, com particular destaque para as várias têvês.

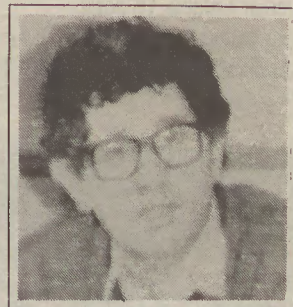
Em nome da guerra de audiências, dizem eles — da guerra de audiências e do despudor e da indignidade, acrescento eu — a fascistada toma a palavra e entra-nos em casa quase à

moda antiga, sem pedir licença e com a postura arrogante e ameaçadora do antigamente.

Um dia é um ex-alto responsável da ditadura fascista; no outro dia é um ex-ministro do governo fascista; ao terceiro dia chega, mesmo, um ex-inspector da Pide possuidor de pensão «por serviços excepcionais e relevantes, prestados ao país», de acordo com a comum opinião do Governo de Cavaco Silva e do Supremo Tribunal Militar (ou seja: ao fim e ao cabo ao ex-inspector da Pide foi atribuída uma pensão como prémio pelos crimes cometidos, na António Maria Cardoso e nas ex-colónias, ao serviço da ditadura fascista, certamente tendo pesado a favor o seu «currículo» o «serviço excepcional e relevante prestado ao País» que foi ter dado a ordem de disparar sobre os cidadãos que cercavam a sede da Pide no dia 25 de Abril de 74 — ordem que, como se sabe, provocou 4 mortes e dezenas de feridos. Há-de ter sido também para premiar «serviços» desta natureza que a SIC e Emídio Rangel lhe ofereceram a audiência para as suas provocações, insultos e hipocrisia). E todos louvando e incentivando, cada um à sua maneira, o regime fascista, a tortura, o crime; e todos condenando os que se bateram pela democracia, pela liberdade, pelo fim da guerra colonial; e todos ouvidos com solene reverência e respeito por quem com eles conviveu nos estúdios e os tratou com punhos de renda e água de malvas, «senhor inspector, desculpe», «senhor inspector faça o favor», «senhor inspector, muito obrigado», e todos insultando-nos, insultando a Revolução de Abril, insultando a democracia, insultando o País e o Povo.

De certo modo complementando a intervenção provocatória e revanchista destes criminosos, surgiam alguns comentadores verberando os excessos e abusos cometidos nos primeiros tempos da Revolução de Abril, blá-blá-blá, blá-blá-blá, fingindo não saberem que eles próprios se encontravam na primeira fila dos que promoviam e praticavam esses excessos e abusos — excessos e abusos que visavam, nem mais nem menos, derrotar e liquidar a Revolução.

Estilhaçar o aparelho de televisão com um cinzeiro bem mandado, apetece mas não resolve. Telefonar a protestar, alivia e talvez resulte mais e é importante que se faça, mas não



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

Descer em massa a Avenida da Liberdade significa dizer VIVA ABRIL. Com determinação, com força, com confiança

chega. Talvez porque, como muitas vezes temos ouvido dizer e sabemos, um homem só não vale nada. E se assim é, melhor será protestarmos quantos mais melhor e irmos dizer a essa cambada o que ela precisa de ouvir; ó falsificadores da história, ó manipuladores da verdade, ó fazedores de mentira, ó ex-pides, ó fascistas declarados, ó fascistas encapotados; ó Rangelis todos da lusa comunicação social que lhes dais voz e os tratais com consideração e respeito, ó meninos todos; sabem que mais?: a todos os vossos insultos, nós — democratas e antifascistas — respondemos «com as armas que temos na mão» e que muito prezamos: desfilarremos em massa no dia 25 de Abril na Avenida da Liberdade. E cantaremos as canções de Abril. E reafirmamos a nossa disponibilidade para continuar a luta por Abril e pelos seus valores essenciais. E gritaremos «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais». E continuaremos a lutar pelos ideais de Abril: no 1º de Maio, por exemplo, e na terceira semana do mesmo mês, na Jornada de Luta promovida pela CGTP, e todos os dias.

E, na situação actual, a melhor resposta aos ex-pides, aos saudosistas fascistas e aos que lhes dão espaço e tempo na comunicação social é precisamente esta: mobilizarmo-nos de modo a fazermos da manifestação do dia 25, na Avenida da Liberdade, uma muito grande manifestação popular.

Porque descer em massa a Avenida da Liberdade significa dizer Viva Abril. Com determinação, com força, com confiança. E será isto, mais de que tudo, que os fará voltar a meter a viola no saco.

JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS
OBRA POÉTICA

Duas efemérides tornam particularmente oportuno que este ano se publique a obra poética de Ary dos Santos.

Na verdade, ocorreu este ano o 10.º aniversário da sua morte — e que melhor maneira de homenagear o poeta que a publicação da sua obra?


Por outro lado, comemora-se também este ano o 20.º aniversário da Revolução de Abril, à qual a voz do poeta se encontra indissolivelmente ligada (ainda que a sua obra não se inicie nem se esgote com a Revolução) — e isso só por si seria razão bastante para a presente edição.

Desejo receber o livro **Obra Poética**, Ary dos Santos, à cobrança, acrescido de despesas de porte.

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para: Edições «Avante!», SA
Al. St. António dos Capuchos, 6-B
1100 LISBOA

PREÇO: 3497\$00



FESTIVAL
LIBERDADE

O Festival Liberdade começa a ganhar forma e, para além dos espectáculos já anunciados, com consagrados nomes da música portuguesa, a sua programação inclui focos de animação diversos, que vão envolver a participação de alguns milhares de jovens do Distrito de Setúbal em iniciativas que vão do desporto ao teatro, da fotografia às artes plásticas, da música ao artesanato. Sábado e Domingo, a 14 e 15 de Maio, a Atalaia será local para dois dias e uma longa noite de festa, para comemorar os 20 anos de Abril.

Filipa Silva é membro da organização deste Festival Liberdade e, em entrevista ao «Avante!», diz que o objectivo mais marcante da iniciativa é a sua integração na grande comemoração dos vinte anos do 25 de Abril. «Vamos tentar mostrar aos jovens desta geração, os que nasceram com o 25 de Abril, quais foram as conquistas que muitas pessoas, civis e militares, conseguiram dar ao nosso país, com a queda do Fascismo e com a Revolução de 1974», diz.

A organização do Festival pertence à Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal e às autarquias da região, individualmente consideradas. Por que que é que esta iniciativa parte destas entidades?

A Associação e os Municípios do Distrito de Setúbal são estruturas onde trabalham ou colaboram um grande número de jovens. Esta forma de comemoração do 25 de Abril, a juntar a muitas outras, surge assim de forma natural. Aliás, na própria organização do Festival há um significativo número de jovens quadros técnicos que trabalham nas Câmaras do Distrito.

Tu tens que idade?

21

Esta é uma organização feita por jovens?

Sim. A iniciativa, sem dúvida, parte da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e outras autarquias do Distrito, câmaras, juntas de freguesia, etc. Entretanto uma preocupação da nossa parte é colocar na coordenação de cada um dos diversos espaços de animação do Festival pessoas ligadas às mais diversas associações juvenis...

Queres dizer que nas diversas actividades que estão programadas para o Festival, estão atribuídas responsabilidades de coordenação a jovens não pertencentes às estruturas das autarquias?

Exactamente. Um exemplo: no espaço dos «desportos radicais, o skate é uma modalidade que funcionará depois do trabalho coordenado entre duas associações juvenis de skate da área de Almada e Seixal, que são a Interjuv e a Asca. É um tipo de envolvimento que consideramos importante e é por isso que podemos dizer que este é um Festival organizado por jovens para os jovens.

Bandas da Margem Sul

Já foi anunciada a programação do Palco Principal deste Festival da Liberdade, que inclui um significativo número de nomes importantes da música feita no nosso país (Delfins, Maria João com Mário Laginha, Sitiados, Sétima Legião, Luís Represas, Sérgio Godinho, Vitorino, João Afonso, Mané e o cabo-verdeano Tito Paris), mas também foi dito que existirá um palco especialmente dedicado à música moderna portuguesa. Já sabem os nomes das banda que vão estar nesse palco?

Bom, até eventual alteração de última hora, está garantida uma presença importante de nomes das mais variadas correntes da música moderna portuguesa. Dixit, Ex-Votos, Alcoolémia, Tropa de Choque, Jack e os Estripadores, Vodka Pedra, Capela das Almas e Rosa Cruz são alguns desses grupos, muitos deles originários do distrito de Setúbal. No palco principal vai ainda existir uma participação internacional, que está por divulgar pois acertam-se os últimos pormenores para essa vinda ser possível.

A liberdade de sermos jovens



FILIPA SILVA: «Para além dos palcos, a programação do Festival Liberdade inclui 20 espaços de animação diversa, que incluem a performance e outras novas tendências da comunicação, teatro, dança, música, etc.»

Para além dos palcos, a programação do Festival Liberdade inclui 20 espaços de animação diversa, que incluem a performance e outras novas tendências da comunicação, teatro, dança, música, etc.

Num outro pequeno palco, intitulado Abril em Movimento, vão ocorrer momentos de fantoches e marionetas, teatro. Também vamos montar uma grande tenda que será ocupada pelas associações juvenis onde existirá um espaço dedicado a temas de educação sexual. Nos espaços de alimentação vão igualmente ocorrer momentos de animação com performances, mímica, música ao vivo.

Por todo o terreno do Festival, e para que toda esta animação não ocorra somente em momentos e espaços programados, para que tudo isto não seja demasiado estático, vamos distribuir artistas por diversos recintos e num local poderá estar uma pessoa a fazer caricaturas, noutra outra a fazer teatro, música, mímica, etc.

E pelo facto de a Atalaia estar situada junto ao Tejo, pensaram nalguma iniciativa que aproveite as potencialidades do rio?

Sim. Dependendo das marés, estamos a encarar a hipótese de pôr a funcionar as faluas do Seixal. Também vamos ter desportos náuticos, como canoagem e vela.

Acampamento à borla

Uma das coisas que anunciam é a organização de um grande acampamento junto ao Tejo...

Exactamente. Será um acampamento de dois dias, gratuito. As pessoas compram um bilhete que custa mil escudos e que é válido para os dois dias. Todos aqueles que quiserem acampar poderão fazê-lo num local vizinho ao sítio onde decorre o Festival propriamente dito.

Falaste de um conjunto grande de actividades cujos protagonistas serão, na sua maioria, jovens artistas e criadores. Há critérios que levaram à escolha, a uma selecção?

Claro que recebemos imensas propostas para espectáculos das mais diversas áreas. Agora, a componente primordial que pode ser decisiva para a participação dessas associações e bandas é a sua actividade desenvolver-se no distrito que organiza este



Festival. Há também alguns grupos de música que vêm da área de Lisboa, já que entendemos que geograficamente o Festival interessa a essa zona. Digamos que a nossa preocupação foi a de tentar pôr associações juvenis, grupos de dança, teatro, etc., que de certa forma têm dado uma grande dinâmica à vida do seu próprio concelho. Isto sem prejuízo de estreias a realizar no Festival, quer de bandas, quer de espectáculos, sobretudo quando dizem respeito, de alguma forma, ao 25 de Abril.

As escolas não estão envolvidas?

Estão. Há até um espaço-tema onde vão estar associações de estudantes, participam algumas escolas da área em peças de teatro (duas escolas do Seixal levam à cena duas peças). Também vão aparecer tunas académicas, já que existem algumas universidades no distrito.

Uma das conquistas de Abril é a liberdade de participação política das pessoas. Não há política neste Festival?

Aqui há tempos, numa conferência de imprensa promovida por nós, o presidente da Associação de Municípios frisou isso bem: é claro que este festival tem um carácter político. Por exemplo, é muito natural que os estudantes universitários e os do secundário queiram frisar neste festival as posições que têm sobre os problemas que os afectam, queiram falar dos seus interesses e das suas lutas...

Noite em branco

Que outras actividades vão ocorrer nesses dois dias?

Teremos uma exposição da Associação de Municípios, onde se dá destaque às actividades que nos concelhos têm sido realizadas para os jovens.

Vai haver um espaço de fotografia, onde colabora uma associação de arte fotográfica, onde a exposição será constituída por trabalhos feitos no próprio Festival, sobre o Festival. Em paralelo vai haver uma exposição de fotografia de murais do 25 de Abril.

Uma iniciativa chamada Art' Abril mostrará painéis de grande formato que neste momento estão a ser trabalhados por artistas jovens do distrito de Setúbal. Durante o princípio do Festival, que abre às 15 horas de sábado, vai ser pintado, ao vivo, um painel também sobre o 25 de Abril, onde jovens pintores do distrito se juntam a alguns artistas consagrados das nossas artes plásticas. Teremos ainda desportos convencionais (futebol de salão e andebol) e artesanato urbano e rural.

Em paralelo com os espectáculos vai funcionar um video wall que na noite de sábado para domingo serve de apoio ao que nós chamámos «pontos de resistência», onde a animação diversa vai prolongar-se toda a noite.

Este festival é interdito a menores de 20 anos?

Não, jovens somos todos e todos podem lá ir.

1994

Ano Nacional do Associativismo Popular

Foi com grande entusiasmo que, no Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado em Outubro de 93, foi proclamado 1994 Ano Nacional do Associativismo Popular. Foi uma decisão cheia de significado para os congressistas e os associativistas de todo o país, por razões diversas. Porque corresponde a uma vontade de prosseguir um debate projectado num Congresso que já não se realizava havia 44 anos; porque em 1994 as entidades organizadoras têm razões particulares para estarem em festa - A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR) completa 70 anos de actividade e a Federação das Colectividades do Distrito do Porto de Educação, Recreio e Desporto (FCDPERD) comemora as suas bodas de ouro; porque se pretende promover uma campanha de afirmação dos valores e dos ideais do Associativismo que se prolongará para além de 1994; e ainda porque também neste ano se comemora o 20º aniversário da revolução de Abril, data a que o Movimento Associativo se encontra indissolúvelmente ligado quer pelo seu papel de contribuinte activo na luta pela democracia, quer pelo seu contributo para a consolidação e desenvolvimento de uma intensa convivência democrática das populações.

Na esteira do debate promovido no Congresso das Colectividades, interessa alinhar algumas reflexões sobre a situação e os caminhos do Movimento Associativo hoje.

Razões para lutar

É um dado adquirido a actividade notável que o Movimento Associativo desenvolve para assegurar às populações o acesso à cultura, ao desporto, ao recreio, ao lazer e à educação, para prestar apoios sociais, para humanizar a vida dos cidadãos. É uma actividade com múltiplas expressões traduzindo interesses diferentes, de grande importância social, económica e cívica que se desenvolve com a participação colectiva e democrática dos seus dirigentes, associados e da população em geral, criando espaço para a realização individual e colectiva, para a aprendizagem e o exercício da democracia participativa.

Mas é também um dado adquirido a insistente e permanente atitude de subestimação, quando não hostilização, por parte da Administração Central e dos governos PSD, para com o Movimento Associativo, é visível na forma como não resolvem ou deixam agravar continuamente problemas cuja solução é sua obrigação. Entre outros:

- a falta de legislação de enquadramento dos apoios e do relacionamento do Estado com o Movimento Associativo;
- a manutenção inadmissível da sobrecarga fiscal com a aplicação do IVA na aquisição de equipamentos culturais e desportivos;
- a desadequação da actual legislação sobre os benefícios resultantes do Estatuto de Utilidade Pública;
- as múltiplas taxas aplicadas às actividades culturais e de convívio;
- a falta do tão falado estatuto social do dirigente associativo, que continua por elaborar e publicar;
- uma Lei do Mecenato que acentua o seu carácter de mecanismo em benefício fiscal a quem patrocina as grandes obras, que competiria ao Governo assegurar não sendo aplicável às necessidades e à vida do mundo associativo;
- o anúncio da nova legislação do porte pago, que exclui deste benefício todas as publicações de carácter estritamente associativo, além de ir eliminar cerca de duzentos e cinquenta jornais regulares periódicos.

Ao nível das estruturas do Estado, a situação não podia ser pior e o exemplo da Secretaria de Estado da Cultura é profundamente elucidativo. Com a reestruturação da SEC, desapareceu a Direcção Geral da Acção Cultural.

Teoricamente, os apoios ao associativismo ficaram a cargo das Delegações Regionais da SEC, que não têm meios, do Serviço de Itinerância, que assume o papel de oferta de espectáculos em dadas condições, mas com expressão muito limitada, e ainda através do sector de pequenas obras da Direcção Geral de Espectáculos em articulação com a Direcção Geral de Ordenamento do Território. Tudo teoricamente porque a verdade é que em 1993 não houve nenhum apoio a qualquer estrutura associativa por parte dos serviços centrais da SEC.

Qualquer reflexão sobre as relações do Governo com o Movimento Associativo acaba sempre e inevitavelmente por se transformar num libelo acusatório para com a política governamental nas áreas que ao associativismo dizem respeito. Neste quadro, ao movimento associativo não resta outro caminho que não o da luta pelos seus direitos.

CONGRESSO NACIONAL DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



ACÇÃO DE FORMAÇÃO PARA ENSAIADORES DE MARCHAS POPULARES

FEV/MAR - 1993

Uma actividade económica de carácter social

Em termos de apoios económicos, ao contrário do Governo, as Autarquias Locais (municípios e freguesias), de um modo geral, são a fonte principal de apoios económicos do Associativismo, em modalidades e critérios diversos, por vezes contraditórios e, nalguns casos, pouco transparentes.

Mas o próprio Associativismo tem vindo crescentemente a diversificar as suas fontes de receita próprias, encontrando actividades económicas de carácter social, prestando serviços de qualidade aos sócios e à comunidade, profissionalizando sectores desta prestação de serviços, procurando apoios em outras áreas governamentais para actividades de apoio social, candidatando-se ao apoio de fundos comunitários, procurando equilibrar as suas contas com receitas muito para além das quotas dos sócios.

No entanto, as associações deparam-se com imensos problemas legais e burocráticos. É que a sua actividade económica é regida pela mesma legislação, fiscalidade e contabilidade das empresas e outras unidades inseridas no tecido económico, com algumas adaptações. A questão que se começa a colocar é de saber-se se sim ou não se justifica uma nova concepção para as actividades económicas nesta área, um enquadramento específico do ponto de vista jurídico e fiscal e de outros procedimentos adequados à realidade diferente que é a actividade económica associativa, de carácter estritamente social. É uma ideia que vai tomando forma sem ainda ser visível a sua concretização prática, mas que merece pelo menos estudo atento, tantas são as vozes que pronunciam neste sentido. No entanto, no imediato a grande reivindicação é a eliminação das absurdas penalizações fiscais de que a actividade do Movimento Associativo tem vindo a ser alvo.

Inovar para melhorar

O Associativismo Português tem procurado acompanhar a evolução dos tempos, combinando a sua rica tradição e experiência com a necessária inovação, respondendo aos novos interesses dos cidadãos de hoje.

Coloca-se um problema que é sempre actual e faz parte da vida quotidiana das associações mas que assume importância mais acentuada ciclicamente. Trata-se da questão da renovação dos dirigentes, do rejuvenescimento da composição das direcções e outras estruturas, da atracção da juventude e dos adultos jovens para assunção de responsabilidades directivas nas associações.

Trata-se ainda do apoio aos dirigentes em exercício, em termos de formação, no sentido de enriquecer os seus conhecimentos em áreas essenciais, como a gestão das colectividades, a dinamização cultural e desportiva, procedimentos fiscais, jurídicos, etc., que lhes

permitam com naturalidade encarar novas áreas de intervenção e actividades mais complexas. É um processo que exige também um trabalho de aprofundamento da cultura associativa e participativa da juventude, tarefa que não compete em exclusivo às associações mas em que estas, em cooperação com outras instituições, podem assumir um papel de grande importância.

É um terreno (formação e sensibilização para a vida associativa) em que se têm desenvolvido importantes acções de cooperação envolvendo as associações, as autarquias e as escolas.

Um poderoso parceiro social

A estrutura associativa, as soluções de coordenação e cooperação a nível local, distrital regional e nacional é uma questão cuja clarificação é de grande importância para o futuro do Movimento Associativo e da sua postura de maior intervenção social. O Movimento Associativo, designadamente através da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio reivindica o estatuto de Parceiro Social. A Federação propõe-se um maior protagonismo em defesa dos interesses globais do Associativismo, mas está por resolver quais as formas de articulação com as mais diversas estruturas nacionais de diferentes áreas associativas, todas com problemas comuns para além das suas especificidades, mas sem que haja o local e os momentos de diálogo que permitam unificar reivindicações e concertar acções. É uma tarefa complexa, tendo em conta as características do Associativismo Português, designadamente na área cultural e recreativa (na área desportiva as soluções são mais simples) em que não parece possível nem aconselhável a criação de soluções verticais de enquadramento da enorme diversidade associativa existente.

O debate associativo tem apontado para soluções simples de cooperação e eventual coordenação que facilite a acção comum em torno de problemas concretos, mas traduza também a força colectiva do Associativismo Português.

O conjunto de questões atrás aludidas foi debatido no Congresso Nacional das Colectividades, interessando e apaixonando centenas de congressistas.

Estes e outros temas são assuntos incontornáveis cujo debate está em curso. As conclusões deste debate são de uma grande importância para a intervenção e fortalecimento do Movimento Associativo, tarefa em que os comunistas têm estado desde sempre empenhados. Aos militantes comunistas, dirigentes ou activistas associativos cabe a importante tarefa de contribuir, hoje como no passado, para abrir novos caminhos de afirmação desta poderosa realidade da democracia portuguesa.

Tarefa que ganha particular acuidade e sentido no Ano Nacional do Associativismo.

Audição no Centro Monet

Estratégias de combate à DROGA



Por iniciativa dos deputados comunistas na A.R. e no P. Europeu e do Grupo de Trabalho do PCP para as questões da Toxicodependência e Narcotráfico decorreu, no passado dia 13, no Centro Europeu Jean Monnet uma Audição sobre "Estratégias de Combate à Droga - Respostas da Sociedade".

Estiveram presentes 60 pessoas tendo cerca de metade intervindo no debate que decorreu por mais de três horas. Por vezes polémico, tal e qual pretendiam os organizadores que puseram à discussão todas as questões envolventes da toxicodependência embora propusessem especificamente três pistas de reflexão: a evolução de conceitos e abordagens internacionais dos problemas da droga, o quadro da situação nacional na política de combate à droga e as questões de penalização, despenalização do tráfico e/ou consumo de drogas.

Do debate registem-se as referências do eurodeputado Sérgio Ribeiro, que dirigiu os trabalhos, à "drogarização da economia internacional" e à actividade desenvolvida pelo PCP no Parlamento Europeu, especificamente na luta contra o branqueamento dos capitais do narcotráfico, a intervenção da Dr^a Hirondina Chitas, do Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Restelo advogando a "pacificação do combate à droga", no sentido de se evitar a repressão dos narcodependentes, a defesa de que a polémica deve, em todo o caso, procurar um caminho para resolver os problemas da toxicodependência e não ser um "biombo palavroso para escamotear a realidade, assumida pelo camarada Carlos

Gonçalves na abertura do debate, o que foi aproveitado pelos participantes, nomeadamente terapeutas e juristas, para porem em choque as disfunções que se registam na aplicação da actual legislação entre as respectivas áreas.

A este respeito, a Dr^a Clara Rodrigues, que representou o Procurador Geral da República, teve ensejo de esclarecer alguns aspectos da actual legislação e as dificuldades mais significativas na sua aplicação, e o Presidente do Sindicato dos Funcionários da Polícia Judiciária, Dr. Sérgio Vieira, chamou a atenção para as dificuldades que se deparam à acção da polícia empurrada para a investigação do tráfico internacional de cocaína que passa pelo nosso país e não o de heroína, a droga dura mais perigosa e mais consumida em Portugal.

No debate intervieram também jovens: a Vanessa Silva, estudante do Secundário, responsabilizou o insucesso escolar e a política educativa por problemas de toxicodependência enquanto a Professora Maria Clara Leite, da Escola Josefa de Óbidos, chamou a atenção para os efeitos perversos das reduções orçamentais nos estabelecimentos de ensino e para a importância da dinâmica participativa das famílias em entrosamento com a escola.

Intervieram também diversos autarcas preocupados com a gravidade dos fenómenos de toxicodependência que se colocam às populações. A camarada Odete Graça, vereadora da C.M. Sesimbra, que integrava a mesa da Audição, apresentou a experiência da sua autarquia na elaboração e execução dum programa municipal de prevenção da toxicodependência mas insurgiu-se contra a "transferência ilícita de encargos por parte do Governo".

O camarada António Filipe, membro da mesa, interveio para caracterizar à moda de discutir os problemas da penalização/despenalização de forma simplista e bipolarizadora, tendo defendido a prevalência da actual estratégia internacional de combate à droga "que nunca foi assumida consequentemente, pelo que não é legítimo concluir que tenha fracassado", esclareceu também que a prisão não é o caminho adequado para a penalização dos consumidores de drogas.

A Audição foi encerrada pela intervenção do camarada Francisco Lopes, da Comissão Política, que acentuou a "necessidade de se continuar a discussão destes problemas com grande abertura", chamou a atenção para a vontade política como elemento essencial para alterar a situação e encontrar políticas alternativas em todas as áreas da prevenção e combate à toxicodependência e narcotráfico. Alguns excertos desta intervenção estão incluídos nesta página.

Francisco Lopes, na audição sobre combate à droga

Por uma estratégia coerente e determinada

(...) A toxicodependência é uma realidade alarmante do mundo actual que afecta particularmente a juventude.(...)

O tráfico cresce e com ele os fabulosos lucros dos traficantes.(...)

O número de toxicodependentes aumenta. A SIDA e a hepatite atingem cada vez mais toxicodependentes. O número de mortos sobe (overdose; suicídio; droga adulterada; etc.).

A criminalidade com origem na toxicodependência, não pára de aumentar. (...) As cadeias enchem-se de toxicodependentes e são um espaço de desenvolvimento do fenómeno.

A sociedade portuguesa foi atingida em cheio por este flagelo. Apesar da escassez de estatísticas oficiais, tem sido referido um número de toxicodependentes, situado entre os 40 000 e os 120 000.(...)

A dependência das drogas é um fenómeno complexo (...). Não menosprezando outros factores, que o avanço da investigação irá clarificando, a droga é, acima de tudo, consequência duma organização social, que discrimina e exclui, empurrando muitos dos seus membros, particularmente jovens, para o caminho da alienação, da procura duma vida ilusória, que deixando-os cair na mais profunda dependência, aniquila a sua personalidade, a sua capacidade de indignação, e os neutraliza como elementos potencialmente capazes de lutar por alterações sociais que lhes garantam uma vida mais feliz.(...)

A política levada a cabo pelo Governo nos últimos anos provocou o agravamento dos problemas sociais e aumentou as vulnerabilidades que conduzem à toxicodependência.

(...) É útil conhecer como exemplo que o orçamento da prevenção primária para a toda a Área Metropolitana de Lisboa foi apenas de 80 000 contos em 1993.

No âmbito da prevenção secundária, mantém-se ainda neste momento a situação escandalosa de existirem apenas 50 camas em comunidades terapêuticas públicas para tratar dezenas de milhares de toxicodependentes(...)

No âmbito da reinserção social pouco ou nada foi feito.

No âmbito do combate ao tráfico, escasseiam os meios e apesar dos passos dados, continuam a haver sérios problemas de coordenação.

A legislação, o sistema penal e os estabelecimentos prisionais não estão adequados à nova dimensão dos problemas da dependência de drogas.

Continuam a faltar meios financeiros, facto que não se alterou com o anúncio da atribuição de parte dos dinheiros do "Joker" para esta área.(...)

O anunciado combate ao narcotráfico, e as medidas de combate ao consumo têm-se baseado numa postura hipócrita e moralista que leva o combate até ao ponto em que é necessário para

mostrar que existe, mas não pretende atacar o problema a fundo. Para não ir mais longe, basta referir os múltiplos exemplos (com aspectos particularmente visíveis em Itália nos últimos anos) de associação de redes, mafias, serviços secretos e grupos de traficantes ligados a pessoas dos mais elevados níveis do poder político de alguns dos mais importantes Estados do mundo.(...)

Perante o agravamento da situação da toxicodependência têm crescido as opiniões no sentido da despenalização ou legalização das drogas.(...)

Em defesa da liberalização ou legalização das drogas diz-se que a actual estratégia de combate ao tráfico não resultou, que a proibição da droga conduz a lucros fabulosos para os traficantes, que o tráfico poderia levar uma enorme machadada com a legalização e a diminuição das margens de lucro que se verificaria. É também argumentado que a proibição eleva os preços empurrando os toxicodependentes para o tráfico, o roubo ou a prostituição e que a legalização poderia evitar os riscos suplementares do consumo de droga adulterada que circula no mercado ilegal. É ainda referido que a actual estratégia de combate à droga envolve grandes encargos e pode contribuir para o reforço de aparelhos repressivos.

Mas contra estas opiniões e contra a liberalização ou legalização das drogas muitos argumentos têm sido usados.

É salientado que a liberalização ou legalização, facilitando o acesso às drogas, alargaria o número de consumidores e a quantidade de droga consumida o que seria preocupante tendo em conta que o consumo de drogas tem graves consequências para a saúde.

É sublinhado que o combate à droga não falhou, a questão é que nesse combate não são encaradas as medidas necessárias ou não são aplicadas de forma coerente, ao mesmo tempo que é destacado que se pelo facto de haver toxicodependentes e tráfico, apesar da proibição da droga, justificasse a sua liberalização ou legalização, então também seria justificado defender a legalização do roubo, do tráfico de crianças, do assassinio ou do tráfico de pessoas para a extracção de órgãos humanos, pois são práticas que apesar de penalizadas existem na sociedade dos nossos dias.

É dito que a legalização não acabaria com o comércio ilegal, que continuaria com o aparecimento de novos produtos químicos destinados a provocar novos efeitos e mais fáceis dependências.

É afirmado que a legalização não acabaria com os interesses económicos na droga, nem com os cartéis e as mafias (que aliás já existiam quando se dedicaram ao tráfico de drogas) antes se traduziria no domínio por estes dum mercado legal de drogas, muito mais estável, como já acontece com outras áreas da actividade económica.

É reclamado àqueles que defendem a legalização que esclareçam se essa legalização incluiria a venda de droga a menores que

são uma parte importante dos consumidores, ao mesmo tempo que é referido que a legalização excluindo os menores, iria ser um factor de incremento do consumo de drogas por estes, pois tal prática apareceria como uma afirmação de maioridade, introduzindo portanto mais problemas que na actual situação de proibição das drogas.

É ainda contraposto aqueles que referem a não perigosidade das drogas leves e que defendem a sua liberalização que estas também têm efeitos perigosos, que são ponto de passagem para as drogas duras e não apenas pela estratégia dos traficantes que as retiram do mercado, mas também pelas suas próprias características.

Os argumentos são muitos, o debate vai continuar. A Audição de hoje, veio dar mais contributos a esta reflexão. Pela nossa parte, estamos abertos às soluções que contribuam para combater de facto a toxicodependência com o seu terrível rasto de sofrimento humano e as suas consequências sociais.

Pensamos, entretanto, que a continuação do debate destes problemas não deve servir para escamotear a realidade nem tão-pouco deve ser paralisante duma intervenção que é preciso generalizar e aprofundar.

- Uma política que não acentue e elimine as causas sociais das vulnerabilidades que conduzem à toxicodependência.

- O reforço da prevenção primária, com base na comunidade local, na escola, na empresa, na formação profissional e acentuando o papel dos órgãos de comunicação social.

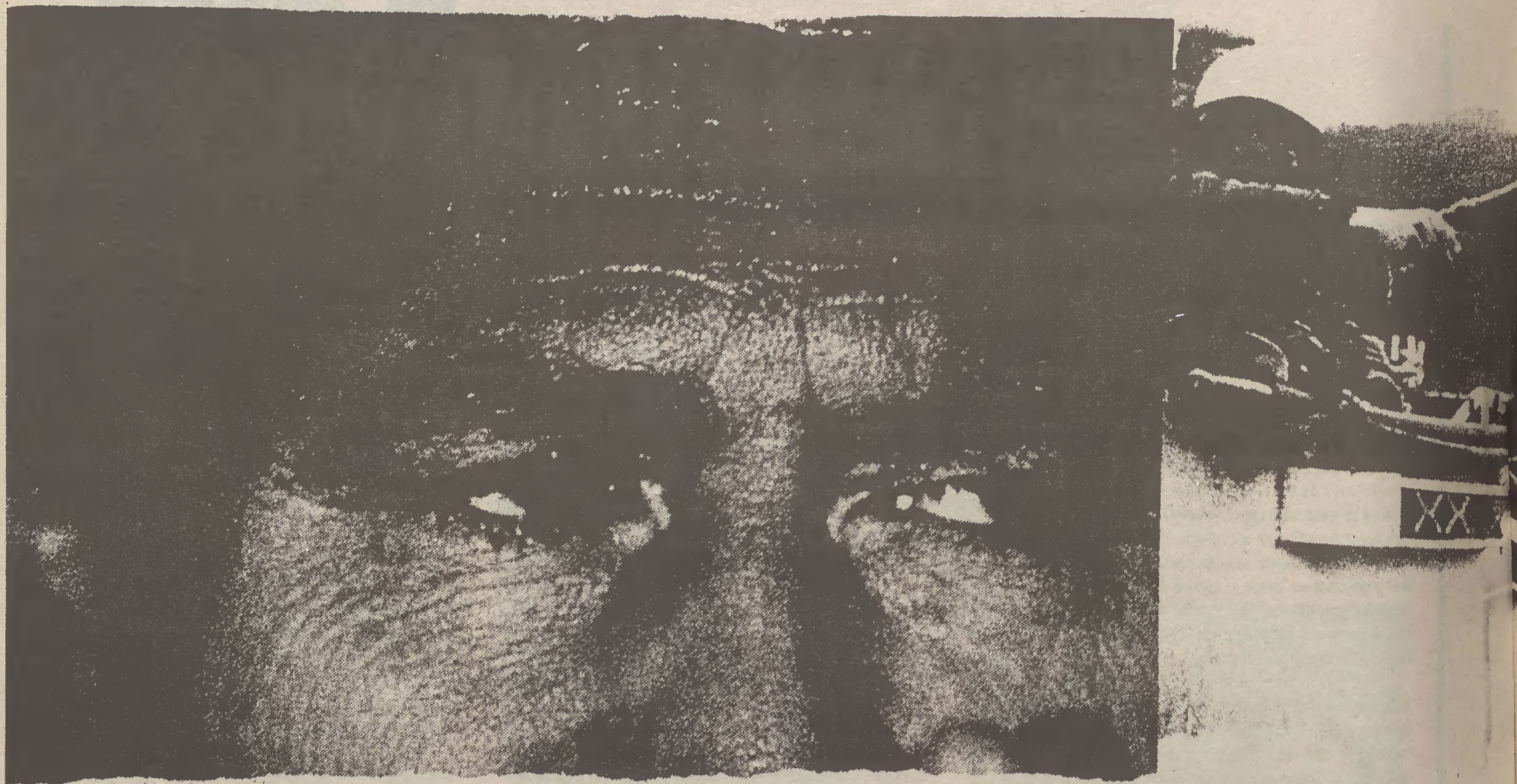
- A garantia de atendimento, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes, com a implementação duma rede pública nacional de centros de atendimento e comunidades terapêuticas (com o aumento do número de camas para 1000 numa primeira fase a concretizar rapidamente), a garantia de dignidade ao cidadão toxicodependente e a participação do Estado nos medicamentos para o seu tratamento.

- A consideração que a punição de toxicodependentes deve ser vista com um sentido preventivo e não punitivo, sendo desadequada a prisão para cidadãos acusados exclusivamente do consumo de drogas.

- A intensificação do combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais que lhe está associado com a necessária organização e reforço do papel do Ministério Público.

- A coordenação global das acções de prevenção da toxicodependência e combate ao narcotráfico, e a mobilização da sociedade para enfrentar esses problemas.

- A luta por uma nova ordem económica internacional que assegure um desenvolvimento mundial equilibrado que dê oportunidades de progresso aos países mais pobres.



Do bombardeamento de Gorazde ao boné de Jirinovski

■ Miguel Urbano Rodrigues

O debate de urgência sobre a situação na Bósnia foi o acontecimento mais importante (apesar da vinda a Estrasburgo de Yasser Arafat) da sessão de Abril da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Duas dúzias de oradores intervieram sobre o assunto no plenário. Contrariamente, porém, ao que seria de esperar numa conjuntura tão complexa e grave, o apoio à política de escalada na Região somente não foi aprovado por unanimidade porque a Recomendação ao Conselho recebeu um voto contra (do deputado comunista português) e houve três abstenções (um suíço e dois italianos). Os deputados Comunistas da Grécia e da Itália não puderam comparecer em Estrasburgo.

O Relatório discutido, do deputado alemão Reddemaann, elogia o Acordo assinado em Washington com vista à criação de uma futura Confederação entre a República da Croácia e a projectada Federação da Bósnia Herzegovina e apoia os ataques aéreos contra os sérvios-bosníacos em Gorazde para «garantir o respeito das decisões do Conselho de Segurança da ONU» (essa foi a expressão utilizada).

O texto, que é uma permanente catilinária contra os serviços, apresenta os muçulmanos da Bósnia como vítimas de um inimigo poderoso e implacável e termina com uma referência cronológica: «10 de Abril de 1994 — A pedido da Forpronu, as forças aéreas da NATO atacaram as posições sérvias perto de Gorazde».

Pela Rússia falou Vladimir Lukin (Bloco Yavloko), presidente da delegação e da Comissão dos Negócios Estrangeiros da DUMA. A sua intervenção foi envergonhada e contraditória. Lamentou que os ataques aéreos da NATO em Gorazde tivessem sido desencadeados unilateralmente enquanto decorriam negociações em Belgrado com uma missão russa que procurava alcançar uma solução política para a crise. O bombardeamento não foi sequer mencionado de maneira directa. Lukin aludiu a «acontecimentos conhecidos», relacionados com medidas tomadas «sem acordo prévio da Rússia».

Um nobre inglês, Sir Russel Johnston, manifestou no seu discurso espanto pela indignação que eu expressara relativamente «à intervenção de três aviões da NATO», mas, em contrapartida deputados de diferentes países lamentaram «falta de condições»



para votar contra o Relatório Reddemann, dizendo-se, contudo, de acordo com o sentido da minha intervenção.

Nos corredores do Palácio da Europa a atmosfera não correspondeu à votação. Artigos da imprensa americana criticando com dureza a política de intervenção dos EUA na ex-Jugoslávia passavam de mão em mão.

Para os membros da Assembleia, geralmente bem informados, ficou claro que a escalada na Bósnia foi, desde o início, da responsabilidade dos EUA.

É significativo que «The Washington Post» tenha publicado

um artigo de Charles Krauthammer no qual o autor afirma que «os EUA entraram efectivamente nas guerras balcânicas», optando «pelo lado muçulmano». Nesse texto (posteriormente divulgado pela edição europeia do «Herald Tribune»), Krauthammer, que é um conservador adepto de Reagan e Bush, conclui que a estratégia da Casa Branca pode criar nos Balcãs uma situação comparável pela sua gravidade à provocada pelas intervenções norte-americanas no Líbano e na Somália, e recorda que a política dos «bombardeamentos calibrados» foi ensaiada por Washington, com resultados desastrosos, no início da guerra contra o Vietnam do Norte.

*
* *

A resposta dos serviços da Bósnia à agressão da NATO parece ter surpreendido e desorientado o governo de Washington, levando-o a recuar.

Quando um avião francês foi atingido e um inglês derrubado, logo se abriram as primeiras fissuras na frente dos aliados ocidentais. É esclarecedor que o comandante do porta-aviões britânico Ark Royal tenha confirmado que o avião de combate «Sea Harrier», da Royal Navy, abatido em Gorazde, tinha por missão «atacar posições sérvias», não se encontrando em voo de reco-



nhecimento. Desmentiu, portanto, a versão oficial do comando da NATO.

A história nunca se repete, mas a irresponsabilidade da Administração Clinton e dos seus aliados europeus abriu nas últimas semanas a porta ao afastamento dos conflitos existentes no espaço da ex-Jugoslávia.

É preocupante e confrangedor que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, constituída pelos representantes de 32 países (e oito convidados especiais, sem direito a voto) tenha

aprovado e aplaudido os bombardeamentos que agravaram a explosiva situação existente na Península Balcânica.

A sensibilidade europeia está tão embotada que o roubo (por parlamentar desconhecido) do boné de marujo do sr. Vladimir Jirinovski tenha suscitado dos media, em Estrasburgo e na Europa em geral, mais interesse do que o debate, de urgência sobre a situação na Bósnia Herzegovina. Jirinovsji, aliás, ficou tão desgostoso com o furto que partiu logo para Moscovo, informando que não voltará ao Conselho da Europa.

A recusa da pax americana

Publicamos a seguir passagens da intervenção em Estrasburgo do deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues durante o debate de urgência sobre a situação na Bósnia-Herzegovina:

«Por duas vezes em 48 horas bombas americanas explodiram na Bósnia-Herzegovina. Esses bombardeamentos deram uma nova e angustiante dimensão à crise.

Não é minha intenção abrir polémica a propósito da ilegitimidade, aliás evidente, do ultimato de 9 de Fevereiro da NATO. Para o Grupo da Esquerda Unitária Europeia, em nome do qual falo, é mais importante sublinhar que a engenharia da NATO na crise balcânica ficou esboçada com antecedência, em Janeiro. Na Cimeira de Bruxelas, no parágrafo da Declaração da Aliança que anunciou a eventualidade de ataques aéreos na região de Sarajevo e noutras. Julgo útil sublinhar também que um dos objectivos dessa Cimeira — convocada pelo Presidente Clinton — foi a reafirmação do **leadership** norte-americano através do **partnership for peace**, ambicioso projecto que, na prática, visa a estabelecer uma espécie de protectorado dos EUA sobre a Europa Central e do Leste e algumas áreas da Ásia Central.

Pela primeira vez desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA decidiram impor as suas soluções militares para um problema especificamente europeu. Os factos demonstram que na Bósnia essas soluções não foram ditadas por preocupações humanitárias. Da vasta documentação sobre o assunto publicada nos EUA citarei apenas o importante ensaio do prof. Robert Hayden, da Universidade de Pittsburgh, divulgado pelo «The Baltimore Sun». Segundo Hayden, a guerra teria provavelmente acabado na Bósnia se os EUA não tivessem encorajado os muçulmanos a sabotar o diálogo com as outras partes. «A acção diplomática dos EUA — sustenta o professor de Pittsburgh — destruiu todos os projectos de paz quando estavam prestes a ser assinados».

Com a ingerência da NATO na Região, os EUA assumiram a posição de árbitro. O acordo assinado em Washington pelos muçulmanos bósnios e os croatas é apenas o prólogo de uma tentativa de **pax americana** para toda a

Região balcânica cujos desenvolvimentos se anunciam como explosivos. Não me surpreenderia, colegas, se um dia destes chegassem à Bósnia capacetes azuis turcos...

A NATO está a colocar-se acima das Nações Unidas e assume o papel de instrumento da nova ordem mundial de George Bush, uma ordem que na prática da vida se apresenta como nova desordem internacional. Dois membros permanentes do Conselho de Segurança, a Rússia e a China, foram surpreendidos pelo bombardeamento de Gorazde. Cabe perguntar para que servem as Nações Unidas?

O país que define a estratégia da NATO é, todos o sabemos, os EUA.

(...) Permito-me lembrar que a NATO, segundo o esquema do **partnership**, se propõe levar tão longe a sua função de tutela que se reserva inclusivamente o direito de verificar se há transparência nos orçamentos de defesa dos países com os quais vai assinar acordos bilaterais e nos quais será o juiz da democraticidade das forças armadas locais.

A hipertrofia da NATO aparece ao Grupo da Esquerda Unitária Europeia como realidade inseparável dos objectivos estratégicos da política norte-americana, incompatíveis com os interesses dos povos da Europa. O que aconteceu na Bósnia Herzegovina vale como advertência.

(...) É preocupante, repito, que a Administração Clinton chame a Washington dirigentes de povos da ex-Jugoslávia para lhes ditar aí soluções fabricadas pelos especialistas americanos, desconhecendo a existência das Nações Unidas. É muito preocupante também a cumplicidade da França e do Reino Unido como membros permanentes do Conselho de Segurança, e a da Alemanha.

(...) Tenho muito respeito e admiração pela grande contribuição do povo dos EUA para o progresso da humanidade e o processo civilizatório. Não confundo o povo americano com as ambições e a escalada intervencionista da Administração Clinton. Mas estamos na Europa e o sonho da **pax americana** com cores de protectorado é um fenómeno inquietante cujos desenvolvimentos principiam a ser dramáticos. Corremos o risco de ver repetida na Europa a tragicomédia da Somália.

VÉRTICE

Revista de intervenção cultural / a ciência / a arte / e a sociedade

A Revolução de Abril 20 anos depois

por Álvaro Cunhal

1. A ditadura fascista — governo terrorista dos monopólios e latifundiários
2. A crise geral da ditadura e a situação revolucionária
3. Os objectivos da revolução antifascista e o levantamento nacional
4. As forças motoras da revolução democrática e as contradições ao nível do poder
5. Golpes contra-revolucionários e terrorismo bombista
6. A revolução de Abril — transformação democrática da sociedade portuguesa
7. Política de verdade e política de mentira
8. A destruição das conquistas de Abril, contra a democracia, contra Portugal
9. As cinco vertantes da democracia e da política antidemocrática
10. Valores de Abril no futuro de Portugal
11. Componentes fundamentais de um programa democrático

Outros textos

— A juventude e o 25 de Abril, **Mesa-redonda com Ana Vicente, João Afonso, Filipe Rosas, Nuno Ramos de Almeida, Pedro Maia, Sandra Monteiro e Sara Trindade.**

— Esta lei, poema por **Maria Velho da Costa**

— O 25 de Abril e a Justiça Administrativa, **Guilherme da Fonseca**

— A economia portuguesa e o 25 de Abril (Breves traços de um processo), **Fernando Sequeira**

— Os médicos e o 25 de Abril, **António Galhordas**

— Notas para um debate sobre o «Estado Novo», o 25 de Abril e a descolonização, **Sérgio Ribeiro**

— Memória do 25 de Abril, **Avelino Gonçalves**

— Poema constituinte, **EM de Melo e Castro**

— Poesia portuguesa contemporânea: o dito e o não dito, **Manuel Frias Martins**

— O teatro em Portugal: breve caracterização, **Maria Helena Serôdio**

— Ondas e marés da política e do mercado, **Rui Mário Gonçalves**

— Saudades do dia, **Modesto Navarro**

Também neste número

— «Pensar aquilo que é», tarefa e problema da filosofia, **José Barata-Moura**

— A (re)educação do corpo «anormal» no Estado Novo (1942-1951), **Rui Gomes**

— A desigualdade Norte-Sul — Desafio crucial na viragem para o terceiro milénio, **Miguel Urbano Rodrigues**

— A problemática do desenvolvimento local: apontamentos sobre o quadro teórico-conceitual, **Domingos Afonso Braga**

— Ninguém merece a Sida. Aspectos psico-sociais da infecção pelo VIH, **Maria Isabel Andrade**

— Freud e «o» político, **Rafael Godinho**

— Prosa poética e poema em prosa no *Livro do Desassossego*, **Adelto Gonçalves**

— O «Comércio Livre» e as condições ambientais, **José Folque**

— 10 Anos de existência da UNAE, **Vasco Cabral.**

Um livro
por
quinzena

Laranja não apaga Abril

■ Pedro Ramos de Almeida

1. Como é sabido, a partir do 25 de Abril — mais claramente ainda, a partir da semana revolucionária de 25.IV/1.V.1974, e durante mais de um ano — um largo movimento popular, civil e fardado, antifascista e anticolonialista, pôs termo à guerra e opressão coloniais portuguesas em África; derru-

al. Pela primeira vez na história portuguesa, são assim lançadas as bases estatais e não estatais, económicas, cívicas e culturais, de um regime político predominantemente democrático, por uma recriação livre e participativa da sociedade e do poder.

O monopolismo e a dominação imperialista, designadamente estrangeira, sobre Portugal, vertentes tradicionalmente dominantes do atraso e opressão nacionais, serão eles próprios atingidos, tanto na comunidade portuguesa como no plano anticolonial, pela revolução de Abril/Maio. Mas será entretanto ainda a debilidade histórica da acção e da consciência anti-imperialistas portuguesas dos anos setenta a noventa, destacadamente dos sectores sociais menos desfavorecidos, que virá a minar, debilitar e até fazer corromper e retroceder o avanço democrático, patriótico e revolucionário em Portugal, na sequência de 1974/1975.

2. A liberdade em Portugal tem vinte anos: vinte anos de desigual grandeza e projecção, em que, nomeadamente no último decénio, sob o Governo do PPD/PSD e o poder pessoal de Aníbal Cavaco Silva (ACS), a democracia representativa e participativa,

bou e destruiu o Estado salazarista-caetanista; e iniciou a construção da liberdade, no campo político e em muitos outros terrenos essenciais e vivos da comunidade nacional.

De facto, no quadro de uma convergência de forças e individualidades que se opunham à ditadura — aliadas mas simultaneamente contraditórias — a acção democrática e popular deu vida a um conjunto socialmente actuante de iniciativas, princípios e normas, geradoras de liberdade e de avanço soci-

política, económica, cultural e social, tem vindo a ser sucessivamente mirrada; tem sido, mais e mais, convertida num poder não democrático dos sectores sociais mais enriquecidos e poderosos; uma governação simplesmente liberal, em que apenas se procura preservar a liberdade dos mais favorecidos e nunca a igualdade de todos os portugueses...

Não admira, assim, que ACS, governante há aproximadamente dez anos — ministro das Finanças de 3.I.1980 a 9.I.1981; presidente do Conselho Nacional do Plano entre VI.1981/VII.1984; Primeiro-Ministro minoritário entre XI.1985/X.1987; Primeiro-Ministro de maioria absoluta no XI e XII Governos Constitucionais, desde 17.VIII.1987 — governante que, desta e daquela forma, crescentemente concentra nas suas mãos o poder executivo e legislativo, deprecie repetidamente a revolução democrática.

É que, afinal, como todos diariamente verificamos, esta é aquela revolução que só pôde consentir a ascensão de ACS ao poder e admitir nele a sua conservação, ao não realizar integralmente os seus objectivos; ao ver-se interrompida e subvertida, contra os interesses pátrios e democráticos, sob a conjugada pressão do grande capital, da grande burguesia, do monopolismo integracionista, europeu e norte-americano, do oportunismo divisionista, político e sindical.

3. É clara a falta de entusiasmo, melhor dizendo, a reserva, de ACS face ao 25 de Abril.

Desde logo, nunca encontramos em ACS uma documentada e experimentada condenação da ditadura salazarista-caetanista, ou um projecto saudavelmente perspectivado de desenvolvimento da democracia em Portugal. Não é certamente por acaso que na solene cerimónia de condecoração a título póstumo do general Firmino Miguel, em 4.III.91, ao referir-se ao «auténtico ideário» do 25 de Abril, apenas assinala a sua fidelidade «aos valores do nacionalismo saudável (a saúde «nacionalista» de Maastricht já vem

perto...), aos valores da democracia e da justiça social»...

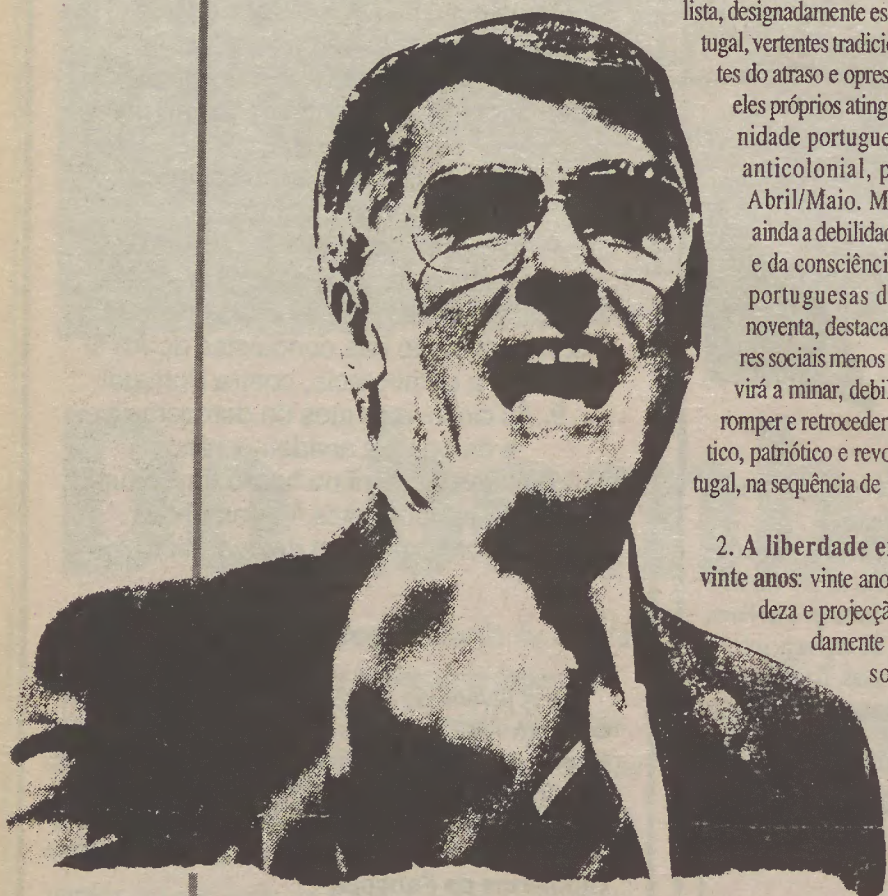
Tudo isto, ao mesmo tempo que vai declarando, referindo-se a 1975, não ser possível «esquecer esse período de agitação permanente e orquestrada, de convulsão sistemática, de intranquilidade generalizada, de perseguições, de insegurança do cidadão, de ruína da economia nacional, da tentativa de aviltamento das mais nobres instituições e da própria Instituição militar, da tentativa de descaracterização cultural do nosso Povo!» («Ganhar o Futuro», p. 117).

As consequências deste 25 de Abril de ACS — que é mais frequentemente apresentado como «transição democrática»... e muito raramente, e criticamente, como «revolução» — são regra geral funestas... Não é inédito que ele afirme, como o disse no II Congresso da CAP: «A revolução aumenta a instabilidade e incerteza em parte das zonas rurais do País, o que acelerou o desinvestimento, quebrou a iniciativa privada(!) e criou novos bloqueios ao desenvolvimento do sector» («Construir a modernidade», p. 374).

Aliás, é realmente espantoso o sentido e a projecção anticomunistas que ACS reserva afinal ao 25 de Abril. De revolução democrática portuguesa, converte-se agora, sob a varinha mágica do chefe catedrático do PSD, em... revolução anti-socialista! Leia-se e pasmese este extracto do seu discurso no Instituto de Defesa Nacional, em 31.V.1990: «Portugal, que esteve à beira de uma ditadura marxista e colectivista em 1975 (e nós que não demos por nada!), soube derrotar, de forma pioneira na Europa, o modelo do socialismo real. Do nosso difícil processo de transição para a democracia e o progresso, podem agora os povos do Leste extrair importantes ilações políticas» («Ganhar o Futuro», p. 121).

É a suprema arte da manipulação! O derrube do salazarismo-caetanismo, a revolução antifascista e anticolonialista, democrática e nacional portuguesa era afinal o caminho para uma contra-revolução anti-socialista de consequências exemplares no Leste europeu...

E esta, hem!?



APELO à «outra Itália» por uma alternativa de esquerda

■ Luciano Pettinari

Membro da Comissão Política responsável das Relações Internacionais do Partido da Refundação Comunista

A Itália vai ser governada por forças de direita.

Infelizmente, foi este o desfecho duma longa fase de crise

política, económica, moral e institucional no nosso país. Na tempestade desta crise, naufragaram completamente as forças políticas do centro, que durante décadas tinham representado o poder político e económico da Itália.

A Democracia Cristã, que procurou voltar a propor essas forças de centro sob um novo nome (Partido Popular Italiano) obteve apenas 11% dos votos e o seu Secretário, Martinazzoli, pediu a demissão. Os outros partidos dos anteriores governos também sofreram pesadas derrotas. O novo PSI (Partido Socialista Italiano), que se alinhava à esquerda, obteve apenas 2%, enquanto que o grosso do antigo grupo dirigente do PSI alinhou com Berlusconi. Os outros partidos dos governos anteriores desintegraram-se na prática.

Quem prevaleceu foram os agrupamentos de direita, que efectuaram alianças entre a Liga Norte e a direita económica e empresarial de Berlusconi («Força Itália») no norte do país, e entre Berlusconi e a direita fascista da Aliança Nacional no centro e sul do país. Estas alianças obtiveram globalmente 40% dos votos, enquanto que os progressistas se ficaram pelos 33%. Graças ao prémio de maioria, as direitas podem contar com cerca de 50% dos eleitos. As forças de direita representam interesses diferentes entre si e é portanto bastante provável que venham a surgir graves contradições no seio da nova coligação de governo.

De facto, parecem ser inconciliáveis as ideias nacionalistas da Aliança Nacional, com as intenções secessionistas da Liga Norte. E parece também ser inconciliável o liberalismo total de Berlusconi, com as hesitações estatistas da Aliança Nacional. Mas é certo que a breve prazo irão alcançar entre eles um acordo para a formação dum governo. O que une todas as direitas italianas é na realidade a determinação de marginalizar as esquerdas e de realizar uma verdadeira contra-reforma da Constituição italiana. É portanto de prever que a Itália vá atravessar uma fase extremamente delicada.

Riscos para a democracia

Isto implica graves riscos para a democracia. Com efeito, surgiram já à luz do dia os primeiros objectivos das direitas. Querem reescrever a Constituição italiana - que foi redigida unitariamente por todas as forças democráticas e anti fascistas - para transformar a Itália numa república presidencialista, e querem voltar a mudar a lei eleitoral para dela retirar completamente a parte referente à eleição proporcional. Quer dizer, retirar dela também aqueles 25% de eleitos pelo sistema proporcional, que permite que os partidos de força média estejam representados no parlamento. No plano social, foi já apresentado um projecto para a eliminação total daquilo que resta da protecção social estatal, após as fortes reduções já efectuadas pela política económica dos governos de Amato e Ciampi.

No fundo, pretendem a privatização total. Não apenas das empresas com participação estatal, mas também do ensino, das pensões e da saúde. Na prática, pensam aplicar em Itália o modelo de liberalismo reaganiano, que durante mais de uma década foi aplicado no Estados Unidos e que hoje Clinton já teve de pôr de lado, reconhecendo o seu fracasso.

Encontra-se portanto em perigo o próprio nível de democracia do país, e estão em risco as condições de vida dos sectores mais pobres da população.

Organizar a oposição

É perfeitamente claro que a tarefa prioritária para as forças de esquerda é actualmente a de organizar uma forte e intransigente oposição à direita no poder. É necessário e possível fazê-lo. É possível, porque a esquerda, apesar de ter indiscutivelmente sofrido uma derrota, demonstrou que representa uma grande parte do país. Esta realidade pode constituir um potencial extraordinário e um grande trunfo para procurar inverter o actual quadro político. Tanto mais se se considerar que o Partido da Refundação Comunista obteve, nestas condições tão difíceis, um resultado encorajador. Apesar da nova lei eleitoral maioritária premiar os partidos maiores, os comunistas registaram um novo avanço, contrariando a tendência que se manifestou em todas as outras forças do campo progressista que, com a excepção óbvia do PDS, não atingiram o limiar mínimo necessário para ter eleitos no parlamento com a votação proporcional. A Refundação Comunista e o PDS são as únicas forças da frente progressista que aumentaram as suas votações, quer em percentagem (20% para o PDS e 6% para a Refundação) quer em número absoluto de votos.

A unidade das forças de esquerda foi uma tentativa para enfrentar, travar e derrotar as direitas. A tentativa era indispensável e necessária, mas foi tardia. Basta notar que se perderam meses a discutir com forças «progressistas», que em vez de dirigir as suas energias para a luta contra as direitas, dirigiram os seus esforços para tentar excluir a Refundação Comunista da aliança progressista.

Estas forças, nomeadamente a Aliança Democrática e os Cristãos-Sociais, obtiveram em conjunto menos de 2% dos



votos, e os seus dirigentes deveriam reflectir sobre qual teria sido o resultado dos progressistas sem a importante contribuição dos comunistas.

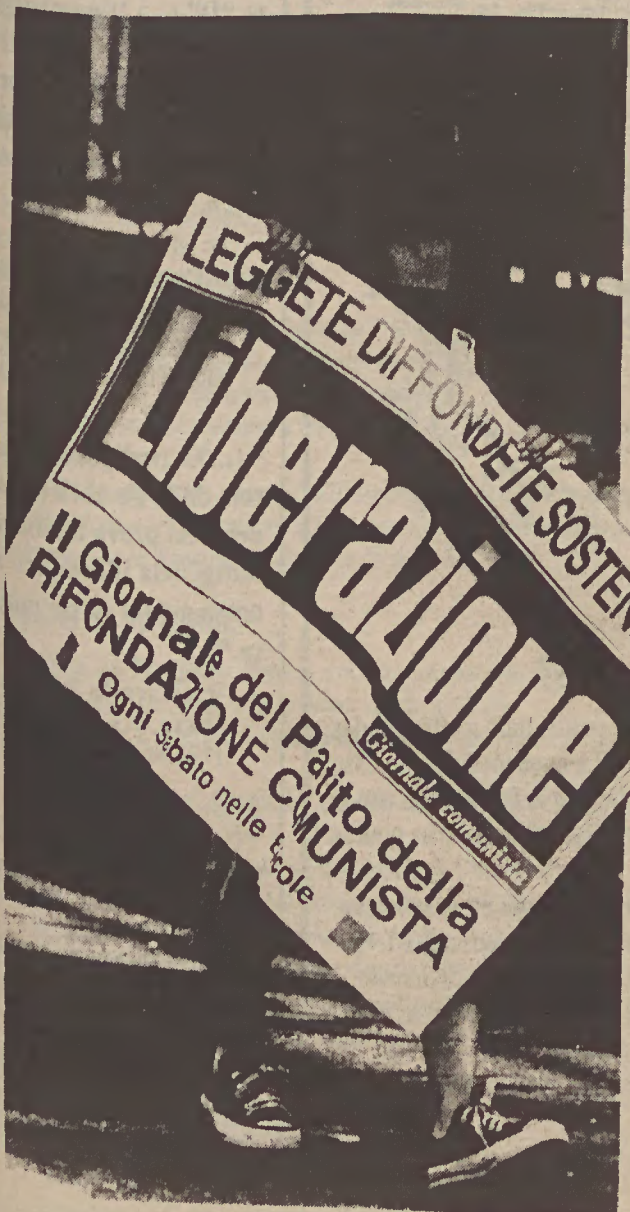
Apelo à "outra Itália"

Na realidade, as esquerdas foram derrotadas porque não conseguiram tornar clara a sua rotura e diferença relativamente à prática política e à experiência dos anos 80. As esquerdas não souberam apresentar as suas propostas como alternativas claramente diferenciadas, do ponto de vista social, político e programático. Com efeito, tiveram demasiado peso aqueles que, em vez de propor alternativas económicas, davam a entender a sua vontade de dar continuidade às experiências anteriores. É perfeitamente claro o erro cometido por alguns sectores progressistas, que propunham como Presidente do Conselho precisamente o actual: Ciampi.

Os comunistas procuraram com todas as suas forças evidenciar o carácter de mudança que teria caracterizado um eventual governo progressista. Não conseguimos fazê-lo, e uma parte das responsabilidades cabe às incertezas do PDS, que em demasiadas ocasiões, durante a campanha eleitoral, recusou iniciativas unitárias e de massas que lhe propusemos.

Agora, o bloco progressista deve manter-se em campo. Cada força política deverá fazê-lo com a sua autonomia, mas com um grande esforço unitário. Com efeito, não se deve deixar perder o património de experiência unitária que se gerou. Mas para que isto aconteça, para que se possa realizar este potencial, que foi contido pelos temores, pela falta de uma clara alternativa, pelas limitações na expressão da mudança, é preciso que haja uma correcção de rota por parte das forças de esquerda. A batalha da oposição pode favorecer esta profunda e necessária rectificação de linha. Os comunistas já estão a trabalhar pela realização destes objectivos. Assim, já lançámos um apelo importantíssimo: apelámos à «outra Itália», à Itália democrática, de esquerda e anti fascista, para que se mobilize numa grande manifestação a realizar em Milão por ocasião do 25 de Abril, aniversário da libertação da Itália do fascismo em 1945.

É de Milão, da capital das direitas de Bossi e de Berlusconi, e num momento em que se está a formar um governo com ministros fascistas, que irá arrancar a longa e dura batalha para mudar o nosso país, para defender a democracia e para dar novo ímpeto à alternativa de esquerda. ■



PONTOS CARDEAIS

Eleições à vista

Ao mesmo tempo que, em diversos painéis - de que muito se fala neste número - as televisões passaram ao ataque descarado ao 25 de Abril e a quem ainda o apoiar, desenterrando as velhas múmias, com a discreta - por enquanto - cobertura do cavaquismo reinante, as eleições à vista para o Parlamento Europeu já suscitaram, nos círculos do poder, grande movimentação. Atenção, incautos, vêm aí mais promessas!

Em terras da Ásia, acenando a multidões inexistentes de "portuguesíssimos" chineses de Macau, enquanto escolhe um chapéu de bambu para a sua Maria, Cavaco Silva já ameaçou com a promessa de continuar "por muitos anos", a ser o primeiro-ministro de Portugal. Neste cantinho à beira-mar plantado, entretanto, os seus escudeiros desunham-se já noutras promessas. Por exemplo, renunciando que vai haver uma nova ponte sobre o Tejo. Daqui a... quatro anos! Começam cedo...

Promessas e milagres

Promessas aí estão - por exemplo: o utente da nova ponte, daqui a quatro anos, vai pagar apenas a módica quantia de... trezentos paus. É tempo, pois, de ir arrecadando algumas moedas. A coisa é de resto facilitada por uma medida a tomar dentro em pouco. Se for multado, pode pagar em cheque, o que lhe deixa livres as moedas para pagar a ponte. As medidas não vão faltar. É o Governo que está empenhado nisso até ao milagre, se for preciso. Um milagre recente foi já anunciado - o do novo Hospital da Nazaré, construído por obra e graça de S. Laborinho...

A saúde em suspenso

Mas há mais medidas que o Estado cavaquista tem vindo a implementar. Tudo para que o milagre da multiplicação dos anos-laranja se mantenha e para que cresça a felicidade do povo. Não estejam a pensar que o

desemprego vai desaparecer, já que nos é exaustivamente recordado em cada telejornal que a flexibilidade do emprego é o segredo do sucesso de...

Cavaco. De resto, segundo os números do Instituto de Emprego e Formação Profissional, só há ainda 400 mil desempregados. As mulheres e os jovens podem estar descansados, pois, segundo nos informa o "Público", "o drama não escolhe sexo, idade ou habilitações".

Uma recente medida tomada pela Inspeção-Geral da Saúde assegura-nos também que comem todos pela mesma medida, e que cá se fazem cá se pagam, a bem da saúde e da vida em Portugal. Com efeito, aquele departamento estatal decidiu aplicar penas aos implicados no caso do alumínio que matou uma vintena de pessoas no Hospital de Évora. Podemos ficar descansados com a justiça destas medidas. Por exemplo, dois nefrologistas foram suspensos por três meses. Mas a pena ficou suspensa. Só será aplicada em caso de reincidência. Se calhar

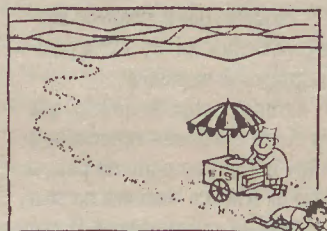
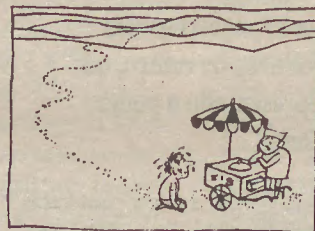
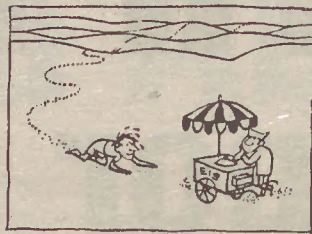
no caso de virem a morrer mais vinte pessoas.

Perpetuar o milagre

Preparemo-nos, pois, para mais medidas. Ou pelo menos para mais promessas. Pontes, estradas, alquevas, reformas, milagres. Mas não se pense que estes milagres caem do céu. Urdem-se laboriosamente, planificadamente. São milagres ajudados para que o milagre laranja se perpetue. Pois não é que se anuncia que o PSD vai avançar sozinho - a não ser que o PS, apesar de tudo, lhe venha a dar uma mãozinha - para rever as leis eleitorais no sentido de encurtar as campanhas eleitorais?

Quem se queixa do barulho e dos cartazes - sobretudo daqueles que dizem o contrário do que o partido da maioria costuma fazer - irá mais descansadamente "reflectir" antes de votar laranja. Uma medida verdadeiramente económica.

Pois não é verdade que o PSD instalado no Governo faz campanha todo o ano? Para quê aborrecer as pessoas com os discursos... da oposição?



FRASES da SEMANA

“A “imagem d’Epinal” do jornalista de sucesso, sobretudo no caso da televisão, parece encaminhar-se, neste final de século, para uma figura híbrida, situada algures entre o publicitário e o “public relations”, com provas dadas no “pronto-a-pensar” comunicacional.”

☞ (Mário Mesquita - «Diário de Notícias», 14.04.94)

“A PIDE nunca existiu? A Revolução de Abril nunca existiu? Não. É a SIC que, enquanto veículo informativo, não existe.”

☞ (Torcato Sepúlveda - «Público», 14.04.94)

“Pelo “furo jornalístico” de ter um ex-inspector da PIDE/DGS (e pela correspondente audiência), a SIC vendeu a alma.”

☞ (Jorge Leitão Ramos - «Expresso», 16.04.94)

“Elegantemente, pluralisticamente, a televisão está a matar o 25 de Abril - o 25 de Abril que conhecíamos.”

☞ (Fernando Dacosta - «Público», 15.04.94)

“Hoje, o fracasso do quarto “D” (...) Dinamização Cultural... ou como o MFA tentou conquistar o Norte do País, numa campanha que nasceu e morreu com Abril.”

☞ (citação do anúncio da SIC a mais um debate do ciclo 25 de Abril, na página da programação da televisão - «Público», 19.04.94)

“(...) a (indignante) derrota do 25 de Abril (nestes debates) prova também a indigência ideológica da nossa actual classe política.”

☞ (Marcelo Rebelo de Sousa - «Exame, TSF», 17.04.94)

“Na Paz dos Anjos. Deus te livre de perder um episódio.”

☞ (anúncio de página inteira da RTP, na imprensa)

“(...) a legitimidade revolucionária é tão precária e tão arbitraria quanto a do Estado Novo.”

☞ (António Barreto - «Público», 14.04.94)

PONTOS NATURAIS

VIVABRIL!

O PONTO DA SITUAÇÃO

Até onde vai o poder das grandes nações? Até onde vai o orgulho delas?

Aquela grande equipa inglesa traz nas camisolas a publicidade aos gravadores JVC. Aquela da NBA, em basquete, atira ao cesto com Sanyo.

A reportagem de Nova Iorque dá, em grande plano, um imenso néon de Toyota. E há aquele sujeito da classe média, na série «O príncipe de Bel-Air», que diz inchado de vaidade: «Lá estarei no meu novo BMW».

Grandes potências? Num lado se põe o ramo e noutra se vende o vinho...

... Entretanto, nos silos aconchegados, as bombas nucleares dormem. Sonham talvez com 1870, 1914, 1939. Que marca estará na camisola do pesadelo? Porque está dito: todo o comércio da guerra nasce da guerra do comércio.



Na pista da Memória

Quanto custa um rico?

Andai, ganha-pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste mundo a equações de interesse corporal, comprai, vendei, agiotai. No fim de tudo isto, o que lucrou a espécie humana? Que há mais umas poucas dúzias de homens ricos.

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta - para produzir um rico. Cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis.

(Almeida Garrett, Viagens na Minha Terra)

Quatro letras tem Abril
nove letras liberdade
falta só uma letrinha
pra se escrever liberdade.

Na boca dói-nos o travo
da intriga e de serradura:
se Abril deu uma no cravo
dão hoje na ferradura...

Como o tempo está mudado!
Agora logo se vê:
quem sofreu, vive ignorado
quem matou, vai à TV.

Gestos, palavras, fumaças.
Mas vendo bem, transparece
que nos cintos modernaças
usam fivelas com S.

De Norte a Sul, Leste a Oeste
o cravo não está mudado
o cravo que sempre veste
feliz, verde e encarnado.

Os que a Abril não querem bem
percam o sentido vário
pois ninguém pode, ninguém,
tirá-lo do calendário.

Sem medo ao frio punhal
traz-nos Abril a lembrança
de que, depois do sinal,
falta cumprir a esperança.

Iniciativas comemorativas promovidas pelo PCP e JCP e pela CDU

Distrito de BRAGA

Esposende - colóquio: "O 25 de Abril e a Actualidade", com a participação de Luís Sá, na quinta-feira, 21

Barcelos - Jantar-convívio da CDU, com a presença de Henrique de Sousa e Dr. Carlos Silva: sábado, 23

Barcelos - Colóquio: "O PCP e os 20 Anos do 25 de Abril", com António Dias Lourenço, na sexta-feira, 29

Amares, Cabeceiras de Basto, Esposende, Fafe, Vieira do Minho, V.N. Famalicão - jantares comemorativos no domingo, 24

Braga - Piquenique juvenil na Avenida Central, a partir das 13.00 de dia 25, promovido pela JCP/Braga.

Concelho de CASCAIS

Alcabideche - Jantar-convívio no Restaurante Petisqueira - sábado, 23, às 20.30.

TIRES - Almoço-convívio com **ÁLVARO CUNHAL** - domingo, 24, no Clube Desp. e Recreativo "Os Vinhais".

Concelho de LISBOA

Sector Público da ORL - Convívio com música e serviço de bar no Terraço do Vitória - hoje, quinta-feira, às 19.00, com a participação de Francisco Lopes

Sector de Serviços de Lisboa - Jantar no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação do Gen. Vasco Gonçalves: hoje, quinta-feira, às 20.00

Sector da Saúde da ORL - Jantar-convívio na Casa do Alentejo, com a participação de Vitor Dias: sexta-feira, 22

Sector Centro/Norte de Empresas de Lisboa - Jantar no CT da Av. Duque de Loulé: sexta-feira, 22, às 19.00

Sector Intelectual de Lisboa - Jantar comemorativo na Casa do Alentejo, com a participação do camarada Álvaro Cunhal: sábado, 23, às 19.30

Concelho de LOURES

Exposição "Momentos de Abril" - inauguração sábado, 23, às 9.30. Almoço (às 13.00) e convívio-debate (às 15.00), no CT do PCP, com Severiano Falcão

PONTA DELGADA

Jantar-convívio no Pico da Pedra organizado pela CDU - dia 25

Concelho do PORTO

Ramalde - "Conversas de Abril" com Octávio Pato: sábado, 23, às 16.00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia

Distrito de SANTARÉM

Alcanena - Convívio no Centro de Trabalho do PCP, com música, Vídeo, Petiscos: domingo, 24, a partir das 20.00

Coruche - "25 de Abril vinte anos depois", colóquio com a participação de José Casanova: no Centro de Cultura de Coruche, sexta-feira, 22, às 21.30

Entroncamento - Almoço no Restaurante "Subeca", organizado pelas Comissões Concelhias de Entroncamento e Barquinha, com a participação de Agostinho Lopes: dia 25 às 12.30

Distrito de SETÚBAL

Cova da Piedade - Almoço no Centro de Trabalho, com projecção de um vídeo sobre o 25 de Abril: sábado às 12.30

Costa da Caparica - Almoço do Pescador no Centro de Trabalho: domingo

Charneca da Caparica - Almoço na "Tasca do Francês": domingo, 24

Setúbal - Encontro de Democratas/Jantar-Convívio no Restaurante "O Quintal", em Setúbal: domingo, dia 24, às 20.00.

Seixal - "Tarde Abril" na Quinta da Atalaia, com a participação do Gen. Vasco Gonçalves, promovida pela Com. Conc. do Seixal do PCP. Música ao vivo com Sérgio Martins e Jorge Costa, Grupos Corais Alentejanos da Casa do Povo de Corroios e da AURPI da Torre da Marinha.

Concelho de VILA FRANCA DE XIRA

"Traz Outro Amigo Também" - Café Concerto promovido pela Juventude CDU de V. Franca de Xira na Galeria Bar (R. Serpa Pinto, 79-A): dia 25 a partir das 19.00

20 anos

VIVA ABRIL

O 25 de Abril e as configurações da Democracia

(Ciclo de Debates no CT Vitória)

Dia 21 - 21h30

Movimento Estudantil e o 25 de Abril

Participantes:

- Albano Nunes
- António Abreu
- Ricardo Oliveira
- Ruben de Carvalho
- Madalena Santos (moderadora)

Os construtores da Festa do «Avante!» no Desfile do 25 de Abril, em Lisboa: concentração junto à EDP Av. Duque de Loulé

ENCONTRO/DEBATE SOBRE OS PROBLEMAS DA PESCA

CORVITE

23 de Abril de 1994
Lisboa

CENTRO EUROPEU JEAN MONET

Largo Jean Monet, nº1 - 6º
(à Rua do Salitre)

PCP

NOVA POLÍTICA

em defesa das nossas pescas e do nosso mar

Tempo de Antena HOJE

RTP - Canal 1
a seguir ao telejornal
RDP - Antena 1
após noticiário das 13h

Plenário de eleitos e activistas da CDU do Concelho de Mourão

Dia 22, às 21.30, na Casa do Povo

"União Europeia e Identidade Nacional"

Debates com a participação de **José Barata Moura em Espinho**

Dia 22, 21h30, Hotel Praia-Golfe em Aveiro

Dia 23, 15h00, Restaurante Xiripiti

Materiais comemorativos do 20.º Aniversário do 25 de Abril

No âmbito das comemorações do 20.º Aniversário do 25 de Abril o PCP produziu um importante conjunto de materiais de que salientamos:

Pendão Viva Abril sempre presente por uma vida melhor

Na rua e em toda a parte acompanhando as festas comemorativas do 20.º Aniversário.

Folheto: A revolução de Abril 4 páginas a cores em formato tablóide.

Para todos os querem informar e ser informados sobre o que foi o 25 de Abril e o que significa os seus valores na situação actual.

Ao dispor de todos os interessados nas sedes do PCP, ou por pedido directo para o DEP/PCP através do destacável junto.

Exposição «Os valores de Abril» impressa com duas folhas no formato 50X70 a cores e 8 folhas no formato 35X50 a 2 cores.

Pelo elevado número de ilustrações fotografias que contém, é um instrumento de grande importância na evocação do que têm sido estes 20 anos de luta com Abril e por Abril.

Filme vídeo «A revolução de Abril»

O que foi o fascismo, as principais conquistas de Abril e o seu valor para o presente e o futuro de Portugal numa documento único do género em 20 minutos de imagens.

Poster Viva Abril 50X70

A evocação da grande revolução popular que no último quartel do século XX marca uma viragem decisiva na história de Portugal.

Faça a sua encomenda preenchendo o destacável junto e enviando-o ao:

DEP/PCP
Rua Socio Pereira Gomes, 3
1699 LISBOA CODEX

Nome

Morada

Desejo que me seja enviado

Poster Quantidade 500\$00 cada

Filme vídeo Quantidade 1500\$00 cada

Exposição impressa Quantidade 500\$00 cada

Segue pagamento em Vale Postal Cheque

Ciclo «Memórias da Resistência» no Centro de Dia da UPPSS

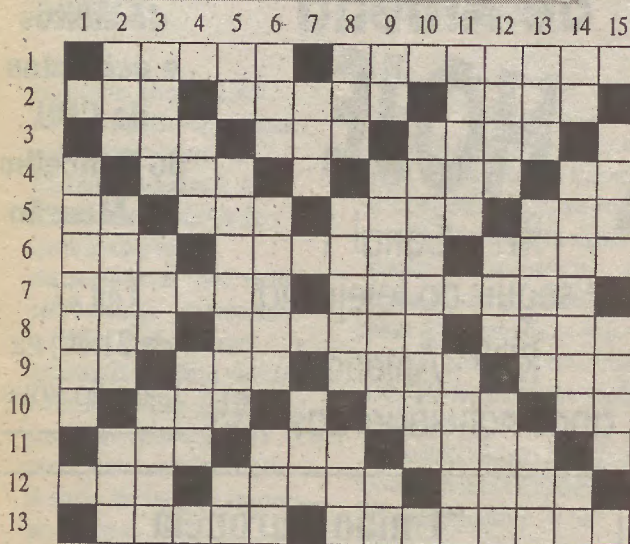
Alameda D. Afonso Henriques, 72-2.º - Lisboa

Sexta-feira, 22, às 13 h. com

Álvaro Cunhal

Agenda

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Um e outro são politeístas. 2 — Título honorífico que precede o nome próprio dos reis, nobres, etc.; adágio; líquido gorduroso. 3 — Artéria; cont. prep. e art.; gracejavam. 4 — Reze; esmolo; Ruténio (s.q.). 5 — Nome que os egípcios davam ao Sol; liliputiana; por ela morre o peixe; prep. 6 — A terceira pessoa; atraçoada; doutor da lei entre os judeus. 7 — Errara; erudito. 8 — Estão dentro das capas; tecera; sírio. 9 — Letra grega; jornada; rio que banha Alcácer do Sal; ilha do arquipélago cabo-verdiano. 10 — Metade da crosta; irmã; meia romã. 11 — Grei; consentimento; flecha. 12 — Compareceu; manadas de porcos; perna. 13 — Causa; gostosa.

VERTICAIS: 1 — Arranja. 2 — Prep.; cidade da Síria; prep. 3 — Arrufo; mau cheiro; musa da história. 4 — Pedra do altar; fúria. 5 — Aspecto; carnaval; sexto. 6 — Freg. do Conc. de Oliv. do Bairro; grande ave trepadora; chiste. 7 — Figueira que é de lá; meio tirano. 8 — Andavas; fel; senão. 9 — Nota musical; tiveram possibilidade; apelido do fundador da cidade do Rio de Janeiro. 10 — Discretas. 11 — Objectos de cerâmica especialmente para serviço de mesa; sobrecarrego. 12 — Cão de fila corpulento; batráquios; amarrar. 13 — Possui; porto andaluz; patrão. 14 — Letra grega; corroborar; art. 15 — Fiz desaparecer; cheio.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Tagarelas; temor. 2 — Olas; mau; felino. 3 — Pasteur; fim; ode. 4 — Io; rol; pão; ar. 5 — Colocam; ara. 6 — Só; osa; arcadas. 7 — Cabo; tu; iates. 8 — Ir; agá; Rabagão. 9 — Algarve; ova. 10 — Lá; ais; eis; de. 11 — Gravata; Sam; som. 12 — Adia; era; Lamego. 13 — Religiosa; lumes.

VERTICAIS: 1 — Tapir; algar. 2 — Alão; sai; arde. 3 — Gás; cobra; ail. 4 — Astro; lavai. 5 — Eolo; agia. 6 — Émulos; gastei. 7 — Lar; catar; aro. 8 — Au; pá; vé; ás. 9 — Fama; reis. 10 — Fio; ria; sal. 11 — Tem; acabo; mal. 12 — El; tratava; mu. 13 — Mio; adegã; sem. 14 — Onda; asa; doge. 15 — Roeras; oremos.



	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Lista de Schindler	★★	-	★★★★★
B Despojos do Dia	★★★	-	★★★
C Em Nome do Pai	★★★	-	-
D Filadélfia	★★★	-	★★★
E Germinal	★★★	-	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Steven Spielberg — Amoreiras/2 (13.15, 16.45, 21.45, 01.15), Monumental/Cine Teatro (12.00, 15.30, 19.00, 22.30), S. Jorge/1 (15.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- B — Real. James Ivory — King Triplex/3 (14.15, 16.45, 19.30, 22.00), Las Vegas/1 (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Jim Sheridan — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Jonathan Demme — Monumental/1 (12.15, 14.30, 16.45, 19.00, 21.45, 00.30), S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45 e 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Claude Berri — Alfa/2 (13.00, 16.30, 19.30, 22.30), Amoreiras/5 (13.30, 16.30, 19.30, 22.30), Mundial/2 (13.50, 16.40, 21.30) — Lisboa.

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO
Porto, R. António Cardoso. 3ª a 5ª às 18.30, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CONTIGO PARA SEMPRE, de Mary Cooper, encenação de Júlia Correia.

TEATRO DA MALAPOSTA
Olivall Basto. Tel. 938840. De 3ª a sáb. às 21.30, dom às 17.00. GREENLEAVES, de Joyce Carol Oates, encenação de Jorge Silva Melo.

COMUNA
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16: GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA, de António José da Silva, encenação de João Mota. - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ASSASSINADO, de Manuel de Lima, pelo Teatro da Veredas (até 2 de Maio) - Café-Concerto: 6ª e sáb. às 21.30: EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). CINDERELLA Revista à Portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa

TEATRO MIRITA CASIMIRO
Estoril. Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Delfins».

PALÁCIO RIBAMAR
Algés. Tel. 4112261. Sexta e sáb. às 21.30. O CABARET DO CONDE/MARQUÊS, comédia musical, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - O ENSAIO DE UM SONHO, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viagas, produção da Companhia Teatral do Chiado.

SALA DO POVO PORTUENSE
Porto. Tel. 6024313. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. O VENDEDOR DE MILAGRES, adapt. de um texto de Gabriel Garcia Marques, enc. de José Caldas, pelos Seiva Trupe.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CLAMOR, de Luísa Costa Gomes, encenação de Ricardo Pais.

TEATRO ABC
Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. LISBOA, MEU AMOR, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO POLITEAMA
Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. MALDITA COCAÍNA, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO O BANDO
Lisboa, R. Stº António à Estrela, 60r. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. SE MENTES/PHOTOCENA, de Teresa Rita Lopes, encenação de João Brites.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Rua Nova da Trindade, 9. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. O CONTO DE INVERNO, de Shakespeare, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO IBÉRICO
Lisboa, Rua de Xabregas, 44. Tel. 8582531. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ALZIRA POWER, de António Bivar, encenação de José Blanco Gil.

TEATRO VILLARET
Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. OUTRA VEZ AS BARBIS.

FILMES

QUINTA, 21

O Vale dos Reis
«Valley of the Kings» (EUA/1954). Real.: Robert Pirosh. Int.: Robert Taylor, Eleanor Parker, Carlos Thompson, Kurt Kasznar. Cor, 86 min. Aventuras. (16.30, TV 2)

Olhos Azuis
«Blauaugig» / «Blue Eyed» (Alem./1989). Real.: Reinhard Hauff. Int.: Gotz George, Miguel Angel Sola, Julia de Grazia. Cor, 82 min. «Thriller» Político. (00.05, Canal 1)

O Violador de Rillington
«10 Rillington Place» (EUA/1971). Real.: Richard Fleischer. Int.: Richard Attenborough, Judy Geeson, John Hurt, Pat Heywood. Cor, 111 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

O Soro Maléfico
«Re-Animator» (EUA/1985). Real.: Stuart Gordon. Int.: Jeffrey Combs, Bruce Abbott, Barbara Crampton, David Gale, Robert Sampson. Cor, 82 min. Ver Destaque. (00.15, Canal 1)

O Preço do Resgate
«The Final Heist» (EUA). Real.: George Mihalka. Int.: Jan Michael Vincent, Gabrielle Lazure. Cor, 92 min. Drama. (00.25, Quatro)

O Barba Azul
«Monsieur Verdoux» (EUA/1947). Real.: Charles Chaplin. Int.: Charles Chaplin, Isobel Elsom, Martha Raye, Irving Bacon. P/B, 123 min. Ver Destaque. (01.00, SIC)

O Cais das Brumas
«Le Quai des Brumes» (Fr./1938). Real.: Marcel Carné. Int.: Jean Gabin, Michèle Morgan, Michel Simon, Pierre Brasseur. P/B, 88 min. Ver Destaque. (11.50, TV 2)

Assalto ao Forte
«Old Shatterhand» (1964). Real.: Hugo Fregonese. Int.: Lex Barker, Pierre Brice, Dalilah Lavi. Cor, 98 min. (14.30, SIC)

A Lenda da Mulher Índia
«The Legend of Walks Far Woman» (EUA/1982). Real.: Mel Damski. Int.: Raquel Welch, Bradford Dillman, George Clutesi. Cor, 111 min. Telefilme. (15.50, Canal 1)

Os Dois Superpolicías em Miami
«Miami Super Cops» (EUA/1985). Real.: Bruno Corbucci. Int.: Bud Spencer, Terence Hill, Chief C. B. Seay, William «Bo» Jim. Cor, 101 min. Comédia. (17.30, Quatro)

A Costa de Mosquito
«Mosquito Coast» (EUA/1986). Realização de Peter Weir. Interpretação de Harrison Ford, Helen Mirren, River Phoenix, Jaden Steele, Hillary Gordon, Rebecca Gordon, Conrad Roberts. Cor, 117 minutos. Ver Destaque. (23.00, SIC)

Terra Amarela
«Huang Tudi» (R.P.China/1984). Real.: Chen Kaige. Int.: Xue Bai, Wang Xueqi, Tan Tuo, Liu Qiang. Cor, 87 min. Drama. (23.50, TV 2)

História do Soldado
«A Soldier's Story» (EUA/1984). Real.: Norman Jewison. Int.: Howard E. Rollins, Jr., Adolph Caesar, Art Evans. Cor, 101. Ver Destaque. (00.05, Quatro)

Dracula
«Dracula» (EUA/1979). Real.: John Badham. Int.: Frank Langella, Laurence Olivier, Donald Pleasence, Kate Nelligan. Cor, 105 min. Horror. (00.05, Canal 1)

A Carta Perdida
«The Lost Letter» (Fr./It./Austrália/1987). Real.: Jean-Louis Bertuccek. Int.: Michel Galabru, Raphaëlle Spencer, Patachou. Cor, 80 min. Telefilme. (01.50, Canal 1)

O Jovem Toscanini
«Il Giovane Toscanini» (It./1988). Real.: Franco Zeffirelli. Int.: C. Thomas

Howell, Elizabeth Taylor, Frando Nero, Philippe Noiret. Cor, 107 min. Musical. (14.30, SIC)

Aquela Equipa de Básquete
«One Special Victory» (EUA). Real.: Stuart Cooper. Int.: John Larroquette, Kathy Baker, Christine Eastbrook, Dirk Blocker. Cor. Comédia. (14.50, Quatro)

O Negócio do Século
«Deal of the Century» (EUA/1983). Real.: William Friedkin. Int.: Chevy Chase, Sigourney Weaver, Gregory Hines, Vince Edwards. Cor, 85 min. Comédia. (15.50, Canal 1)

O Superdetective
«Nightstick» (EUA/1988). Real.: Joseph L. Scanlan. Int.: Bruce Fairbairn, Robert Vaughn, Leslie Nielsen. Cor, 93 min. «Thriller» Policial / Comédia. (22.15, SIC)

O Homem que Matou Liberty Valance
«The Man Who Shot Liberty Valance» (EUA/1962). Real.: John Ford. Int.: James Stewart, John Wayne, Vera Miles, Lee Marvin, Edmond O' Brian. P/B, 117 min. Ver Destaque. (23.20, TV 2)

A Melhor Casa de Prazer do Texas
«The Best Little Whorehouse in Texas» (EUA/1982). Real.: Colin Higgins. Int.: Burt Reynolds, Dolly Parton, Dom DeLuise. Cor, 110 min. Ver Destaque. (00.10, Canal 1)

Cinderela em Paris
«Funny Face» (EUA/1956). Real.: Stanley Donen. Int.: Fred Astaire, Audrey Hepburn, Kay Thompson, Michel Auclair, Robert Fleming. Cor, 99 min. Ver Destaque. (14.50, TV 2)

Sonhar é Fácil
(Port./1951). Real.: Perdigão Queiroga. Int.: António Silva, Laura Alves, Manuel Santos Carvalho, Emílio Correia, Eugénio Salvador. P/B, 92 min. Comédia. (15.20, Quatro)

Companheiros de Sempre
«Longtime Companion» (EUA/1990). Real.: Norman René. Int.: Bruce Davison, Stephen Caffrey, Brian Cousins, John Dosssett. Cor, 96 min. Ver Destaque. (22.00, SIC)

O Primeiro Pecado Mortal
«The First Deadly Sin» (EUA/1990). Real.: Brian G. Hutton. Int.: Frank Sinatra, Faye Dunaway, David Dukes, George Coe. Cor, 108 min. Ver Destaque. (01.30, Canal 1)

Uma Mulher dos Diabos
«Jumpin' Jack Flash» (EUA/1986). Real.: Penny Marshall. Int.: Whoopi Goldberg, Jonathan Price, Jim Belushi, Carol Kane. Cor, 105 min. Comédia de Espionagem. (21.20, Quatro)

O Vigilante
«The Conversation» (EUA/1974). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Gene Hackman, John Cazale, Allen Garfield, Frederic Forrest. Cor, 114 min. Ver Destaque. (22.10, TV 2)

Corações nas Trevas
«Hearts of Darkness: A Filmmaker's Apocalypse» (EUA/1991). Real.: Fax Bahr e George Hickenlooper. Cor, 93 min. Ver Destaque. (02.30, Canal 1)

QUARTA, 27
Núpcias à Vela
«True as a Turtle» (Gr.Br./1956). Real.: Wendy Toye. Int.: John Gregson, June Thorburn, Cecil Parker, Keith Michell. Cor, 97 min. Comédia. (16.15, TV 2)

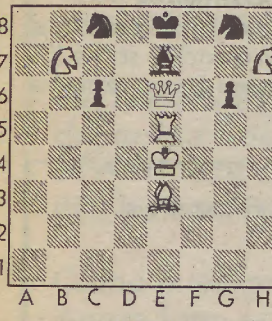
Eles Matam!
«Clownhouse» (EUA/1988). Real.: Victor Salva. Int.: Nathan Forrest Winters, Brian McHugh, Sam Rockwell. Cor, 80 min. «Thriller». (01.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

XADREZ

CDLVII - 21 DE ABRIL DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X027
Por: A. Z. HUGGINS
Collection, 1872

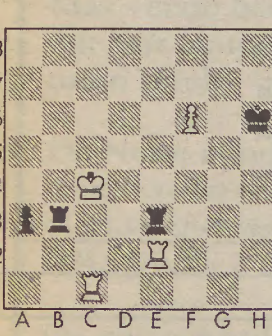
Pr: [6]: Ps.c6, g6-Cs.c8, g8-Be7-R68
Br: [6]: Csb7, h7-Bc3-Te5-D6-R64



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X028
Por: E. KÖNIG & ARTUR MANDLER
Wiener Schachzeitung, 1924

Pr: [4]: Pa3-Ts.b3, é3-Rh6
Br: [4]: Pf6-Ts.c1, é2-Rc4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLVII

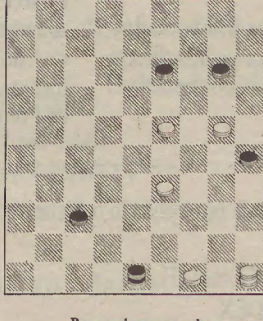
Nº 1994X027 [A.Z.H.]: 1. Tg5! [Ameaça: 2. D:c6+ e 3. D:g6+], Ca7; 2. Cd6+, Rd8; 3. Bb6+
Nº 1994X028 [E.K. & A.M.]: 1. f7, Rg7; 2. f8=D+, R:f8; 3. Tf1+, R68 (é7); 4. Tf1 e ganha.
SE: 3....., Tf3; 4. T6 f2 e ganha
SE: 3....., Rg7; 4. Tg2+, Tg3; 5. Tf1 e ganha.
SE: 4....., Rh6; 5. Th1+, Th3; 6. Tgh2 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

CDLVII - 21 DE ABRIL DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D027
Por: FRANCK HERMELINK [NL]
L'Indépendant Dimanche, 1993

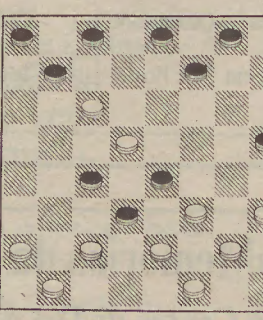
Pr: [6]: 13-14-15-30-37-(48)
Br: [6]: 23-24-33-35-49-(50)



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D028
GOLPE Nº 65
Por: WILLIAM STRICKLAND
1883

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-16, 20-15; 4. 11-20; 24-15; 5. 14-19, 18-14; 6. 1-5, 21-18; 7. 7-12, 25-21; 8. 16-20, 14-11; 9. 12-16; 18-14; 10. 3-7; 21-17; 11. 20-23; 27-20; 12. 16-23 DIAGRAMA



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLVII
Nº 1994D027 [F.H.]: 1. 49-43!! (48x19); 2. 50-39! (19-32); 3. 39x38 (15-20)*; 4. 24x15 (37-41); 5. 38-32 (41-47); 6. 35-30 e 7. 32-41 e 8. 30-24+
SE: 1..... (30x39); 2. 50x25+
Nº 1994D028 [W.S.]: 21....., 26-22: 13. 19-26, 29-22; 14. 10-26, 30-21; 15. 7-14, 28-1=D+
NOTA: No Golpe nº 63, «Avante!» nº 1060, 7-IV-94, leia-se Pretas jogam e ganham.

A. de M. M.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 21

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Mal de Família
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Clube Paraíso
14.45 Ponto por Ponto
15.35 Vizinhos
16.05 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.00 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times

Sexta, 22

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.35 Haydaze
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.20 Clube Paraíso
14.45 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala

Sábado, 23

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.25 Emoções Fortes
15.50 A Lenda da Mulher Índia
17.45 Beverly Hills 90210
18.30 Made in Portugal
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
22.15 Parabéns
00.05 Drácula
02.00 A Carta Perdida

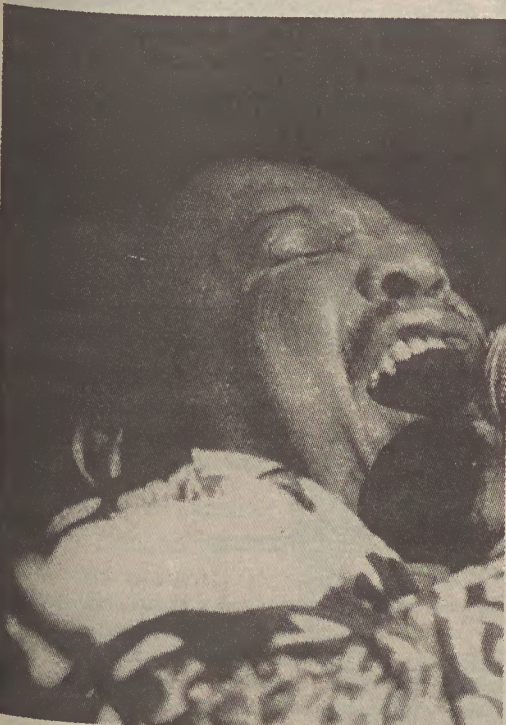
Domingo, 24

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.30 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.50 O Negócio do Século
17.20 Você Decide
18.40 Simpsons
19.10 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.15 Na Paz dos Anjos
22.45 Sozinhos em Casa
23.15 Tramas de Seda
00.10 A Melhor Casa de Prazer do Texas



Carlos Magno, uma "superprodução europeia" para televisão, à segunda à noite na Quatro



Música Sul-Africana na SIC, domingo à noite: presume-se que seja o espectáculo promovido por Lisboa 94 nos dias 4 e 5 de Março último

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 O Cais das Brumas
13.20 Tauromaquia
13.50 Musical: «Take That at Wembley»
14.40 Um Cão na Família
15.05 Cabeça nas Nuvens
16.00 TV2 Desporto
22.15 De Lisboa, Com Amor
22.25 Irmãs
23.15 Sexualidades
23.50 Terra Amarela
01.20 Uma Questão de Consciência

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Forum Musical
13.00 Regiões
14.00 Lisboa 94
14.30 TV2 Desporto
18.00 Homenagem a Salgueiro Maia
19.15 TV2 Desporto
22.20 Artes e Letras: «William Holden, The Golden Boy»
23.20 O Homem Que Matou Liberty Valance
01.20 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 Assalto ao Forte

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic



X Files, mais um sucedâneo de "Modelo e Detective". Na Quatro, ao domingo à noite

QUATRO

- 16.15 Desporto
16.45 Grandes Planos
17.10 Uma Mulher dos Diabos
18.05 Batman
18.30 Encontros Imediatos
19.10 Nuncas Digas Banzi
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Lenda de Bruce Lee
22.30 Grande Prémio Internacional de Circo
23.00 A Costa de Mosquito
00.35 Último Jornal
00.55 Agua na Boca
01.55 Boxe

QUATRO

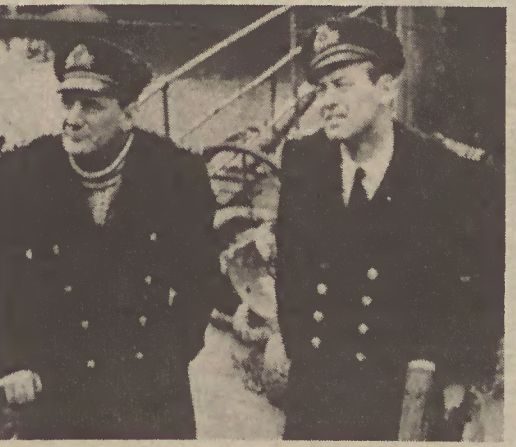
- 14.30 O Jovem Toscanini
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.40 Labirinto
21.15 Os Trapalhões
22.15 O Superdetective
00.05 Último Jornal
00.25 Música da África do Sul
01.25 Histórias do Além
01.55 Grandes Planos Especial: Phil Collins

QUATRO

- 10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 Estrela
17.05 Os Dois Superpolicías em Miami
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 O Jogo do Ganso
00.05 História do Soldado

QUATRO

- 10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Informação Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Vamos ao Circo
14.55 Aquela Equipa de Básquete
17.00 Estrelas de Miami
18.55 Moda
18.30 Modelo e Detective
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Passados dos Carretos
21.15 O Turno da Noite
23.00 X Files
23.50 Caixa de Perguntas
00.20 Últimas Notícias



O actor William Holden evocado no "Artes e Letras" desta semana: na TV2, domingo

Segunda, 25

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
09.05 Charlie Brown
09.50 Informação
09.55 Dog City
10.30 Garfield
11.00 25 de Abril: Sessão Solene na AR
12.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 Fera Ferida
22.35 A Filha da Cornéia
00.05 Teias da Lei
00.55 24 Horas
01.30 O Primeiro Pecado Mortal

Terça, 26

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Fera Ferida
22.30 Vamos Jogar no Totobola
22.40 Nico d'Obra
23.10 De Caras
01.00 O Guarda do Palácio
01.50 24 Horas
02.30 Corações nas Trevas

Quarta, 27

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Kung Fu
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Crime, Disse Ela
16.35 Edera
17.25 Caderno Diário
17.35 Ana Raio e Zé Trovão
18.40 Com a Verdade M' Enganas
19.30 RTP/Financial Times
19.45 Telejornal
20.15 Futebol: Barcelona-Porto
22.30 Mandala
23.35 Fera Ferida
00.35 24 Horas
01.15 Eles Matam

TV 2

- 09.25 25 de Abril: Parada Militar na Av. da Liberdade
10.30 Ed Sullivan Show
11.00 Televidas
12.00 Infantil
13.00 25 de Abril: Sessão Solene no Quartel do Carmo
13.45 Regresso à Natureza
14.50 Cinderela em Paris
16.30 25 de Abril: Espectáculo no Terreiro do Paço
18.30 Um, Dó, Lí, Tá
19.20 Desaparecidos
20.00 C.I.A.
21.00 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.25 RTP/Financial Times
22.30 25 de Abril: Espectáculo na FIL

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.50 Regresso à Natureza
14.40 Dossier Terra
15.05 Infantil
16.30 Carga Explosiva
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Irei para Longe
19.45 Magazine «Viver com Saúde»
20.10 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Vigilante
24.00 Remate
00.10 O Mestre e Margarida
01.05 Amazônia
01.50 Magazine «Cinema»

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Dame Joan Sutherland
13.50 Regresso à Natureza
14.40 O Mar e a Terra
15.10 Infantil
16.15 Núpcias à Vela
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Irei para Longe
19.50 Realce
20.20 Um Olhar de Mãe
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Quem Fala Assim
23.00 Remate
23.10 Terra Mãe
00.15 Amazônia
01.00 Magazine «Ver Artes»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.00 Companheiros de Sempre
23.50 Último Jornal
00.10 Os Donos da Bola
00.20 Histórias do Além

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Cenas de Um Casamento
22.20 20 Anos - 20 Nomes
23.25 Último Jornal
23.55 Família do Senador
00.25 Histórias do Além

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Perdas
22.30 A Brincar, a Brincar
23.00 De Boca em Boca
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.05 Internacional Sic
00.35 Histórias do Além

QUATRO

- 10.00 Animação
11.30 Já Tocou na Faculdade
12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.20 Sonhar é Fácil
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Carlos Magno
22.00 Os Anos de Abril - Democracia
24.00 Informação
00.25 Desporto
00.55 Estação do Oriente

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Pedidos e Achados
21.20 Uma Mulher dos Diabos
23.15 Anúncios do Outro Mundo
23.45 Informação
00.10 Na Mira do Crime

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
13.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Queridos Inimigos
23.50 Informação
00.15 Na Mira do Crime

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 «Love Along The Danube»
14.40 A Caminho com Ulisses
15.10 Infantil
16.30 O Vale dos Reis
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.00 Irei para Longe
19.45 Sem Limites
20.20 O Sonho da Democracia
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.10 Ideias com História
23.00 Remate
23.10 Terra Instável
23.40 Bom Trabalho
00.35 Amazônia
01.20 Magazine «Ecologia e Ciência»

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 A Austrália de Ben Cropp
13.50 Love Along The Danube
14.40 Segredos do Mundo
15.10 Infantil
16.00 Voleibol
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Irei para Longe
19.45 Médicos Escritores Portugueses
20.20 O Sonho da Democracia
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Serões na Província
00.10 Remate
00.20 Robert Palmer no Albert Hall
01.15 As Piores Intenções
02.10 Amazônia

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Mini Chuva de Estrelas
22.30 Sete à Sexta
23.40 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 O Barba Azul

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Já Tocou na Faculdade
21.15 Top 25 RFM/TVI
21.50 Perfeição
24.00 Informação
00.25 O Preço do Resgate (telefilme)

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Tostões e Milhões
00.55 Histórias do Além

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 A Amiga Olga
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.15 Quem Sai aos Seus
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Rua Jump, 21
21.45 Artur Albarran
23.50 Informação
00.15 O Violador de Rillington

Por isto e por aquilo

O Violador de Rillington

(Quinta, 00.15, Quatro)

Baseado (tal como *O Estrangulador de Boston*), numa série de casos reais ligados a crimes horrendos que abalaram a Inglaterra nos anos 40, *O Violador de Rillington*, não sendo das obras mais apuradas de Richard Fleischer, apresenta no seu processo narrativo algumas sequências impressionantes. Como é o caso da curtíssima cena da execução do alegado (e inocente) assassino da própria mulher, afinal inculcado pelas declarações da principal testemunha de acusação - um simpático ex-polícia, de quem ninguém suspeitaria ser o verdadeiro culpado desse e de outros crimes. Uma verdadeira colecção de excelentes interpretações, de que se destaca a de Richard Attenborough, dão ao filme o necessário tom do clássico filme negro.

O Soro Maléfico

(Sexta, 00.15, Canal 1)

Verdadeiramente insuportável aos olhos dos espectadores mais sensíveis e alheios ao género, *O Soro Maléfico* destaca-se da moderna vaga dos filmes de horror (dos quais a esmagadora maioria chafurda no lixo do mais rasteiro cinema comercial) pela atitude de verdadeira cumplicidade com que o realizador Stuart Gordon, dominando os mecanismos do verdadeiro humor negro, adapta uma série de seis contos de H. P. Lovecraft datados do princípio dos anos 20. À superfície, o que vemos é uma série de cientistas loucos procurando através de especialíssimos soros dar vida a bocados de corpos que abundam por todo o lado... Mas, vendo mais fundo, o que o realizador não esconde é o seu imenso prazer em jogar com a montagem mais manipuladora, os efeitos especiais mais óbvios e o explícito e implícito terror cujo excesso, ao mesmo tempo que nos força a remexer nas cadeiras e a lançar gritos de susto, nos arranca sufocadas gargalhadas... Uma paródia terrível envolta, com grande talento, pelos «sinais familiares» das histórias aos quadrinhos e dos filmes da série B.



Jeffrey Combs, num fotograma «terrível» de «O Soro Maléfico», de Stuart Gordon

O Barba Azul

(Sexta, 01.00, SIC)

A história do senhor Verdoux, desempregado, que suporta uma vida de sacrifício para sustentar a mulher enferma e uma filha (ao mesmo tempo que paralelamente tenta casar com viúvas ricas que depois assassina para lhes sacar os rendimentos e, por isso, é preso e condenado à guilhotina) é encenada por Charlie Chaplin com os habituais momentos de genialidade a que sempre nos habituou. Um filme através do qual (e da personagem principal) Chaplin lança o dedo acusador aos belicistas e aos senhores do dinheiro - e que é um dos menos conhecidos do grande realizador.

O Cais das Brumas

(Sábado, 11.50, TV 2)

Interpretado por um dos pares mais míticos de todo o cinema - Jean Gabin e Michèle Morgan - *O Cais das Brumas* conta-nos a história de um desertor que, chegado ao Havre, encontra uma jovem que vive submetida a um homem medíocre e criminoso disfarçado pela capa da honorabilidade, se apaixona por ela e pretende libertá-la do jugo a que ela está sujeita aspirando à partida de ambos para a Venezuela, tudo acabando em tragédia, de novo no porto de partida. Um filme naturalmente datado no plano da fotografia, da música e mesmo dos diálogos mas cuja brilhante encenação de Marcel Carné continua a permitir colocar no plano superior das obras-primas do cinema.

A Costa de Mosquito

(Sábado, 23.00, SIC)

Esgotado pelas frustrações da sua profissão e pela corrupção que o rodeia, um engenheiro, inventor e utópico, parte com a mulher e os seus quatro filhos para a selva das Honduras na tentativa de construir uma vida melhor e mais justa ao criar, à sua maneira, uma comunidade agrícola autogerida pelos próprios nativos que vem ali a encontrar. Mas eis que, no processo de transformação a que mete ombros, ele próprio se torna num dogmático e incorrigível déspota... Um filme por vezes poderoso e emocionante mas claramente desiludido, realizado com o habitual brilhantismo por Peter Weir, contando com excelente argumento saído da pena de Paul Schrader e com a colaboração de um Harrison Ford desempenhando com eficácia um multifacetado e odioso papel.

História do Soldado

(Sábado, 00.05, Quatro)

Adaptado por Charles Fuller da sua própria peça teatral, *História do Soldado* é um filme de «crime e mistério», um pouco à maneira dos romances policiais de Agatha Christie, mas situado num período tenso da História americana (os anos 40 no Sul dos EUA) em que um advogado negro vindo de Washington investiga os antecedentes do assassinato de um soldado no aquartelamento do Forte Neal, na Louisiana, reservado aos negros durante a II Guerra Mundial. Construído na base de uma série de flash-backs em sintonia com os vários depoimentos das testemunhas, o processo revela-se altamente questionável (pelas implicações das várias versões dos acontecimentos na evolução do próprio raciocínio espectador) e resulta extremamente dúbio na abordagem do pano de fundo subjacente à história - o racismo.

O Homem que Matou Liberty Valance

(Domingo, 23.20, TV 2)

Mais que uma vez transmitido na televisão, *O Homem que Matou Liberty Valance* é naturalmente um dos filmes indispensáveis da semana, já que se trata de uma obra-prima do western e um dos mais fabulosos filmes de John Ford, com interpretações esmagadoras de um naipe de intérpretes de excepção. Uma história que nos fala da transição do poder da justiça das armas para a justiça das leis, das contradições entre as prepotências que afligem os «pequenos» e a supremacia dos «senhores do dinheiro», da criação do Estado - tudo visto, é claro, segundo os sedutores conceitos da «democracia à americana», que Ford tão eficazmente soube expressar durante a sua brilhante filmografia...

A Melhor Casa de Prazer do Texas

(Domingo, 00.10, Canal 1)

Hesitando entre a paixão que nutre pela patroa de uma casa de passe e a necessidade de velar pela moral pública, um pobre sheriff do Texas é atormentado na sua pacatez pelo avolumar das campanhas televisivas levadas a cabo por um puritano. Uma comédia musical divertida e para passar o tempo, adaptada do palco para o cinema, com excelentes momentos de música country protagonizados por Dolly Parton.



Harrison Ford, em «A Costa de Mosquito», de Peter Weir

Cinderela em Paris

(Segunda, 14.50, TV 2)

Um fotógrafo e um modelo despertam para uma história de amor em Paris - a cidade-luz, a capital da cultura e da arte mordazmente abordada nesta comédia musical protagonizada por Fred Astaire e Audrey Hepburn. Fortes doses de charme e belos momentos musicais (entre os quais canções de Gershwin como *How Long Has This Bee Going On* ou *S' Wonderful*) são os condimentos que sempre enriqueceram a cinematografia de um dos maiores

especialistas do género - Stanley Donen - o que mais uma vez acontece neste filme que sempre se vê com prazer.

Companheiros de Sempre

(Segunda, 22.00, SIC)

Produzido pela American Playhouse para a televisão pública norte-americana, *Companheiros de Sempre* parece ser a primeira consistente abordagem ao cinema de um dos flagelos da actualidade - a SIDA - através de uma história inteligente, dramática, mas rodeada de um humor sempre sensível, e excelente interpretada por uma série de actores que dão corpo ao itinerário de um grupo de homossexuais de Nova Iorque, desde que os primeiros rumores sobre a doença surgem à luz do dia até que tragicamente sobre eles se abatem. Um filme com boas referências.

O Primeiro Pecado Mortal

(Segunda, 01.30, Canal 1)

Um detective investiga uma série de crimes cometidos por um sádico, enquanto a sua própria mulher espera a morte num leito do hospital. Um curioso filme policial que se impõe sobretudo pela sua atmosfera opressiva e mórbida, com o espectro da morte a pesar sobre todas as personagens, mergulhando o espectador num verdadeiro mal-estar. Uma excelente interpretação de Frank Sinatra no papel principal, após dez anos de interrupção na sua carreira cinematográfica.

O Vigilante

(Terça, 22.10, TV 2)

Um perito em operações de vigilância (de que as escutas telefónicas são o mais «inocente» dos truques que a sua profissão lhe ensinou) envolve-se erradamente num caso que está a investigar até ao ponto de mergulhar num mundo de crime, desespero e alta tensão. Brilhantemente escrito e encenado por Francis Ford Coppola, e interpretado com grande rigor, sobriedade e intensidade emocional por Gene Hackman, *O Vigilante* é um dos mais impressionantes thrillers dos anos 70 e constitui uma impiedosa denúncia da paranóia que leva à invasão da privacidade do indivíduo e à destruição da própria consciência. A não perder.

Corações nas Trevas

(Terça, 02.30, Canal 1)

Certamente a não perder é, também, este longo documentário filmado durante a rodagem do monumental *Apocalypse Now*, desta vez com Coppola à frente das câmaras e não atrás delas. Realizado e montado por Fax Bahr e George Hickenlooper, o documentário é uma experiência cinematográfica fascinante montada a partir de planos de reportagem, alguns deles filmados pela própria mulher do realizador (Eleanor Coppola), entrecortados por entrevistas com os próprios intérpretes (à excepção de Marlon Brando, que segundo as referências terá declinado a sua participação), num pano de fundo que não esconde o verdadeiro e dramático caos que esta grandiosa e complexa produção representou na carreira de Coppola. Um filme que não fica nada a dever a esse outro grande documentário sobre a rodagem de um outro filme lendário - *Fitzcarraldo*, de Werner Herzog - realizado por Les Blank.



As principais personagens de «Companheiros de Sempre», de Norman René



Gene Hackman, em «O Vigilante», de Francis Ford Coppola

■ Correia
da Fonseca

"OPERAÇÃO 24"

Um mérito, embora involuntário, tiveram os debates geralmente malévolos que as três estações portuguesas de Televisão transmitiram a propósito do 25 de Abril: vieram suscitar um claro sinal de que, apesar de décadas e décadas de «clorofórmio a domicílio» (para utilizar aqui a expressão quase premonitória que já muito antes do advento da TV foi usada por Mário Dionísio num poema de «O Riso Dissonante»), antes e depois de Abril, os envenenadores profissionais não conseguiram erradicar do espírito de muitos portugueses a capacidade de indignação. Assim, as tentativas para colocar no banco dos réus o 25 de Abril em geral e a descolonização em particular, o largo tempo de antena concedido aos advogados do "24" em contraste com a escassa presença nos debates de gente fundamental na luta antifascista e, mais que tudo, a comédia sinistra que foi a versão de uma PIDE/DGS «civilizada» representada por um torcionário impune, insolente, mentiroso e obviamente abjecto, desencadearam uma maré-alta de protestos, desmentidos, rectificações, que a Imprensa escrita publicou. Foi a intervenção pública de cidadãos de diversas opções ideológicas a provarem que a(s) TV(s) incorreram em erro de cálculo e exageraram na impudor e na provocação.

Alguns nomes entre tantos

Os debates acerca da PIDE/DGS foram mais frontalmente repugnantes, não apenas pela presença de um membro destacado daquela associação de malfeitores (que, curiosamente, foi solicitado por duas das três estações portuguesas de TV), mas também pela ausência de militantes do PCP, cujos depoimentos foram «dispensados» apesar de ter sido sobre os comunistas que se abateu a repressão mais feroz, o que aliás está consensualmente reconhecido e foi reafirmado por José Tengarrinha no decurso do programa da SIC, em que participou. Foi também Tengarrinha quem conseguiu dar o único testemunho significativo sobre as rotinas criminosas da PIDE/DGS: embora em palavras inevitavelmente breves, lembrou a título meramente exemplificativo as torturas infligidas a Maria Janeira, Conceição Matos, Domingos Abrantes, Octávio Pato, Francisco Miguel, Serra Lopes, Veiga de Oliveira; evocou as tragédias familiares que a PIDE provocou nas vidas de Octávio Pato e Daniel Cabrita; citou os assassínios na rua de José Dias Coelho e de Alfredo Dinis e, nas próprias cadeias, de Militão Ribeiro, José Moreira, Vieira Pereira, Germano Vidigal, Raul Alves, António Lopes de Almeida, mais diria ainda, sem dúvida, se não estivesse a ser pressionado para ser breve.

Ainda acerca desta emissão, nenhum relato responsável, por muito sumário que seja, pode deixar de registar o modo como o general Altino de Magalhães comentou o depoimento de Tengarrinha: limitou-se a dizer que não ouvira novidades e que não tinha «nenhum conhecimento pessoal» daqueles casos, pelo que não podia «saber se é ou não verdade». Lembrou assim, grotescamente, os generais que num outro debate negaram saber da utilização de napalm durante a guerra colonial, alegação imediatamente denunciada como falsa por outro oficial presente, esse honrado, e nos dias subsequentes cabalmente desmentida na Imprensa. Ficou assim demonstrado ainda haver quem tenha da honra militar um conceito que lhe permite continuar a mentir ao povo que devia ter servido. Pelos vistos, estávamos bem servidos de generais antes de Abril de 74.

O humor involuntário

Porém, se os debates acerca da PIDE/DGS foram os mais nauseantes e os que mais vivas indignações provo-



caram, não se infira desse facto que os restantes foram satisfatórios ou sequer aceitáveis. Aconteceu, isso sim, que em alguns deles ocorreram pormenores não apenas significativos mas também divertidos. Foi assim quando Nuno Delarue, deputado do PSD, afirmou que daqui a umas dezenas de anos Cavaco Silva será considerado como um capitão de Abril, mimo que desencadeou farta risota. Quando Luís Todo-Bom, que pelo nome não perca, afirmou que sem o 25 de Abril o País estaria hoje sem dúvida mais desenvolvido assim resvalando para a involuntária confissão de ser de facto um homem da ditadura que teve a pouca sorte de nascer atrasado. Quando Rosado Fernandes, actual patrão da CAP, lembrou que, antes de Abril, tendo regressado dos Estados Unidos e tomado conta da gestão do património agrícola que seu pai lhe deixara, em seis anos pagara todas as vultosas dívidas que também herdara, desse modo dando uma ideia do grau de intensa exploração a que nessa altura era possível submeter os trabalhadores rurais.

Também nesse debate, cujo tema foi o «terceiro D» do Programa do MFA, «Desenvolver», e que de todos foi o que mais agradou a Marcelo Rebelo de Sousa, papa do «analismo político português» (TSF, 17/7/94), a regra foi a total ausência de especialistas de Esquerda em matéria económica, contrastando com a presença abundante de figuras e figurões da direita portuguesa. O próprio Rebelo de Sousa reconheceu explicitamente, de resto, a razão que assiste aos comunistas por se verem afastados da totalidade dos debates. Por outro lado, o cronista de TV tem a obrigação de não esquecer o mal dissimulado ânimo anti-Abril que circulou no interior das declarações que Cavaco Silva especialmente gravou para integrarem pelo menos duas dessas emissões. Entende-se: também ele, coitado, nasceu atrasado. Embora devamos reconhecer que tem feito muito para recuperar o tempo perdido.

Velho espírito, outros meios

O que Marcelo Rebelo de Sousa não analisou aos microfones da TSF, e foi pena, foi o significado profundo da penúria de comunistas nos debates e, já agora, as razões por que este conjunto de emissões resultou menos na congratulação por ter havido Abril que na sua quase condenação. Contudo, a explicação não parece muito difícil. A direita portuguesa, que encontrara o seu regime ideal no fascismo supostamente «soft» que o 25 de Abril derrubou, habituou-se de tal modo a considerar «comunista» tudo quanto fosse resistência à infâmia e aspiração a uma sociedade justa que acabou por confundir, nos seus mais secretos sentimentos, Abril com «comunismo», e sofre clandestinos horrores com esta malfadada necessidade de permitir festejos pelos 20 anos da madrugada de 74. E, como bem o sabem os comunistas, o território da direita é bem mais extenso do que podem pensar os incautos. De onde esta tática aliança para, ao menos na TV, tendencialmente transformar celebração em calúnia. No fundo, pelo menos no tocante ao horror que a «ameaça comunista» ainda suscita aos que sabem só poderem ter êxito em caldo de iniquidade social, é ainda o espírito do Estado Novo, embora prosseguido agora com outros meios e diferente estilo.

O que eles não sabem, nem talvez sonhem, é que também o espírito da resistência prossegue, embora também por outros modos e caminhos. Por isso, a "Operação 24" na Televisão terá rendido menos dividendos do que esperavam. É que os povos podem não ter tão boa memória como porventura seria desejável, mas guardam um sedimento de sabedoria por tudo quanto sofreram. E uma aguda sensibilidade. Não apenas na pele e no estômago, mas também no quase instinto que lhes permite reconhecer quem está com eles e quem os atraiçoa.

de FOICE

4 Dês

Com o 25 de Abril à porta, os debates televisivos sobre o tema estão a dar as últimas. Só não é caso para dizer 'ainda bem!' porque ao fim e ao cabo serviram para alguma coisa - demonstrar, sem margem para dúvidas, o estado calamitoso da nossa informação.

A sombra dos três Dês (Democratizar, Descolonizar, Desenvolver), a que se juntou depois, para ajudar à festa, um quarto D (Dinamização cultural), a nossa querida televisão, salva raras e honrosas excepções, se as houve, preencheu-nos os serões com o mais lamentável espectáculo que a produção nacional poderia ter concebido. Foi o vale-tudo - até o não vale-nada - na guerra das audiências em que só aparentemente os interesses são antagónicos.

Desde 'o meu pido é melhor que o teu', 'o meu fascista é mais fascista que o teu', 'o meu oficial tem mais estrelas', 'o meu ex-ministro está no Brasil', 'o meu professor é uma sumidade', para já não falar nos repetentes que foram os meus, os teus e os nossos, nenhum caixote do lixo ficou por abrir. Até aos fascistas mortos se deu voz, não para os contraditar ou desmascarar, mas para que todos apreciassem como defendiam a Pátria, a Família, a Autoridade, valores de resto tão caros a políticos de hoje bem instalados no Poder e a empresários de sucesso de ontem e de hoje à conta do orçamento e da exploração. Não faltou sequer a desculpabilização de alguma afirmação mais brutal, de uma acção mais chocante, levada em conta da idade avançada ou, como ternamente lhe chamou Adriano Moreira num dos canais, referindo-se a Salazar, idade de ser avô!

Dos ditadores e algozes de ontem se disse serem grandes estadistas, eméritos professores, políticos ímpolutos, homens modestos e sobretudo honestos, que serviram o país sem ambições pessoais e com sacrifício das próprias vidas, inteiramente dedicadas ao serviço da Pátria.

Os outros, bem, os outros foram os agitadores, os extremistas, os vende-pátrias, os comunistas, a arraia miúda com veleidades burguesas, os invejosos dos trabalhadores a quererem tirar o lugar aos patrões, os ingénusos estudantes ou militares a quererem ensinar camponeses a ler, levar estradas a aldeias isoladas, água e luz a todas as casas e sobretudo, imagine-se, a consciência de que todos, mas todos, têm o direito de intervir na vida nacional. Os Dês de que se falou na televisão, nestes últimos tempos, foram de facto bem diferentes dos anunciados.

Do que se tratou foi de Desenterrar o fascismo e fazer-lhe a operação cosmética de que necessita para se apresentar como a nova alternativa para o futuro. Do que se tratou foi de Desinformar a população para que a memória do passado se apague ou confunda o suficiente para que a História possa ser escrita de novo.

Do que se tratou foi de Desmobilizar os que persistem na luta pela democracia, o progresso, a justiça social, ignorando deliberadamente a sua existência como se de uma minoria utópica se tratasse.

O que se tratou foi de Desencantar os jovens, mostrando-lhes como são vãs as contestações ao poder, doença infantil que passa com a idade, quando se aprende a reconhecer de que lado sopram os ventos.

O feitiço virou-se contra o feiticeiro. As televisões foram tão longe na deturpação da História que o país reagiu e fez ouvir o seu protesto. Ignorá-lo é apenas mais uma prova de indignidade.

■ AF

Declaração de Luís Sá Em defesa dos direitos das mulheres na Comunidade Europeia

Os direitos das mulheres e a Comunidade Europeia foram o tema para uma declaração à imprensa feita ontem num hotel liboeta pelo cabeça de lista da CDU que se candidata às próximas eleições europeias. Na presença de candidatas e outras mulheres apoiantes da candidatura, Luís Sá diria «que a situação da mulher, em Portugal e na Europa comunitária, se caracteriza por se manterem profundas discriminações na vida, mesmo quando os textos legais evoluíram positivamente» e que «em períodos eleitorais é habitual todos os partidos e candidatos usarem palavras semelhantes e afirmarem, em muitas matérias, defender interesses idênticos». Daí o apelo «às eleitoras e aos eleitores para que ponderem os discursos com base no trabalho feito ao longo do mandato e nas diversas posições defendidas», ponderação que levará à conclusão da coerência das posições e da prática da CDU nesta matéria.

Dois exemplos recentes seriam apontados por Luís Sá: o facto de o PS, através do seu secretário-geral, ter anunciado a intenção de apresentar um projecto de lei que visava enfrentar o problema da discriminação da mulher no acesso a órgãos de poder político de forma administrativa, estabelecendo que em cada quatro candidatos teria que haver uma mulher. Facto que se mostra contraditório com a lista do PS concorrente a estas eleições onde «é preciso andar com uma candeia para encontrar uma mulher». A primeira encontra-se em oitavo, nos dez primeiros candidatos só há uma mulher. O PSD, por seu lado, só tem uma mulher nos primeiros dez candidatos, e apenas em sétimo lugar. A CDU «apesar de insuficiências», garante uma participação de 27% das mulheres entre o total de candidatos e 24% entre os candidatos efectivos.

O segundo exemplo apresentado por Luís Sá dizia respeito ao facto de as três eurodeputadas do PSD e do PS, promotoras da iniciativa conhecida por «Parlamento Paritário», terem faltado à sessão plenária do Parlamento Europeu de 11 de Fevereiro em que foi discutida a questão da participação das mulheres nos órgãos de decisão, logo a seguir à realização desta iniciativa em Portugal, não participando no debate, não apresentando propostas ou sequer votando.

Numa Europa em recessão, «as mulheres são as primeiras a ser despedidas e as últimas a quem se concede emprego», referiu o candidato que sublinhou que a situação em Portugal não é diferente, «sendo de notar a inactividade do Governo no sentido de combater a discriminação».

Segundo foi afirmado aos jornalistas presentes, a legislação comunitária de aplicação directa sobre a igualdade de tratamento entre homens e mulheres resume-se a seis directivas comunitárias, sendo tudo o resto recomendações e resoluções dos diferentes órgãos

cujas aplicação prática deixa muito a desejar.

O candidato da CDU referiu que o Tratado de Maastricht ignorou praticamente a política social e deu prioridade a políticas de convergência nominal que acarretam novos problemas ao nível do crescimento e do emprego. «Num e noutro caso, as mulheres estão entre as grandes prejudicadas. No caso do desemprego, porque tem uma particular incidência sobre a mulher. No caso do crescimento, porque é parte do desenvolvimento, e a regressão e manutenção do atraso económico se traduzem em maiores dificuldades de impor a igualdade de tratamento de mulheres aos diferentes níveis».

Da acção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu nos últimos anos, Luís Sá recordou as posições na protecção da dignidade da mulher e do homem no trabalho; na análise do mercado interno e suas consequências para as mulheres; na protecção da mulher grávida e em período de pós-parto; na denúncia do trabalho nocturno e da violação do artigo 89º da Convenção da OIT; na

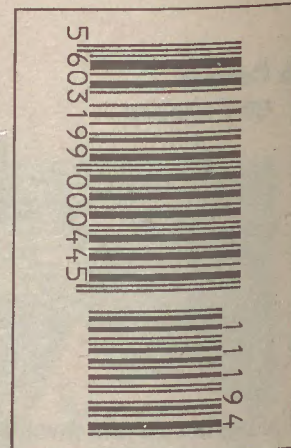
situação de discriminação das mulheres no acesso ao emprego no Banco Comercial Português; na elaboração de um relatório sobre a criação de empregos a favor de mulheres e na presença activa e interveniente no debate sobre a presença das mulheres nos órgãos de tomada de decisão.

Sá considerou que a legislação nacional nesta matéria é globalmente positiva, facto «indissociável da conquista da liberdade e da democracia em Abril de 1974». «Mas há um caminho que continua por percorrer no sentido de concretizar a igualdade de facto», disse.

Assim, para o dirigente comunista, é necessário romper «decididamente com as políticas monetaristas e conservadoras que consideram que a moeda única é mais importante que os direitos das mulheres, dos trabalhadores e dos povos».

A integração do princípio da igualdade de oportunidades em todas as políticas nacionais e comunitárias; o apoio e estímulo à efectiva partilha de responsabilidades familiares e profissionais e a criação de infra-estruturas de apoio social a esta dupla responsabilidade; uma política de educação que estimule e favoreça a igualdade; uma política de saúde que tenha em conta os problemas específicos das mulheres, «rompendo com orientações que privilegiam o corte nas despesas públicas e degradam os serviços de saúde»; uma política de emprego e formação profissional que garanta a estabilidade de emprego, a igualdade na progressão de carreiras profissionais e o respeito absoluto pelo princípio de salário igual para trabalho igual, foram outras medidas apontadas nesta conferência de imprensa.

No campo da acção concreta, os deputados que serão eleitos nas listas da CDU comprometeram-se a trabalhar para a utilização dos



fundos comunitários na criação de infra-estruturas de apoio à criança e ao idoso, de modo a permitir o exercício em igualdade das responsabilidades familiares; o reforço da criação de programas comunitários específicos para a formação e reciclagem, a juntar aos já existentes, «rectificando a situação actual, em que são mulheres apenas 30% dos que frequentam acções de formação profissional»; a elaboração de um estatuto profissional para as mulheres que trabalham na agricultura ou em explorações familiares; a promoção de acções que garantam às mulheres desempregadas a reinserção no mercado de trabalho de forma estável e qualificada; medidas de combate ao analfabetismo e incentivo ao «consumo» cultural; medidas de combate contra a violência exercida sobre as mulheres e a implementação das directivas e resoluções comunitárias em tudo o que valoriza o papel da mulher na sociedade e que protege os direitos da mulher.

A grande prioridade que se colocará à CDU será, segundo Luís Sá, a luta por uma mudança de rumo das políticas comunitárias, que rompa com os critérios monetaristas e conservadores de Maastricht e opte decididamente pelo desenvolvimento e pela criação de emprego.

«Porque um país em que se discrimina a mulher é um país subdesenvolvido e que se deve envergonhar de si próprio, porque não toleramos sociedades em que os dramas sociais e a desigualdade são uma realidade de todos os dias, nós lutaremos decidida e constantemente no Parlamento Europeu e fora dele contra todas as espécies de discriminação da mulher e pelo direito à participação em igualdade», concluiu o cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu.

Corrida da Liberdade

Mais mil atletas em representação de meia centena de equipas vão fazer a Corrida da Liberdade, a tradicional prova desportiva popular que comemora o 25 de Abril de 1974. Atletas federados ou populares, em representação de clubes, colectividades, associações, escolas, grupos informais ou a título individual podem ainda inscrever-se até amanhã, na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FCCR) nos diversos escalões. Dos diversos locais de partida correspondentes a esses escalões dar-se-á início simultâneo à Corrida: às 11 horas do dia 25.

Os dorsais podem ser levantados pelos atletas na sede da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FCCR) ou no dia da prova, nos locais de partida. As chegadas às metas para todas as corridas estão marcadas na Praça dos Restauradores e no final,

dado o cariz comemorativo e popular da prova, não se divulgará qualquer classificação individual ou colectiva, sendo todos os atletas ofertados com camisolas e medalhas comemorativas do 20.º aniversário da Revolução, além de diplomas especiais para todos aqueles que comprovadamente nasceram em 1974.

A Corrida da Liberdade é organizada pela FCCR, Associação 25 de Abril e Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e conta com o apoio da Associação de Atletismo de Lisboa e Federação Portuguesa de Atletismo.

Esta é uma forma original de participar nas comemorações do 25 de Abril, data que deu origem a um novo rumo do desporto nacional, permitindo que milhares de portugueses tivessem condições para se dedicar a uma prática desportiva.